



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Jailson Fernandes da Silva

“Homens não são de aço”: homicídio e políticas públicas sociais para o enfrentamento desse agravo em saúde na cidade de Volta Redonda/RJ

Rio de Janeiro

2021

Jailson Fernandes da Silva

“Homens não são de aço”: homicídio e políticas públicas sociais para o enfrentamento desse agravo em saúde na cidade de Volta Redonda/RJ



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S586 Silva, Jailson Fernandes da.
“Homens não são de aço”: homicídio e políticas públicas sociais para o
enfrentamento desse agravo em saúde na cidade de Volta Redonda - RJ / Jailson
Fernandes da Silva. – 2021.
140 f.

Orientador: Renato dos Santos Veloso.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Serviço Social.

1. Homicídio – Volta Redonda (RJ) – Teses. 2. Homens – Volta Redonda
(RJ) – Teses. 3. Políticas sociais – Teses. I. Veloso, Renato. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 343.61(815.32)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jailson Fernandes da Silva

“Homens não são de aço”: homicídio e políticas públicas sociais para o enfrentamento desse agravo em saúde na cidade de Volta Redonda/RJ

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Políticas Sociais.

Aprovado em 18 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso (Orientador)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dra. Carla Cristina Lima de Almeida
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dra. Ariane Rego de Paiva
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

A minha querida esposa Nalva e meus amados e maravilhosos filhos, João Pedro e Rafael, pelo apoio e compreensão durante essa trajetória de pesquisa, estudos e ausência do convívio familiar.

Aos meus familiares e amigos(as) que me incentivaram e fortaleceram o desejo de aprimoramento intelectual, particularmente aos tios Juvenil e Tânia, minha sogra Maria, meus cunhados Nana e José Carlos, Nilda e William, minha irmã Simone e meu cunhado Fabiano, que me acolheram em suas residências e me proporcionaram aconchego, alimento, amizade, carinho e um lar para o descanso e segurança após jornadas de estudos e viagens.

Ao professor/orientador Dr.^o Renato Veloso por sua amizade e dedicação na missão de ensinar os caminhos da construção do aprendizado acadêmico e da construção social do sujeito voltada para a dignidade humana. As professoras Dr.^a Ariane Rego de Paiva e Dr.^a Carla Cristina Lima de Almeida que aceitaram o convite para compor a Banca de Qualificação e a Banca Examinadora da Dissertação do Mestrado, fornecendo referências e instruções para o aprimoramento dessa pesquisa/dissertação.

Ao corpo docente e discente do Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UERJ, pela partilha e compromisso com a difusão do saber.

Aos profissionais dos diversos setores de saúde pública de Volta Redonda, em particular da Área Técnica (médico Vinícius Soares e coordenadora Marcilea de Sá) que me forneceram subsídios para o aprofundamento teórico sobre a temática “saúde do homem” e suporte para o exercício profissional de assessorar o Setor de Saúde do Homem. Aos trabalhadores do Setor de Epidemiologia, especialmente Ronilda e Diego, que sempre me atenderam com gentileza e presteza no fornecimento dos dados estatísticos sobre a mortalidade masculina.

A professora Tânia Bentes e a família Taborda: Orlando, Maria das Graças e Naraiana, pelo apoio intelectual para a realização desse trabalho.

In memoriam de minha amada mãe, Elvira (doméstica), e meu querido pai, Paulo (operário da indústria de calçados), com imensa saudade, que não puderam visualizar essa conquista acadêmica, contudo foram agentes responsáveis por minha existência e desenvolvimento, lutando cotidianamente com muito amor e dedicação para prover o sustento de seus filhos(as).

O primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas outras coisas.

Karl Marx

RESUMO

SILVA, Jailson Fernandes da. “*Homens não são de aço*”: homicídio e políticas públicas sociais para o enfrentamento desse agravo em saúde na cidade de Volta Redonda/RJ. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Nesse trabalho realizamos uma pesquisa referente as vítimas masculinas de homicídios, por intermédio de análise de dados levantados junto ao Setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Volta Redonda/RJ, que possibilitou a identificação de um quadro social desses indivíduos, que apresentaram o perfil do homem assassinado em Volta Redonda: jovens, negros, com baixa escolaridade, residentes nas periferias e agredidos por PAF (mortos pelo uso letal de armas de fogo: revólver, pistola, fuzil). Foi identificado a presença de fatores sociais, econômicos, culturais e educacionais na formação do ser homem que potencializam o agravo em saúde – homicídio: pobreza, marginalização, desemprego, machismo, violência, racismo, carência educacional, acessibilidade precária as políticas públicas sociais. Apontamos como o modelo societário baseado no sistema capitalista eleva a precarização das condições de trabalho e de sobrevivência do homem; a interferência coercitiva do Estado nas expressões da questão social identificando o proletariado/ o pobre como perigoso para o convívio social; a necessidade da acessibilidade e universalização das políticas públicas de saúde, de educação e de assistência social no trato com as necessidades de atendimento das demandas apresentadas pelos homens, e por fim, a importância do Serviço Social na intervenção profissional sobre essa conjuntura vigente.

Palavras-chave: Gênero. Homem. Homicídio. Políticas Públicas Sociais. Racismo. Serviço Social. Trabalho. Violência.

ABSTRACT

SILVA, Jailson Fernandes da. "*Men are not steel*": homicide and social public policies to cope with this health problem in the city of Volta Redonda/RJ. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

In this work we conducted a research on male homicide victims, through analysis of data collected from the Epidemiology Sector of the Health Department of Volta Redonda/RJ, which allowed the identification of a social Picture of these individuals, who presented the profile of the man murdered in Volta Redonda: young, black, with low schooling, living in the peripheries and assaulted by PAF (killed by the lethal use of fire arms: pistol, rifle). The presence of social, economic, cultural and educational factors in the formation of being a man who potentiates health problems – homicide: poverty, marginalization, unemployment, machismo, violence, racism, educational lack, poor accessibility to social public policies. We point out how the corporate model based on the capitalist system increases the precariousness of working conditions and survival of man; the coercive interference of the State in the expressions of the social issue identifying the proletariat / the poor as dangerous for social interaction; the need for accessibility and universalization of public health, education and social assistance policies in dealing with the needs of meeting the demands presented by men, and finally, the importance of Social Work in professional intervention on this current situation.

Keywords: Gender. Man. Homicide. Social Public Policies. Racism. Social Work. Work. Violence.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	A CATEGORIA TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL	19
1.1	Significado do trabalho na construção do ser social	22
1.1.2	<u>O trabalho na conjuntura social e econômica do século XXI</u>	32
1.1.3	<u>Considerações sobre a relação do trabalho na vida dos sujeitos sociais no Brasil</u>	38
1.2	Estado: Brasil pós-constituição de 1988, neoliberalismo e neoconservadorismo	41
1.2.1	<u>Contribuição do pensamento social de Marx para o entendimento do processo de dominação burguesa/capitalista no Estado e sua superação</u>	45
2	“A CIDADE DO AÇO” E O PERFIL DAS VÍTIMAS MASCULINAS DE HOMICÍDIO	50
2.1	Gênero: “Ser Homem”	58
2.1.1	<u>Violência como determinante de assassinatos</u>	66
2.1.2	<u>Juventude ceifada pelos homicídios</u>	69
2.1.3	<u>Racismo como determinante de extermínio</u>	73
2.1.4	<u>Escolaridade das vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda – RJ</u>	78
2.1.5	<u>“Homens não são de aço”: armas de fogo como objeto de morte</u>	82
2.1.6	<u>Territórios de prevalência de ocorrências de homicídios em Volta Redonda/RJ</u> ..	86
3	POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL CAUSADORAS DE EXCLUSÃO, MARGINALIZAÇÃO E MORTE	90
3.1	Direitos Sociais e Políticas Públicas Sociais: suportes para o enfrentamento e minimização da mortalidade masculina	92
3.1.1	<u>Política Pública de Saúde</u>	94
3.1.1.1	Experiências de projetos e ações desenvolvidos na área da saúde em Volta Redonda que possibilitam a visibilidade e a acessibilidade do homem ao cuidado em saúde	97
3.1.2	<u>Política Pública de Educação</u>	100
3.1.2.1	Experiências de projetos e ações desenvolvidos na área da educação em Volta Redonda para a inserção social, profissional e ao ensino superior	105
3.1.3	<u>Política Pública de Assistência Social</u>	109
3.1.3.1	Experiências de projetos e ações desenvolvidos na área da assistência social em Volta Redonda para a integração social e profissional	114
3.1.4	<u>Desafios para a concretude das Políticas Públicas Sociais</u>	116
3.2	Serviço Social e o desafio da atuação profissional frente às demandas por acessibilidade às políticas públicas sociais	121
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda os fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam e determinam o agravamento da mortalidade¹ da população masculina, ocasionada por homicídio, na cidade de Volta Redonda/RJ. O perfil dos homens vítimas de assassinatos é retratado pela análise dos dados levantados junto ao Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda referentes ao quantitativo de mortes masculinas por homicídio no período de 2015 a 2019.

A partir da exposição de como a sociedade contemporânea, organizada pelo sistema capitalista (modo de produção e reprodução social), somando-se à maneira educacional e cultural da formação do ser social, na qual se encontram as relações de gênero, étnico-racial², escolaridade, faixa etária e o território de convívio, buscamos demonstrar como se constrói o “ser homem” numa relação de violência social e urbana.

De modo geral, opomos o sexo, que é biológico, ao gênero (gender, em inglês), que é social (...) As sociedades humanas, com uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social. O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociossexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (HIRATA, 2009, p. 222-223).

Desta maneira, a estruturação da identidade do homem e da mulher influencia densamente o agravo nas condições de vida, particularmente as masculinas, sendo esta população a que apresenta o maior quantitativo de vítimas de homicídios, com dados consubstanciais dessa violência relacionados ao uso de armas de fogo como principal instrumento causador de assassinatos.

¹Segundo Batista (2012, p. 16): “As estatísticas de morbidade e mortalidade são utilizadas para avaliar a situação de saúde da população e desenvolver ou aprimorar políticas públicas de saúde. Na análise dos dados de mortalidade, apontam-se as causas de morte que assolam a população, discutem-se os dados segundo a idade, o sexo, grupo social ou frações de classe, mas não se discutem as diferentes construções socioculturais, como o racismo, existentes na sociedade e seus reflexos no perfil de mortalidade”.

²Conforme Batista (2012, p. 16): O quesito cor, para estatísticas do Sistema Único de Saúde (SUS), é o mesmo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que trabalha com cinco variáveis de raça/cor, a saber: branco, preto, pardo, amarelo e indígena (...) É importante saber que o IBGE utiliza a categoria negro quando se refere à somatória dos pretos mais os pardos (negro = preto + pardo)”.

Mais recentemente, têm surgido novas questões no campo dos estudos de gênero. Mulheres e homens reconheceram que, em muitas regiões do mundo, certas formas sob as quais as masculinidades vêm sendo rígida e tradicionalmente construídas têm trazido consequências quase sempre negativas para os homens e meninos. Uma lista parcial de alguns desses resultados negativos já foi apresentada: morte precoce, alta velocidade no trânsito, uso de violência para alcançar seus objetivos, abandono precoce da escola, em parte devido à necessidade de trabalhar desde cedo fora de casa (BARKER, 2008, p.18).

O interesse pelo estudo e aprofundamento na temática apresentada neste trabalho e que levou à pesquisar os fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no agravamento da mortalidade da população masculina, por homicídio, na cidade de Volta Redonda/RJ, surgiu na atuação profissional como assistente administrativo na assessoria técnica (utilizando os conhecimentos adquiridos na graduação/Bacharel em Serviço Social) do Setor de Saúde do Homem, ligado a Área Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda/RJ, no período de 2017-2018.

Atuando profissionalmente nesse setor, coube-me a responsabilidade pela realização de levantamentos de dados, criação de indicadores baseados nos eixos estruturantes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) – Portaria do Ministério da Saúde Nº 1.944 de 29 de agosto de 2009, e ainda a organização de seminários, palestras, cursos de capacitação envolvendo profissionais e estagiários da rede pública de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, psicólogos, assistentes administrativos, agentes comunitários de saúde), como também, membros do Conselho Gestor Municipal de Saúde, além de outras instituições públicas e privadas.

De modo particular, foi relevante a possibilidade de questionamentos sobre a construção do “ser homem”, e a relação desta com o modo de produção e reprodução social capitalista, já que Volta Redonda é uma cidade concretizada socioeconomicamente na atividade industrial, advinda da metalurgia, por ter em seu território a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa precursora do desenvolvimento socioeconômico e polo industrial da região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Cotidianamente, atividades e realizações de ações de promoção e prevenção de saúde nesse setor, possibilitaram a percepção quanto a população masculina encontrava-se excluída e marginalizada da proposta de acessibilidade às políticas públicas sociais e dos protocolos de atuação e intervenção profissional.

Nos serviços de saúde, histórica e culturalmente, a mulher é percebida como responsável pelo cuidado do grupo familiar, enquanto o homem não é concebido nesse propósito do cuidado. Só é notado quando debilitado, com uma enfermidade já em estado

avançado, encontrando-se, assim, numa situação de morbidade exacerbada - nas emergências e urgências dos hospitais - situação que aumenta os índices de mortalidade masculina.

Havia, entre os profissionais de saúde, um esforço concentrado para a realização da campanha nacional sobre a saúde do homem marcada pelo calendário de ações do mês de novembro, conhecido como “Novembro Azul”, muito limitada a informações específicas sobre o câncer de próstata. Ainda que esta enfermidade mereça reconhecimento e intervenção, por se tratar de assunto de grande relevância pública para a saúde do homem. Contudo ao analisar os dados e indicadores existentes sobre a condição de saúde-doença dos homens, constatou a presença de outros determinantes e condicionantes que influenciam e expõem os quesitos de morbimortalidade masculina com incidência maior sobre esses sujeitos.

Entre esses, destacam-se as enfermidades e mortes ocasionadas pelas doenças cardiovasculares (AVC e infartos); causas externas (homicídio, suicídio, acidentes de trânsito e de trabalho); neoplasias (câncer de brônquios e pulmões, estômago, cólon e reto, esôfago), que afetam e ocasionam sofrimentos físicos, psicológicos, sociais, além de perdas financeiras, tanto para os homens, devido ao afastamento do trabalho ou morte quando são eles os provedores dos recursos econômicos da família, quanto para o grupo familiar ao qual ele pertence.

Dentre as causas de mortalidade masculina, ressalta-se o homicídio, evidenciando as condições de existência baseadas na violência presente nas relações sociais desta população.

Este fenômeno – homicídio, é consequência da violência urbana, da desigualdade socioeconômica, do racismo, do enquadramento estigmatizado da figura masculina, do local de moradia (zonas suburbanas e periféricas da cidade com alto índice de pobreza, moradias em condições precárias, falta de acessibilidade às políticas públicas sociais e uso de violência institucional/do Estado e de parcela dos sujeitos residentes nessas localidades para resolução de conflitos).

Fatores sociais, econômicos e culturais acometem esses indivíduos, construindo a formação do perfil social desses sujeitos, e os conduz para uma conjuntura sócio-econômica-cultural que os leva à perda da vida, precocemente³.

³No Brasil, os homens vivem em média 7,1 anos menos do que as mulheres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, a expectativa de vida da população masculina chegou a 72,2 anos, enquanto a feminina atingiu 79,3; 76% das internações por lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas são em homens; 68% das mortes na faixa etária de 20 a 59 anos são de homens; a cada 3 pessoas que morrem no Brasil, 2 são homens; a cada 5 pessoas que morrem de 20 a 30 anos, 4 são homens. Eles portanto, representam cerca de 60% das mortes no país. (https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/folder/dados_morbimortalidade_masculina_brasil.pdf, acesso em 31/05/2020.)

Compreendemos que as causas de morbimortalidade devem ser consideradas, estudadas, e com aprofundamento dessa temática, sofrer intervenções institucionais que levem à minimização, controle e, quando possível, a erradicação desse agravo, pois expressam as condições de vida da sociedade. Entretanto, a morte ocasionada por causas externas, em especial homicídio (uma epidemia no Brasil), deve ser profundamente avaliada, questionada, e que haja atuação consistente das instituições governamentais, para que as políticas públicas sociais possam alcançar êxito junto ao enfrentamento dessa realidade posta.

A saúde, como política pública, é um direito social primordial para o bem-estar das pessoas e possibilita, por intermédio de estudo sobre os seus condicionantes e determinantes, um melhor conhecimento das condições de vida populacional. Em suma a política pública de saúde em conjunto com as políticas públicas de educação e assistência social, formam um aglomerado de ações e serviços mais próximos e acessíveis à população periférica das cidades brasileiras.

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, apresenta no Art.6º os direitos sociais: “à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”; direitos primordiais para a efetividade na qualidade de vida.

A CF de 1988, ao determinar os direitos sociais como alicerces de cidadania, entra em consonância com o conceito abrangente de saúde apontado na Conferência Internacional sobre Atenção Primária de Saúde, realizada na República do Cazaquistão, na capital Alma Ata, em 1978, que expressa assim essa conceituação:

[...] a saúde, estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade, é um direito fundamental, e a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos setores sociais e econômicos, além do setor de saúde (RODRIGUES; SANTOS, 2009, p. 85).

Percebe-se que existe a importância de acessibilidade da população aos direitos sociais, promovendo a realização de um contexto de vida com dignidade e bem-estar para os indivíduos, respeitando suas particularidades e necessidades, e incluindo neste ensejo o “ser homem”.

Então, este trabalho parte da premissa de que os homens vítimas de homicídios na cidade de Volta Redonda/RJ, apresentam perfil semelhante aos vitimados por este agravo em saúde no território nacional, apontado pela pesquisa social divulgada pelo Atlas da Violência no Brasil de 2019, que contém dados referentes ao ano de 2017, ou seja, um perfil que sofre a

influência de fatores determinantes relacionados a construção social do gênero, ao racismo, à pouca escolaridade, às condições existenciais ocasionadas pelo modo de produção capitalista (emprego, desemprego, salário, pobreza), à idade juvenil, à violência urbana e provavelmente ao local de moradia desses sujeitos.

Este trabalho apresenta como objeto de pesquisa os homens vítimas de homicídio e tem como objetivo geral apontar os fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam na determinação do agravamento da mortalidade da população masculina, por assassinato, na cidade de Volta Redonda/RJ. Procura, ainda, apresentar o retrato social do “ser homem” percebido ao olhar societário, através da construção social do ser, inserido no modo de produção e reprodução social capitalista – pelo trabalho, no entendimento do gênero, da exacerbção da violência e pelo racismo estrutural. E, partindo deste conhecimento, contribuir para o exercício profissional do Serviço Social e para a aplicação das políticas públicas sociais nas áreas de saúde, educação e assistência social - as que são mais próximas da população para o atendimento das demandas originadas nesse processo de relação social - desvendando caminhos para a minimização ou encerramento desse agravo em saúde sofrido pela população masculina.

Para o devido desenvolvimento desta pesquisa - o fenômeno urbano da violência sobre a população masculina e a mortalidade por causas externas (homicídios) - nossas análises e problematizações foram realizadas considerando a perspectiva de construção do ser social, através do método materialista histórico-dialético, segundo o qual, para Marx (1978), ao concreto pensado, que consiste na elevação do abstrato ao concreto, que é a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado, e assim identificar a concepção do “ser homem” na sociedade capitalista.

Desta forma, compreender acontecimentos e realidades que possuem existência não criada abstratamente pela razão humana, mas advindos da realidade social, denota desafios que precisam ser ultrapassados pelo pesquisador para conseguir realizar a tarefa de identificar a existência do ser social numa determinada conjuntura societária constituída e vigente.

Para alcançar a identificação e a existência desse ser social “o homem” e de todas as implicações decorrentes de sua formação sociocultural na sociedade, este trabalho de investigação social da realidade tem como orientação a pesquisa qualitativa. Relembra-se, portanto, a perspectiva de Minayo (1994), também destacada por Lima e Miotto (2007, p. 38-39) de que na pesquisa qualitativa, “todo objeto de estudo apresenta especificidades: é histórico, possui consciência histórica, identidade com o sujeito, é intrínseca e

extrinsecamente ideológico, é essencialmente qualitativo”; o que proporcionou uma análise com maior condicionamento de apropriação e conhecimento sobre esta população específica estudada.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa social é baseada em pesquisa bibliográfica (livros e artigos), que segundo Lima e Miotto (2007, p. 37) “é um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa”, e revisão teórica.

Adotou-se, também como procedimento, a pesquisa documental (documentos oficiais, reportagens de jornais impressos e sites, e estatísticas oficiais da área de saúde municipal). Assim, se propõe a trabalhar com a análise de dados⁴ mais referentes às mortes por homicídios fornecidos pelo Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda, e de indicadores e dados referendados pelo Atlas da Violência no Brasil de 2019.

Partindo desse esforço científico, analisamos dados e indicadores que caracterizam o perfil das vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda – RJ, no período de 2015 a 2019. Foi possível assim desvelar como se apresentam as condições de vida desses sujeitos sociais nessa sociedade capitalista, e identificar os fatores sociais, culturais, econômicos, históricos, que determinam a potencialização da violência que assola a população masculina.

Analisou-se também os dados referentes ao sexo, faixa etária, cor, escolaridade, principal instrumento utilizado para o cometimento do homicídio (armas de fogo) e os locais de residência e de ocorrência dos assassinatos, para a determinação de fatos socioculturais (educação, território habitacional, patriarcalismo, machismo, racismo) que inferem sobre a perspectiva de vida de acordo com sua condição de homem na sociedade, e apontando a influência exercida do modo de vida societário baseado no modelo de produção e reprodução capitalista sobre as condições de existência da população masculina.

Utilizando ampla bibliografia sobre as categorias trabalho, gênero, racismo, violência, estudadas nessa pesquisa, tornou-se possível a realização e criação de perspectivas científicas, com o intuito de alcançar conhecimento, e, assim, ampliar as possibilidades de subsídios científicos e sociais para o aprofundamento e conhecimento da estruturação da formação social do homem, com as principais implicações que determinam a posição marginalizada e potencializada para sua morte por causa violenta – nesse estudo, o homicídio.

⁴Dados obtidos em planilhas junto ao Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda/RJ, apontando informações quantitativas sobre a temática estudada.

Esse trabalho apresenta a seguinte organização estrutural para possibilitar a reflexão e compreensão da temática aqui apresentada: Introdução; 1ª Capítulo; 2º Capítulo; 3º Capítulo; Considerações Finais e Referências, conforme disponibilização a seguir dos assuntos tratados e discutidos.

No primeiro capítulo, apresentamos a construção do ser social, tendo como principal categoria o trabalho e o desenrolar da sociedade capitalista baseada na exploração, expropriação e alienação da mão de obra do proletariado, ocasionando a questão social e suas expressões as quais afetam a vida da classe subalternizada – os trabalhadores.

Apontamos os diversos modelos de organização capitalista: taylorismo, fordismo, keynesianismo, toyotismo, acumulação flexível, que contribuíram para a supressão da consciência e do reconhecimento do operário como construtor de riquezas.

Nesse primeiro capítulo, apresentamos, além disso, como o Estado organiza-se e opera sob a influência da ideologia hegemônica burguesa e sua dominação de classe⁵, utilizando-se de estruturas institucionais concretizadas no neoliberalismo e no contexto atual histórico brasileiro - no neoconservadorismo, ditando regras morais para adensamento do domínio societário.

No segundo capítulo, adentramos na história da cidade de Volta Redonda – RJ, desde a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o trato com os operários, sua mediação no convívio societário dos munícipes, e a ligação do modelo societário dessa cidade com o modo de produção e reprodução social capitalista.

Apresentamos ainda, as conclusões referentes ao modo de vida, e principalmente, os fatores que influenciam na morte ocasionada por homicídio de homens, por intermédio das análises de dados referentes ao sexo (discutimos a construção social do gênero), faixa etária, cor (racismo) e escolaridade, locais de prevalência dos homicídios e o principal instrumento causador deste agravo em saúde – o uso de armas de fogo. Dados levantados no Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda – RJ, dialogando com os dados apresentados pelo Atlas da Violência no Brasil de 2019.

⁵O uso contemporâneo do termo classe tende a indicar uma nova categoria de análise da realidade social, capaz de dar conta das desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista. Indica também um momento de auto-representação consciente dos trabalhadores no que se refere à sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação a outra(s) classe(s). Tal processo, cuja natureza política é inegável, relaciona-se à expansão das ideias socialistas. Em especial, vincula-se às propostas de interpretação da realidade social defendida por Marx e Engels desde a década de 1840. Embora seja possível observar outras matrizes de aplicação do conceito de classe social, é a partir das propostas de Marx e Engels que as ciências sociais passam a incorporar a classe ao seu arsenal analítico e, mesmo quando divergindo do marxismo, nele tiveram o interlocutor e a referência centrais no debate sobre o uso do conceito (MATTOS, 2008, p. 22).

Identificamos, utilizando os meios de comunicações impressos e remotos (internet, sites), os territórios de prevalência dos homicídios de homens, que são: as zonas periféricas e suburbanas da cidade, locais que concentram alto índice de violência, exclusão social, pobreza, desemprego e marginalização (sujeitos colocados à margem do Estado e considerados por essa instituição como perigosos).

No segundo capítulo, trazemos os fatores determinantes para o agravamento das causas de mortalidade da população masculina em Volta Redonda, como o racismo, a baixa escolaridade, a construção social do gênero, a sobrevivência em espaços (territórios) periféricos e marginalizados, e o adensamento da violência como agente causador de assassinatos da juventude.

Na sequência, apresentamos no terceiro capítulo a importância das políticas públicas sociais nas áreas de saúde, educação e assistência social para o fornecimento de possibilidades institucionais/estatais, em conjunto a instituições privadas, interventivas para a minimização ou encerramento desse contexto predominante de violência e morte para o público masculino.

Apresentamos, ainda, alguns projetos e ações realizados nas áreas de saúde, de educação e de assistência social, por instituições públicas e privadas, que produziram e produzem frutos favoráveis para o desenvolvimento cognitivo e para a inclusão social de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Exemplos de ações que cooperam para a melhoria da qualidade de vida e de oportunidades acadêmicas e profissionais para esses indivíduos.

Aduzimos, também no terceiro capítulo, a importância do Serviço Social no exercício profissional, em sua práxis e na execução das políticas públicas no cotidiano societário para a intervenção e atendimento das demandas trazidas pelos sujeitos na sociedade vigente.

Temos a consciência de que somente essas três políticas públicas apontadas não possuem a condicionalidade de resolver todos os fatores que envolvem a existência e determinam a morte dos homens, porém, podem, e certamente contribuem, para amenizar as condições desfavoráveis desses indivíduos frente à realidade societária imposta.

O Serviço Social atua particularmente no atendimento das demandas apresentadas pela população oriundas da “questão social”⁶, e assim, opera sua práxis profissional na luta

⁶A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do Fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação (NETTO, 2001, p. 42).

constante da classe trabalhadora por direitos sociais e na operacionalização do acesso dessa classe às políticas públicas sociais.

Na práxis dos(as) assistentes sociais temos a atuação no cotidiano profissional direcionada ao atendimento dos usuários das políticas públicas sociais, sendo este trabalhador técnico, importante na intervenção e nos encaminhamentos desses usuários para a acessibilidade a seus direitos sociais. Possui aparato teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que cooperam para a atuação profissional para o enfrentamento do que se apresenta na realidade de vida dos usuários.

Reforçando que nas áreas de saúde, educação e assistência social, o(a) assistente social tem considerável histórico de atuação e pesquisa para a intervenção e resolução das demandas identificadas nestes setores, ou, no mínimo, possui capacidade para atuar, propor, criar e gerir políticas públicas sociais, contribuindo para a construção de uma nova ordem societária, baseada na justiça e igualdade socioeconômica.

Nas considerações finais, apresentamos reflexões sobre o que foi argumentado nesta pesquisa que possibilitam a continuação da discussão sobre o formato organizacional do Estado, com suas implicações burguesas/capitalistas, para a existência societária. Pretende-se, assim, instigar a continuidade dos questionamentos surgidos sobre as condições de existência precária da maioria da população brasileira e as implicações na determinação de mortes de homens de maneira precoce e tão violenta, deles e da população mais marginalizada (proletariado) pelo sistema capitalista que impõe para a sociedade seu modelo de exploração: com a intensificação do acúmulo dos frutos dos bens socialmente produzidos retidos nos cofres de poucos abastados.

Entendemos, e é quase consenso, que para obtenção de uma sociedade composta de bem-estar e qualidade de vida para todos seus membros, o acesso aos direitos sociais: saúde, educação, assistência social, habitação, alimentação, lazer, cultura, esporte, segurança, emprego e renda, é fundamental para a consecução da cidadania.

Esse é o norte que elegemos para cooperar com a conquista dessa proposta societária.

Por fim, queremos destacar e registrar que para a realização dessa pesquisa, foi necessário ultrapassar desafios e limites postos pela conjuntura de pandemia advinda do surgimento do chamado novo Coronavírus (COVID-19), sendo detectado no final do ano de 2019 na cidade de Wuhan na China, o vírus espalhou-se rapidamente por diversos países até chegar no Brasil em março de 2020.

Com as medidas preventivas solicitadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar o contágio e a proliferação do vírus, foi instituído em diversas partes do mundo o isolamento social e o distanciamento social, limitando a mobilidade das pessoas e impondo regras de convívio societário. Com a aplicação dessas medidas preventivas, no Brasil foram fechadas as instituições de educação, sendo aplicado o modelo de ensino remoto, ocasionando a realização dos estudos e pesquisas via meios digitais e da obtenção da orientação para esta dissertação do mesmo modo.

Assim, o aprofundamento teórico, a análise de dados, a busca por bibliografia e o contato com o professor orientador limitou-se aos meios digitais⁷, e desta forma ficamos condicionados aos limites virtuais e ao bom funcionamento da rede de comunicação/internet, e do uso de equipamentos próprios (pertencentes ao professor e ao estudante) como computadores, notebook, tablet e smartphone para conseguir realizar os contatos e aulas de orientações.

Entretanto, vencidos os desafios pandêmicos (inclusive o descaso do governo federal no combate a pandemia), a construção desta pesquisa desenvolveu-se de maneira proporcional e adequada às necessidades e orientações acadêmicas. Consideramos a concretização desse trabalho uma valiosa vitória da educação, da ciência e da pesquisa, perante a conjuntura econômica e da política de corte de verbas, dos desajustes e dos arrochos no atendimento e nos investimentos em políticas públicas sociais.

⁷A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) criou o Programa de Auxílio Inclusão Digital (fornecimento de chip de celular com internet e tablet) para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da instituição com o objetivo de democratizar e ampliar as condições técnicas necessárias para acesso à internet e continuidade dos estudos, enquanto durar o período de pandemia do COVID-19. Site: www.pr4.uerj.br, acesso em 08/03/2021.

1 A CATEGORIA TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL

O trabalho é reconhecido como categoria determinante na construção do ser social, pois o homem, devido à necessidade biológica de manutenção e sobrevivência sua e de seus descendentes ou tribo, de sua espécie - a humanidade, passa a socializar-se através da utilização e realização de tarefas e/ou atividades na organização da vida em grupo/comunidade. Ou seja, o trabalho leva ao reconhecimento de si mesmo e do outro como sujeito existente e pertencente ao seu espaço geográfico/territorial, ao seu cotidiano estrutural numa determinada população, constituindo, nesse processo, parte da formação da comunidade/sociedade. Concordando com Netto e Braz (2006, p. 34), “foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos, numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social”.

Outrossim, a maneira que uma sociedade se organiza econômica, política, cultural e socialmente, expressa o grau de organização social do trabalho e o modo de vida de seus sujeitos, ou a organização social. De acordo com Netto e Braz (2006, p. 34), “estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal”.

Nesta pesquisa, desenvolvemos nosso raciocínio utilizando a categoria trabalho sob a ótica de conceituação determinada por Marx, trabalho reconhecido como atividade humana que transforma a natureza operando nela a construção de algo (o objeto pensado), pela intervenção da mente humana, antes mesmo da própria intervenção física, utilizando-se da ação das mãos e instrumentos para a construção do objeto idealizado.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mão. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo

tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais (MARX, 2013, p.188-189).

No momento atual e ideologicamente determinado pelo sistema econômico capitalista e de extrema globalização⁸ das relações sociais e culturais, há uma considerável influência na maneira de organização econômica, política, cultural e social, intervindo e impondo “um modo de vida” particular (individualizado) e ao mesmo tempo universal (socializado) para diversas nações ao redor de nosso planeta. Essa formatação opera drasticamente as condições de existência de considerável parcela populacional.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, 2001, p.19-20).

Nessa conjuntura contemporânea de supremacia do sistema capitalista baseado pela ótica do neoliberalismo⁹ na constituição e organização civilizatória e dos processos de

⁸Segundo Santos (2001, p. 24): “Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa”.

⁹De acordo com Demier e Duriguetto (2017, p. 10):“O ciclo de expansão e vigência fordista-keynesiana começou a dar sinais de esgotamento no início da década de 1970 em função, entre outros fatores, do declínio do crescimento econômico, da queda das taxas de lucro, da hipertrofia do capital financeiro e do desemprego, Mandel (1990); Mézaros (2009). É nesta conjuntura de crise que se tem a contraofensiva do capital, por meio do *seu* Estado, contra os direitos conquistados, dando progresso ao desenvolvimento de mudanças na esfera da produção e nas funções políticas e econômicas estatais, agora sob a égide dos ajustes neoliberais. No centro da programática destes ajustes está a defesa das contrarreformas do Estado, as quais visam, de acordo com Netto (1995, p. 195), “[...] erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital [...]”. O que é atacado, assim, é o alargamento das instituições democráticas que permitiram e viabilizaram ações consensuais na dinâmica das relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Em outras palavras, é o estreitamento da institucionalidade democrática que é advogado pelos neoliberais. O mercado é ovacionado como instância mediadora central na regulação da vida social e, em consequência, tem-se a defesa da diminuição do nível de intervenção do Estado no que tange à garantia de direitos sociais e políticos - restringindo os primeiros na oferta de políticas sociais compensatórias), bem como a defesa de uma intervenção forte em prol da garantia de marcos legais para a expansão do mercado e à crescente valorização do capital”.

produção e distribuição de bens - da riqueza socialmente produzida - percebe-se o grau de maximização da “mais valia”¹⁰ pela expropriação/exploração da força de trabalho (operariado).

Neste contexto, o proletariado sofre constante e arduamente a elevação do aviltamento e precarização das condições de trabalho e de perdas de ganhos financeiros reais, oriundas da destituição de direitos trabalhistas e sociais. Fatores ocasionados pela minimização da intervenção estatal ao atendimento emergente e complexo das “expressões da questão social”¹¹, para o enfrentamento destas necessidades primordiais e de garantia da cidadania.

Isso demonstra o quanto, se vivencia no presente, um processo cruel e desumano de socialização da ideologia hegemônica (burguesa) que impõe ao indivíduo (ao trabalhador) uma maneira de sobrevivência humana vexatória e marginal que interfere negativamente nas condições de acesso às políticas públicas sociais e econômicas.

O modo de produção capitalista sequestra a essência do ser/indivíduo com o endurecimento de sua personalidade e anulação de seu reconhecimento como construtor de produtos, materiais, mercadorias. Priva o trabalhador do conhecimento social e cultural, por intermédio de seu trabalho, o qual encontra-se demasiadamente alienado. Troca sua força de trabalho por um valor monetário – o salário.

Em seu próprio desenrolar, portanto, o processo capitalista de produção reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador. Ele força continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita continuamente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Já não é mais o acaso que contrapõe o capitalista e o trabalhador no mercado, como comprador e vendedor. É o beco sem saída [*Zwickmühle*] característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e converte seu próprio produto no meio de compra nas mãos do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica de sua venda de si mesmo, pela mudança de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho. Assim, o processo

¹⁰Para Marx (1985, p. 160): “O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador”. Assim, podemos compreender o termo “mais-valia” como a expropriação/exploração da mão de obra operária gerando lucro ao capitalista no processo de produção e aumento do pauperismo para o proletariado.

¹¹De acordo com Yamamoto (2007, p. 27): “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado (MARX, 2013, p.430).

O trabalhador produz riquezas, porém não acessa esses frutos, e ainda se estranha deste processo. Existe a exteriorização do trabalho, no qual o homem não reconhece o produto de seu trabalho, há o estranhamento do homem (trabalhador), tornando-se um servo de seu objeto de trabalho, uma mercadoria vendida e utilizada no modo de produção capitalista em troca de um salário.

1.1 Significado do trabalho na construção do ser social

A História apresenta o significado do termo “trabalho” como atividade transformadora da construção social do ser. Pode-se destacar que, para devida compreensão de grande parcela de pesquisadores sobre essa temática, o homem/a mulher, através da organização/divisão social do trabalho, transformam-se em atores sociais que modificam a natureza, por meio de sua intervenção.

Devido à necessidade de sobrevivência, muitas vezes em ambiente inóspito, em condições de extrema dificuldade para se manter, o homem, na sua relação com a natureza e com o meio ambiente, necessitou aprimorar suas técnicas e seu modo de conduzir o cotidiano grupal, utilizando-se da criação de instrumentos feitos pelo uso dos materiais retirados do território no qual se encontrava - da própria natureza.

Nas cavernas humanas mais antigas encontramos instrumentos de pedra e armas de pedra. Ao lado de pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho (MARX, 1985, p. 150).

A humanidade domesticou animais selvagens para o auxílio na realização das atividades básicas e cotidianas necessárias para a própria manutenção e para a proteção e garantia da perpetuação do grupo de convívio, e para sobreviverem, retiravam da natureza os produtos necessários para sua subsistência: do rio pescava e retirava o peixe; da mata os frutos das árvores e plantas comestíveis; e quanto aos animais, além de servirem de alimento, alguns foram utilizados como ferramentas na rotina de trabalho, como meio de proteção do corpo ao

usar as peles transformadas em vestuários para proteção contra o frio e de outros importunos ocasionados pelo meio ambiente.

Nesta sociedade primitiva, passa a existir uma mínima organização de divisão social do trabalho: os homens exerciam determinadas tarefas como a pesca, a caça e a guerra; colocando-se deste modo em situações constantes de perigo de danos físicos ou de morte. Utilizavam da força e da violência para poder caçar o animal selvagem ou guerrear contra os grupos rivais; já as mulheres, detinham as atividades relacionadas ao cuidado com os filhos, com a alimentação do grupo e outros afazeres existentes na comunidade de convívio, como o cultivo de alimentos.

O regime social em que viviam esses grupos humanos pode ser designado como o da *comunidade primitiva*: os abrigos eram extremamente toscos, a alimentação obtinha-se através da coleta de vegetais e da caça eventual e imperava o nomadismo. Com a produção de instrumentos menos grosseiros que machados de pedra e, depois, cada vez mais aperfeiçoados (o arco e a flecha, redes de pesca, canoas e remos), assim como os primeiros rudimentos de agricultura, aqueles grupos foram, pouco a pouco, amenizando a condição de penúria geral em que decorria a sua existência. Essa penúria devia-se ao fato de tais grupos consumirem imediatamente o pouco que podiam obter com seus esforços – não conseguiam mais sobreviver a duras penas. As atividades de seus membros eram comuns (a coleta, a caça, a pesca), seus resultados eram partilhados por todos e não havia propriedade privada de nenhum bem. Nesse “comunismo primitivo”, em que imperavam a igualdade resultante da carência generalizada e a distribuição praticamente equitativa do pouco que se produzia, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 56).

No contexto apresentado não existia excedente e nem acumulação; o que existia era o consumo baseado nas necessidades diárias dos indivíduos de determinados grupos; o que era apresentado para o grupo no processo de retirada dos frutos da natureza era consumido de imediato pelos membros, assim, não existia estoque e nem reservas futuras. Quando se precisava de mais alimentos era só repetir o processo da retirada das necessidades via natureza, sem envolvimento de processo produtivo acumulativo.

Sendo a história um linear de acontecimentos podemos citar brevemente algumas civilizações¹² que obtiveram relevância na formação social, econômica, política, cultural e nas organizações institucionais que compuseram o modo de ser da humanidade em determinados períodos: os povos da mesopotâmia, os egípcios, os chineses, os fenícios, os persas, os hebreus, os gregos, os romanos, e tantos outros povos que contribuíram para formação da

¹²Para melhor compreensão sobre o assunto aqui tratado pode-se consultar a seguinte obra literária: SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. **História**: volume único / Gislane Campos Azevedo Seriacopi, Reinaldo Seriacopi. 1ª Edição. São Paulo: Ática, 2005.

diversidade de nações pelo mundo, até nos atermos no período da Europa Medieval e o caminho para a Revolução Industrial.

Durante o período Medieval, século V ao século XV – período da história do Ocidente antes do processo de Revolução Industrial - a sociedade era organizada numa estrutura, sistema econômico, social e político - conhecida como Feudalismo. Um sistema baseado na produção agrícola. O Feudo compreendia uma grande propriedade rural pertencente ao Senhor Feudal e aldeias contendo terras para o cultivo sob a responsabilidade dos camponeses que trabalhavam para esse Senhor, num regime de servidão denominado de vassalagem.

Neste período, a sociedade era composta basicamente de três camadas sociais: nobreza, clero (Igreja Católica Apostólica Romana) e os servos; desse modo, a economia voltava-se para a produção agrícola de subsistência e autossuficiência para a manutenção do Feudo, não existindo a troca monetária (circulação de dinheiro).

A economia feudal baseava-se na atividade agrícola e a terra era o principal fator de riqueza. Nas vastas extensões de terra, denominadas feudos, praticavam-se a agricultura, o extrativismo, a caça e a criação de animais. A propriedade era dividida em domínio ou manso senhorial, cuja produção pertencia exclusivamente ao senhor feudal; manso servil, onde os servos praticavam a agricultura para sua subsistência; e manso comunal, formado pelos bosques e pastagens. A sociedade Feudal dividia-se em três grupos: os nobres, que tinham o domínio sobre as terras; os trabalhadores, que em sua maioria eram servos; e o clero, formado pelos membros da Igreja Católica (PETTA, 2005, p. 43).

Entretanto, as bases construtivas para a passagem de um novo modelo de sistema (o modo de produção capitalista) contêm suas raízes embutidas no processo de expropriação dos camponeses, a estrutura econômica da sociedade capitalista surge da estrutura econômica da sociedade Feudal, por intermédio de uma violenta criação do proletariado inteiramente livre para vender a sua força de trabalho, ocasionada pela expulsão dos camponeses e expropriação das terras, oportunizando o surgimento de grandes proprietários fundiários.

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 515).

Durante o período medieval, inicia-se o processo de criação de centros urbanos. As cidades começam a se organizar em torno da presença de população que laborava no comércio de produtos artesanais e da circulação do dinheiro. A população destas localidades era reconhecidas como burgueses e era composta por comerciantes, banqueiros e empresários, grupos detentores do dinheiro e dos meios de produção.

Os moradores dos burgos eram conhecidos como burgueses. Muitos deles eram mercadores e artesãos sem nenhum vínculo ou obrigação para com o senhor feudal. Por isso no século XI o termo burguês acabou se transformando em sinônimo de pessoa livre. Posteriormente, o termo passou a designar cada vez mais indivíduos pertencentes a grupos sociais detentores de dinheiro e dos meios de produção, como comerciantes, banqueiros e empresários (SERIACOPI, 2005, p.122).

Esse processo de passagem histórica é aprofundado e generalizado com o advento da Revolução Industrial (conjuntos de mudança no modo de produção ocorridos na Europa nos séculos XVIII e XIX, com a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado e com uso de máquinas no processo de produção). A Revolução Industrial proporcionou uma nova forma de compreender o trabalho e de vivenciá-lo, acarretando considerável transformação no modo de produção, das condições de trabalho e da execução do trabalho pelo proletariado.

Com o crescimento do mercado, os burgueses começaram a utilizar em suas manufaturas novidades tecnológicas que despontam na sociedade. Essa nova tecnologia faria aumentar enormemente a produtividade do trabalho nas manufaturas, colocando a indústria têxtil na vanguarda da revolução Industrial [...] Foi o caso, por exemplo, da máquina de fiar criada em 1764 por James Hargreaves. Era uma roca manual de vários fios que habilitava uma única pessoa a realizar trabalho equivalente ao de oito trabalhadores [...] James Watt desenvolveu em 1769 [...] a máquina a vapor, o processo de substituição da força humana pela energia mecânica tornou-se cada vez mais rápido. Nos anos seguintes, o invento de Watt passou por diversos aperfeiçoamentos, propiciando um desenvolvimento industrial generalizado. Seus reflexos foram sentidos na siderurgia, na metalurgia e no aparecimento dos primeiros trens a vapor, inventados em 1808 [...] Em seu conjunto, essas mudanças resultantes dos avanços tecnológicos ficaram reconhecidas como Revolução Industrial (SERIACOPI, 2005, p. 242).

Nesse contexto, não há espaço para o trabalho específico somente para dar conta das necessidades básicas de um grupo ou de uma população; passa a existir uma conjuntura de acumulação capitalista advinda da expropriação/exploração da mão de obra do trabalhador e de acumulação das riquezas socialmente produzidas retida pela classe burguesa, detentora dos meios de produção e da ideologia dominante.

A história da humanidade é construída por fatos e ações sociais criados e vivenciados pelo homem, e com o processo de produção capitalista não será diferente. Para que isso aconteça, de acordo com Iamamoto (2007, p.26), citando Marx e Engels: “o primeiro

pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas outras coisas mais”. Para que isso aconteça haverá muitos percalços a serem vencidos pelo operariado na luta por sobrevivência.

Assim, para sobreviver e realizar a história se faz necessário o atendimento de demandas apresentadas pela humanidade que propiciarão condições de vida adequadas. Todavia, como atingir esse objetivo, num processo de mudança no qual o trabalhador é extremamente explorado pelo modo de produção capitalista, cada vez mais potencializado pela criação de novas tecnologias? Estas, em sua gênese, foram o uso de tração animal, máquinas movidas a vapor, e em seguida a eletricidade; equipamentos de uso industrial; ocasionando o aumento da exploração da mão-de-obra operária (homens, mulheres, crianças); retirada de matérias-primas da natureza (minérios: ouro e diamantes, carvão, madeira, água...), apropriação de terras para estabelecimentos de indústrias e mineradoras.

Na conjuntura atual, a utilização das tecnologias da informação e comunicação, com a robotização dos processos produtivos, ocasiona a potencialização do desemprego e a precarização das condições de vida do trabalhador.

O capitalista torna-se o detentor e senhor dos meios de produção, do processo de produção, do trabalhador, dos produtos (mercadorias) e praticamente de todo um sistema organizacional de uma sociedade.

[...] o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, e pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence à utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele encontrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que se pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 1985, p. 154).

Nesse sistema de produção e reprodução social do trabalho, denominado capitalismo, geram-se as expressões da “questão social”, que atingem o proletariado diretamente nas suas condições de vida: a pobreza, o desemprego, a fome, a miséria, as enfermidades, as calamidades e diversos outros tipos de marginalização, preconceitos étnicos, de gênero, de

idade, desigualdades que levam à existência persistente da violência, enveredando a vida em sociedade.

Esse modelo de produção capitalista concretiza a exteriorização do trabalho, na qual o operário não se reconhece como criador e produtor do objeto, do fruto de seu trabalho, a mercadoria produzida não lhe pertence, pertencendo assim, a outro homem, ao não trabalhador - ao capitalista. Há a exacerbação da exploração e do trabalho alienado.

Com a alienação do trabalho, a reprodução social passa a conhecer uma nova categoria, que não conhecia anteriormente (pelo menos, não nesta forma mais desenvolvida). O homem passa a desdobrar as relações sociais de exploração, a vida social é cada vez mais baseada na violência que possibilita que uma classe viva do trabalho (e da miséria, portanto) da outra; em suma, os homens passam a produzir a sua própria desumanidade. A alienação nada mais é que isto: a desumanidade socialmente produzida pelos próprios homens (LESSA, 1999, p. 28).

A questão social é fruto de um sistema dominado pelo interesse financeiro, no qual a exploração da mão-de-obra do operariado, juntamente com o domínio pelos capitalistas dos meios de produção: ferramentas, equipamentos, instrumentos e recursos naturais, determinam a divisão de classes em operariado e burguesia.

A burguesia capitalista possui o controle e a posse da maior parcela da riqueza socialmente produzida nesse processo, enquanto os trabalhadores sofrem a consequência da desigualdade social e econômica, sobrevivendo com a menor proporção das riquezas socialmente produzidas, e por isso percebe a necessidade de reivindicar melhorias de sua condição de existência, inicia-se a luta de classes.

A violência da pobreza constitui parte de nossa experiência diária na sociedade brasileira contemporânea. Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YAZBEK, 2007, p.61).

A evolução do modo de produção capitalista é constante e sofre mutações facilitadoras de acumulação de riquezas pela classe abastada e o desenrolar de sua metamorfose amplia e fomenta um sistema que ganha ares estereotipados de crueldade pela exploração e marginalização dos trabalhadores, impondo processos de produção de mercadorias, de execução do trabalho demasiadamente vexatórios e contundentes na formação social do sujeito (do proletariado).

O emprego indiscriminado, especialmente no início do século 19, de crianças e mulheres nas fábricas, cumprindo jornadas que iam de um mínimo de 8 até 14 horas de trabalho diárias e recebendo pelo trabalho, salários miseráveis, é um exemplo disso. As condições de trabalho nas fábricas desse período eram incrivelmente péssimas: tratavam-se de galpões escuros, sujos e muito mal ventilados, abarrotados de máquinas ruidosas e totalmente desprotegidas, nas quais trabalhavam homens, mulheres e crianças em pé todo tempo, o que lhes causava todos os tipos de deformações nas articulações e na coluna vertebral, especialmente nas crianças e adolescentes. Não eram raros os desmaios, convulsões e mortes súbitas durante o trabalho (PINTO, 2007, p.23).

Dentre os modelos de produção capitalista podemos destacar a princípio o Taylorismo que buscou, de certa forma, uma organização do trabalho através do controle da linha de produção da fábrica e do tempo necessário para produzir as mercadorias no cotidiano das atividades industriais, por intermédio da divisão técnica do trabalho (dos operários) dentro da produção industrial. Adveio deste modelo de produção o controle sobre as etapas do processo produtivo.

O que distingue o sistema taylorista de organização dos seus precedentes, é o fato de que toda essa complexa análise e planejamento que envolve ficam, após sua implementação, a cargo da administração da empresa, e somente dela. Toda a experiência, todas as técnicas relativas às atividades realizadas nas várias instâncias da empresa são repassadas para trabalhadores especializados em analisá-las com base em métodos experimentais, através dos quais são padronizadas, tendo em vista a redução da quantidade de operações desnecessárias, do tempo de execução das demais, dos gastos de energia física e mental dos trabalhadores, da ociosidade dos equipamentos, dos intervalos entre uma operação e outra, entre outros objetivos (PINTO, 2007, p. 36-37).

Na sequência, temos o modelo de produção capitalista denominado Fordismo, que baseia sua produção e consumo em massa, pela introdução de novas técnicas com a utilização da linha de montagem e da eletricidade no seu processo de trabalho; usando ainda da disciplina, organizando os trabalhadores na perspectiva de combinar produção em massa com consumo em massa. Nesta fase monopólica que a valorização do capital é enfrentada pela consolidação de um novo padrão de acumulação e de um novo regime de regulação social materializada no binômio fordismo/keynesianismo.

O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais. Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa, para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi

também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 86).

Assim, fordismo/keynesianismo constituem os pilares do processo de acumulação na forma acelerada e ampliada de capital no pós 1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia dos Estados Unidos da América – o imperador capitalista.

Entretanto, o sistema capitalista vive e sobrevive de contextos de crise, e assim deu-se a crise estrutural do capital a partir do início dos anos 1970, desencadeada pela queda constante da taxa de lucro, afetando a organização do mundo do trabalho baseado nos sistemas fordista e keynesiano de produção.

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram: 1) queda da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; 3) hipertrofia da esfera financeira; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *welfarestate* ou o “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ANTUNES, 1999, p.29-30).

A resposta a esta crise, como de costume na ideologia capitalista, veio de forma mais violenta de expropriação e exploração da mão de obra operária; com a redução da participação do Estado nas intervenções, via políticas públicas sociais, para atendimento das necessidades oriundas da população empobrecida; privatizações das empresas estatais – incrementando, assim, o mercado financeiro e a riqueza dos capitalistas. Surge uma nova proposta de dominação ideológica, denominada de neoliberalismo.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte: a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 1999, p. 31).

Outrossim, o trabalhador é ameaçado constantemente pelas novas morfologias, facetas e organização capitalista, na qual há constante perda e encerramento de garantias trabalhistas e direitos sociais, salários baixos, agravando e deixando cada vez mais perversas as condições de trabalho e de existência.

O operariado passa a vivenciar o aumento da pobreza, da miserabilidade, da precarização das condições para exercer seu trabalho, da flexibilização do trabalho – trabalhador exercendo diversas funções profissionais para a empresa, e recebendo o equivalente ao exercício de apenas uma destas funções.

Com a intensificação das horas trabalhadas, outros tantos trabalhadores tornam-se dispensáveis para o mercado de trabalho e isso aumenta o desemprego, criando o que Marx denominou de “exército industrial de reserva”.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 462-463).

Assim, pressionado pelo contexto, o trabalhador empregado submete-se às ordens do patrão, e não há organização sindical para exigências de melhores salários e condições de trabalho, ocasionado pelo medo de perder o emprego, segundo Marx (2013, p. 467): “Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões”.

O sistema capitalista novamente intervém na organização do processo de produção e de utilização do trabalho socialmente produzido, instaurando novas formas de aplicação no desenvolvimento de suas instrumentalidades dominadoras da extração de lucros.

Com o ingresso do modelo denominado Toyotismo, o operariado vê-se incluso numa intensificação de suas atividades laborais, que de acordo com Antunes (1999, p. 56) “reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia”; com o intuito de garantia de um novo ciclo reprodutivo e perpetuação da dominação capitalista.

[...] o sistema toyotista de organização tinha como fundamento uma metodologia de produção e de entrega mais rápida e precisa que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa “enxuta” e “flexível”. Isso era obtido pela focalização no produto principal – gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades -, com utilização de uma força de trabalho polivalente – agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades (PINTO, 2007, p. 53).

Novamente aflora o arrocho salarial e precarização do trabalho, confirma-se a acumulação flexível, um modelo de produção baseado na utilização de novas tecnologias (informatização e robotização) dos processos de produção, na terceirização da mão-de-obra operária - empresas prestadoras de serviços para outras empresas, inclusão da cooperação dos trabalhadores pelo discurso da colaboração, e da concepção na participação da produção de mercadorias, nessa ideologia os trabalhadores são denominados de colaboradores, o que subjetivamente impõe a corresponsabilidade do sucesso da empreitada.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num curto espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1993, p. 141).

Há a desregulamentação de direitos trabalhistas, fragmentação da classe trabalhadora, precarização das condições de trabalho e aumento de exigências referentes ao mantimento do processo produtivo e da geração de lucro.

[...] em verdade uma participação manipuladora e que preserva na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O ‘trabalho polivalente’, ‘multifuncional, ‘qualificado’, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES, 1999, p. 52).

A mudança de formatação do sistema capitalista para uma orientação das regulações com o intuito de fomentação e crescimento do lucro para o capital, da indústria, do comércio, do mercado financeiro (banqueiros) e/ou do agronegócio, traz à tona o propósito de existência

de uma forma de governo baseado na propulsão e proteção da propriedade privada. Seja ela em forma de edificações (casas, fábricas, hotéis, bancos, lojas), produtos de consumo de luxo (carros, aviões, joias), de terra (fazendas, latifundiários) ou da gerência e dominação do operariado (ser dono da força de trabalho pela compra em salário de sua mão-de-obra e de sua criação - sua produção).

O capitalismo é orientado para o crescimento [...] só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção [...] o controle do trabalho na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo (HARVEY, 1993, p.166).

Assim, cada vez mais o capitalismo entranha seus tentáculos escravizadores sustentando a organização societária baseada na acumulação de riquezas por uma minoria dominante (burguesia), em detrimento da camada empobrecida da população, os trabalhadores – proletariado imerso na marginalização e na exclusão social e econômica.

1.1.2 O trabalho na conjuntura social e econômica do século XXI

Numa conjuntura internacional de globalização, na qual os intercâmbios sociais, culturais, econômicos, políticos e de ideologias diversificados entre as nações, tornam-se intensificados cotidianamente pelo uso de novas tecnologias facilitadoras de contatos pessoais e empresariais, como a informática, as redes de comunicações sociais transformam radicalmente os meios de vida humana e planetária (natureza), refletindo, logicamente, no processo de trabalho e nas condições deste processo.

A globalização é normalmente associada a processos econômicos, como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados ou a integração produtiva em escala mundial. Mas descreve também fenômenos da esfera social, como a criação e expansão de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e o equacionamento de questões concernentes à totalidade do planeta: meio ambiente, desarmamento nuclear, crescimento populacional, direitos humanos, etc. (VIEIRA, 1999, p. 72-73).

Com a potencialização concretizada da exploração do operariado num modelo societário baseado no objetivo da classe burguesa de acumulação ao extremo e detenção hegemônica dos bens socialmente produzidos, na qual o lucro oriundo desta conjuntura social, política e econômica é aprisionado por essa classe, a reflexão de trabalho estranhado e

exteriorizado sustenta-se, após séculos de estudos, no cotidiano de nossa sociedade do século XXI.

O trabalho torna-se cada vez mais externo ao trabalhador, assim, não pertencendo ao seu ser, tornando-se algo estranho, algo que não lhe pertence; ainda que seja ele o construtor e executor do processo de criação de um produto, não se percebe como tal (o verdadeiro criador do produto).

O produto do trabalho apresenta-se ao trabalhador como poder estranho, o que não lhe pertence, não é seu, e sim de outro ser, de outra pessoa, no caso, do capitalista – senhor proprietário de todo processo, instrumentos, meio e força de trabalho necessários para a produção de bens e de riqueza, que automaticamente, num toque de alienação do trabalhador, pertence ao não-trabalhador (ao capitalista), conforme Marx (2004, p. 85): “O trabalho estranhado, exteriorizado, traz a seguinte consequência: o homem está estranhado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico, ou seja, o estranhamento do homem pelo próprio homem”.

Então, o homem não se reconhece no produto de seu trabalho; não se reconhece na relação com outro homem e nem no objeto de trabalho de outro homem. Para Marx, o trabalho ocupa lugar central na caracterização da essência e da especificidade humana, torna-se, assim, a atividade central em que os homens estranham sua essência - há o trabalho estranhado.

O trabalhador torna-se tal qual o objeto produzido por suas mãos: uma mercadoria que pertence ao capitalista, e, desta forma, concretiza-se a completa faceta cruel do capitalismo, na qual o homem, criador das riquezas, não as detém, e sim o outro homem, o capitalista que, de fato, torna-se dono das riquezas socialmente produzidas. Tal processo ocasiona a transformação da mais emblemática figura para organização de um ser abdicado de si mesmo em favor de um outro o qual realiza todas as iniciativas possíveis para dominar os bens socialmente produzidos em detrimento do verdadeiro produtor dos bens – o trabalhador.

Tudo que aparece no trabalhador como atividade da exteriorização, o estranhamento, aparece no não trabalhador como estado da exteriorização, do estranhamento. O não trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador (MARX, 2004. p. 90).

O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto deste para o qual está a serviço para a fruição do mesmo só pode ser o homem mesmo, [...] o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, o trabalhador [...] O processo de trabalho é um processo

entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem [...] (MARX, 1985, p. 154).

Por isso, o trabalho, definitivamente, acaba tornando-se uma atividade identificada como martírio, de acordo com Albornoz (2008), trabalho, em português, origina-se do latim *Tripalium*, que se caracteriza como um instrumento de tortura: é um trabalho de auto sacrifício, de mortificação.

O trabalho passa a ser considerado um sofrimento, pesar, obrigação; por isso, o trabalhador só sente sua liberdade fora do local do trabalho, executando suas tarefas instintivas de “ser animal”: como comer, beber, procriar, realizar atividades de lazer e outras formas de relaxamento físico, mental e espiritual. Para a maioria dos trabalhadores, o trabalho deixa de ser objeto de prazer, de realização, de construção social; passando a ser reconhecido como objeto de martírio/sacrifício.

As formas de reestruturação produtivas atuais condicionam o operário a um tenso e desgastante modo de vida. A potencialização da precarização dos meios de produção e de salários; perdas de direitos sociais e trabalhistas; aumento das horas de trabalho; diversidades de tarefas e atividades diárias; jornadas de trabalho duplicadas, triplicadas e aumentadas; disponibilidade completa de atuação profissional de acordo com a necessidade da empresa e sem garantias de ganho real salarial; diversos vínculos empregatícios; utilização dos próprios meios físicos (transporte, computadores, energia elétrica, água, demais equipamentos) no trabalho executado na residência fora do local físico da empresa contratante – escravização moderna, forçada e ao mesmo tempo voluntária e instintiva em busca da sobrevivência.

Ressaltando o caso brasileiro, e somando-se aos fatores já expostos, podemos citar a pesquisa informada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹³ (IBGE) noticiada pelos meios de comunicação, o número alarmante de 12,4 milhões de desempregados; 24,4 milhões de pessoas trabalhando por conta própria, e o quantitativo de 11,9 milhões de pessoas trabalhando no setor privado sem carteira assinada (sem registro e contrato na CTPS).

Durante a Pandemia do Coronavírus¹⁴, neste ano de 2020, no Brasil, o quantitativo de desempregados no país aumentou 1,1 milhão em três meses, chegando a aproximadamente

¹³Site: economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/29/desemprego-pnda.htm, acesso em 21/01/2020.

¹⁴Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam

14 milhões de pessoas. Em 1 ano o Brasil viu a população ocupada encolher para o menor contingente já registrado pela pesquisa¹⁵, iniciada em 2012.

Dados que contribuem para o aumento do desemprego já mencionado anteriormente, de acordo com Marx (2013), do denominado fenômeno conhecido como “exército industrial dereserva”, pressiona ainda mais os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, na intranquilidade, insegurança e temor de perder seu emprego, sujeitando-se, assim, às formas de trabalho mais precárias e insalubres possíveis.

Exemplificando essa condição de existência desumanizada de vida do trabalhador, Antunes (2014) apresenta um novo termo para designar as condições de corrosão do trabalho, a “Walmartização”, nome advindo das formas de trabalho e gestão inauguradas pelo hipermercado *Walmart*, que é uma combinação entre elementos do taylorismo (alto investimento tecnológico e parcelamento de funções) e do toyotismo (o *just in time* e obsessão do desperdício zero), acrescido por um componente novo, que não estava presente em seus modelos genuínos: a baixíssima remuneração de seus funcionários e de toda rede produtiva e de fornecedores. Sendo considerado o fator mais dramático deste fenômeno, desse modelo de gestão Walmartizado, é a sustentação da precariedade de seus empregados com a precariedade do conjunto da classe trabalhadora, pois, esta, devido aos precários e baixos salários, é a principal consumidora dos produtos e mercadorias vendidas por esta empresa.

Nesta linha de organização contemporânea de exploração do proletariado pelos capitalistas, podemos citar, na esfera da circulação de mercadorias, novos modos de se viver do trabalho, que influenciam na sua organização e trazem consequências para a vida do trabalhador.

Temos, assim, nesta conceituação, modelos de transportes de passageiros por automóveis como, Uber (uberização do trabalho), 99, Cabify, Moto Táxi, Moto boy (entregadores de mercadorias e produtos de consumo, como lanches, remédios, peças automobilísticas); a promoção do empreendedorismo denominando a pessoa como sujeito empreendedor na venda de produtos de higiene e uso pessoal para tratamentos de beleza de empresas como Jequití, Avon, Natura, Eudora, Hinode, Boticário.

humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.
<https://coronavirus.saude.gov.br/>, acesso em 09/04/2020.

¹⁵Site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/30/desemprego-no-brasil-sobe-para-144percent-em-agosto-diz-ibge.ghtml>, acesso em 10/12/2020.

A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora [...] Submetidos a essas modalidades de trabalho, com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, os trabalhadores ainda são obrigados a cumprir “metas”, impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos, depressões e suicídios (ANTUNES, 2018, p. 34-35).

Somando-se a esses trabalhadores, podemos identificar os denominados ambulantes, vendedores de mercadorias pelas ruas e transportes públicos (sinais de trânsito, esquinas das avenidas, trens, ônibus, metrô), e nas próprias residências ou lojas anexadas a moradia (botequins, bares, pensão), sobrevivendo a duras penas com a potencialização de sacrifícios corporais, profissionais, sociais e econômicos.

Sobretudo, acontece o aumento das perdas de direitos sociais e trabalhistas, pois esses sujeitos tratados como trabalhadores, na verdade são desempregados ou subempregados, não possuem garantias contratuais na execução de suas atividades e tarefas.

Quando necessitados de auxílios, como auxílio doença, licença maternidade, pensão por morte, licença médica e outros benefícios previdenciários - não terão como acessá-los, pois não sendo sujeitos de contribuição previdenciária (INSS), legalmente e contratualmente não possuem direitos resguardados. Da mesma maneira, ao término ou ao fim das atividades que exercem, não terão direito a rescisão trabalhista como aviso prévio, férias, 13º salário, FGTS, seguro desemprego.

Esta realidade leva à intensificação da expropriação realizada pelo sistema capitalista sobre as necessidades básicas referentes à sobrevivência da população, que a partir das perdas de direitos sociais é obrigada a adquiri-los via compra mercantil, o que se pode constatar na busca por acesso à saúde, à previdência, à educação em instituições privadas.

Surge, deste modo, um duplo pagamento ao mercado financeiro pelos impostos pagos ao governo (que por lei devem ser aplicados e investidos em políticas públicas) e pela aquisição, via mercado de consumo, de planos de saúde, de previdência e do pagamento de mensalidades em instituições particulares de ensino.

[...] destruir o sistema público de proteção social vigente sob o argumento da equidade e incapacidade financeira do Estado (...) criando serviços mercantis e/ou contrapartidas que surrupiam deslavadamente a renda do trabalho, remetendo, assim, em grande medida, o atendimento das necessidades sociais contemporâneas dos trabalhadores a uma nova e perversa dependência/mediação do mercado, subtraindo direitos e obrigando-os a comprarem, com seus parques salários e renda, bens e

serviços, dentre eles o de saúde e previdência complementar, submetendo-os a novas expropriações que alargam, ainda mais, os termos e as condições da superexploração da força de trabalho (BOSCHETTI, 2018, p. 177).

Nesta jornada de vida e sobrevivência da humanidade no século XXI, constata-se o crescimento diário das formas de flexibilização e exploração da força de trabalho - motor principal que move e sustenta a economia, e, conseqüentemente, sofre-se as enfermidades oriundas das feridas e cicatrizes abertas por esse modelo capitalista posto.

Como será apontado no segundo capítulo, o aumento da violência urbana atinge a população masculina fato evidenciado pelo considerável número de homicídios que assola o Brasil, e tem como vítimas, adolescentes, jovens e adultos em fase produtiva que se encontram furtados do direito ao trabalho digno e renda adequada para sobrevivência.

Quem não se encaixa ou se enquadra neste modelo, assim como em outros momentos societários, recebe estigmas, denominações, estereótipos, características que acabam por determinar, externar, interiorizar e socializar a continuação e a potencialização do estranhamento, da exteriorização de trabalhadores e trabalhadoras.

Perde-se o reconhecimento de pertencimento, de inclusão, de dignidade de ser social, de existência, de importância, pois, no mercado de consumo, as pessoas só são reconhecidas como consumidoras de mercadorias, de serviços, de coisas, objetos. O “desejo e a vontade” fundamentam-se no possuir, consumir, comprar, ter e pertencer ao mercado de consumo, e isso transforma o trabalhador no objeto que se deseja - numa mercadoria.

Os indivíduos que não se enquadram no perfil instalado e constituído pela classe hegemônica, seja na forma cultural, política, econômica e social, recebem adjetivos denominadores de identidades, recebem “o devido enquadramento social pela força coercitiva do Estado”, concordando com Marx (2008) na obra Manifesto do Partido Comunista, em 1848, que define o Estado como o comitê executivo da burguesia.

Esta população estigmatizada: o pobre, o favelado, o necessitado, o doente, o que precisa de tutela, o desempregado, o desamparado e o perigoso é vista como grande inimiga que necessita ser contida, vigiada, aniquilada e banida do convívio societário.

Condicional ao modo de intervir nas manifestações da questão social é a identificação do pobre como perigoso, transgressor, sujeito à repressão e extinção. Igualmente, é possível identificar o crescimento de práticas autoritárias e cerceadoras de direitos, que tentam preencher os espaços deixados pelas políticas públicas por meio da refilantropização da questão social e da assistencialização das políticas sociais, ou mesmo reduzir a ‘solução’ dos problemas sociais a intervenções individualizantes, formais e burocráticas (GUERRA, 2010, p.721).

Assim, vão se constituindo formas de atendimento ao proletariado em suas necessidades básicas de sobrevivência pelo uso da filantropia e solidariedade no lugar da intervenção estatal que cada vez menos assume sua obrigação constitucional e social.

O Estado burguês se solidificou como mínimo para as políticas sociais e máximo para os interesses do capital, intensifica as formas de controle social, por intermédio do uso da força coercitiva: aparato policial, legislações marginalizadoras e repressoras, para a resolução de possíveis reivindicações do proletariado. Sujeito este, tratado como inimigo subversivo, e por isso, de acordo com a ideologia hegemônica, faz-se necessário o uso da repressão para a contenção, e/ou aniquilação deste indivíduo.

1.1.3 Considerações sobre a relação do trabalho na vida dos sujeitos sociais no Brasil

Com o intuito de reflexão sobre o primórdio e a instituição das condições da categoria trabalho durante o processo de formação societária da humanidade até a constituição do modelo capitalista posto e hegemônico, eclodindo na forma exteriorizada e estranhada do homem e da mulher neste processo, procurou-se desenvolver de forma objetiva, simples, direta, entretanto, não casualista ou menosprezada, o desafio de compreender como o sistema capitalista vem desempenhando papel de destaque central, na formação do ser social (homem), do trabalhador, da população.

A exploração e expropriação da mão de obra do operariado e de sua força de trabalho vem servindo para o pleno enriquecimento burguês e para a marginalização e empobrecimento do trabalhador, sem fazer, no entanto, que este tome consciência de tal fenômeno. Por tudo isso, faz-se necessário o constante aprimoramento intelectual das forças produtivas, para dar início a uma resposta adequada e urgente a esse complexo sistema dominante ideologicamente, politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente.

(...) a precarização da classe trabalhadora é uma processualidade resultante também da luta entre as classes, da capacidade de resistência do proletariado, podendo, por isso, tanto se ampliar como se reduzir. Dessa forma, esse movimento ocorre tanto em função do aumento da exploração capitalista quanto das lutas da classe trabalhadora, em suas greves, lutas sindicais e embates contra o capital (ANTUNES, 2018, p. 60).

O valor do trabalho significa muito mais do que conceitos pré-determinados por categorias expostas para reflexão. O valor do trabalho está na construção do ser humano como

sujeito social e existencial, digno de condições adequadas de vida e de utilização da riqueza socialmente produzida por toda a sociedade. Santos (2010), em sua obra “Por uma outra globalização”, pensa uma sociedade na qual todos terão acesso aos frutos produzidos pelo trabalho socialmente organizado, sem discriminação, exploração, alienação, expropriação ou marginalização da classe trabalhadora.

A relação do trabalho na vida dos sujeitos sociais no Brasil e sua importância para a concretude do “capitalismo à brasileira” possui a particularidade de exaustiva e absoluta exploração do proletariado pela classe dominante, desde os primórdios de território colonial pertencente a Portugal, com a organização econômica baseada no sistema escravocrata de utilização da mão de obra.

Em se tratando da concepção de “questão social” originada a partir das relações de exploração do trabalho pelo capital, subjacente à qual se encontra a centralidade na categoria “trabalho” como geradora de valor, penso que algumas mediações são essenciais à apreensão de tais particularidades na nossa formação social, entre as quais destaco as modalidades de exploração da força de trabalho dominantes na constituição do capitalismo brasileiro. Vários estudiosos da formação social brasileira são enfáticos na afirmação de que o Brasil, no contexto do capitalismo mundial, destaca-se, entre outras características, por uma superexploração da força de trabalho que se “naturalizou” como condição para sua inserção subordinada nas engrenagens do capitalismo monopolista de corte imperial (SANTOS, 2012, p. 14).

Outrossim, é extremamente importante entender como o Brasil foi construindo, seu caminho econômico e de acúmulo de capital pelo uso forçado da mão de obra escravizada (índios e negros) e do preconceito social (autoritarismo institucional contra os pobres) até a entrada do capitalismo baseado na produção industrial do início do século XX.

Capitalismo estruturado pelo uso do poder econômico e político advindo dos coronéis regionais (proprietários de fazendas de plantação de café, o principal produto de exportação brasileiro, e de criação de gados e produção de leite) da aristocracia urbana (surgimento das grandes zonas urbanas e cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – berços do poder econômico e político do Brasil).

Embora cessado o tráfico nessa época, o trabalho escravo permaneceu até 1888, quando a escravidão foi abolida no Brasil. No entanto, este fato histórico importante não alterou substancialmente as condições de vida da maioria da população brasileira, e, portanto, continuaram persistindo, nas relações sociais, os traços nos quais se assentou a relação de trabalho do período escravocrata, o que dificultou sobremaneira a garantia dos direitos civis e políticos [...] Nas grandes propriedades, a lei que vigorava era a dos coronéis, que se portavam como donos não só dos escravos, mas também dos trabalhadores que dependiam deles para viver. Criam-se aí as condições objetivas da ideologia do favor, da relação de dependência pessoal [...] (COUTO, 2010, p. 78).

Com a organização do trabalho pós abolição da escravidão, o Brasil teve na mão de obra estrangeira componente fundamental para a criação da força de trabalho livre e assalariada. Contudo, para a ocorrência desse fator, primeiramente, a força de trabalho estrangeira viu-se, assim, como os negros, dependentes do trabalho nas fazendas em consequência da sua dependência dos grandes proprietários rurais para obter moradia e alimentos para a própria subsistência. Passaram a conviver os trabalhadores estrangeiros e os trabalhadores brasileiros, negros e pobres, num mesmo território: a fazenda dos coronéis (senhor do poder econômico e político territorial).

[...] a substituição do escravo pelo trabalhador livre não representou uma modificação propriamente técnica no processo de trabalho da fazenda cafeeira. À primeira vista, no lugar do escravo entrou o imigrante; a instituição jurídica da escravidão teria sido substituída pela instituição jurídica do trabalho livre e contratual. Entretanto, essa mudança tinha maior profundidade. A economia do café teve justamente a característica de incorporar, produzir e reproduzir relações sociais e relações raciais, combinando-as contraditoriamente no processo do capital. Durante a escravidão, combinou trabalho livre com o trabalho escravo. A formação das fazendas de café foi geralmente feita [...] por lavradores livres e pobres, sob empreitada, que praticamente pagavam com o cafezal o direito de fazerem sua agricultura itinerante de roça na terra de que se assenhoreara o fazendeiro [...] (MARTINS, 2010, p. 128).

Na transição de um Brasil rural e exportador de café para um Brasil urbano e industrial capitalista, a cidade do Rio de Janeiro ganha destaque, pois concentrava considerável parcela do poder econômico, político e institucional do país. A cidade possuía condições de construção e de ampliação de novos comércios, indústrias; tinha o porto para escoamento da produção, malha ferroviária e detinha quantitativo proletariado para assumir as funções e atividades laborativas necessárias para a industrialização. Do mesmo modo, São Paulo, exerceu as mesmas atribuições e protagonismo para o desenvolvimento capitalista brasileiro.

Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro manteve sua importância político-administrativa como sede do poder central – o Município Neutro da Corte, no Império, e o Distrito Federal, na República. No que tange à economia, o crescimento comercial da cidade, ao longo da segunda metade do século XIX, deu-se por meio da distribuição de produtos importados e do escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba [...] possibilitando o surgimento de grandes fortunas entre os comerciantes ‘de grosso trato’ (atacadistas, importadores/exportadores e, em especial, traficantes de escravos) aqui estabelecidos e uma consequente acumulação mercantil/urbana significativa. Surgiram aqui também os primeiros estabelecimentos fabris de porte relativamente grande. Além do que, a movimentação financeira do país passava, em larga medida, pelas casas bancárias estabelecidas no Rio [...] (MATTOS, 2008, p. 39-40).

Evidenciando e analisando a origem capitalista brasileira e seu histórico de exploração e expropriação, é necessário que o proletariado brasileiro realize constante reflexão sobre sua

gênesis e encontre, assim, resposta a todo ataque orquestrado pela classe dominante no que implica deterioração e precarização das formas de trabalho e da vida do trabalhador.

A organização de forma concisa e consciente da população trabalhadora, instruída de reflexões sobre direitos sociais e trabalhistas, demonstra a capacidade de transformação social, através da implantação de um modelo societário baseado na justiça, na equidade e igualdade social e econômica. O que possibilitará um modo de vida condizente e realmente repleto de dignidade e valorização do ser social em sua amplitude.

Para realização desta reflexão sobre a forma pela qual o modo de produção capitalista influencia na formação e organização do Estado e de sua intervenção via políticas públicas sociais para o atendimento das demandas desta população, vamos continuar discorrendo sobre a forma de construção do Estado tendo como base teórica o pensamento social de Marx.

Pretendemos pensar a organização do Estado brasileiro a partir da promulgação da Constituição de 1988, pautada na democracia e cidadania, entretanto em uma conjuntura corroída pela implementação da agenda neoliberal e neoconservadora.

1.2 Estado: Brasil pós-constituição de 1988, neoliberalismo e neoconservadorismo

O Estado tem sido definido por parte significativa da literatura política e de seus pesquisadores, dentre eles Bobbio (1997), através de três elementos constitutivos: o povo, o território e a soberania; e através desta junção dá-se a concretização jurídica determinante do entendimento sobre esse conceito.

Após a libertação de um sistema imposto, opressor, anteriormente vigente (Ditadura Civil e Militar 1964-1985), o Estado brasileiro conheceu na promulgação da Constituição de 1988, reconhecida como Constituição Cidadã, conceitos e conquistas nunca antes vivenciados em sua história. Pôde-se vislumbrar a democracia de fato e a conquista da cidadania pelo acesso legislativo e ordinário às políticas públicas sociais, para a plena manifestação popular de suas vontades políticas e ideológicas na conquista de usufruir de direitos.

Estarei fazendo um papel de um sociólogo típico se começar dizendo que pretendo dividir o conceito de cidadania em três partes [...] Chamarei estas três partes, ou elementos, de civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – a liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no

exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo [...] o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direitos de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade [...] (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

A construção da democracia, compreendida como participação popular no processo de eleições de seus representantes nos níveis de governo federal, estadual e municipal, e do controle sobre a organização societária, opera no Brasil uma concepção de pertencimento a uma nação que respeita os direitos constitucionais.

[...] democracia é sinônimo de soberania popular. Ou seja: podemos defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo, e, em consequência, no controle da vida social (COUTINHO, 1997, p. 145).

Democracia que ocasionou uma sinergia para a construção de um Estado organizado pela lógica da cidadania com plena participação popular.

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva), por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1997, p. 146).

Naquele momento da instituição constitucional de 1988, denota-se um questionamento: é possível avançar no conceito de cidadania em momento de crise mundial, visto que o Brasil ingressa no seu processo de democratização e conquista da cidadania numa conjuntura internacional dominada pelos ditames do modelo neoliberal capitalista?

Conforme Antunes (1999, p. 31) “o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”, que, em crise estrutural, impõe padrões e regulamentações administrativas para os países – de modo especial os subalternizados, como o Brasil, ou seja, nem bem o país conquista e regulamenta direitos sociais, já os vê minimizados ou eliminados de sua utilização e acessibilidade.

Assim, mesmo com toda legislação favorável à consolidação e ao usufruto da cidadania plena, a população brasileira encontra-se inserida num contexto de crise econômica, de endurecimento de regras trabalhistas e minimização da participação do Estado nas políticas sociais, um constante processo de conquistas, perdas e reconquistas de direitos, numa arena política e econômica desfavorável ao trabalhador, que por diversas vezes encontra-se

estigmatizado e taxado num conceito de “Cidadania Fortuita”¹⁶, num senso comum “de que se é pobre, pois o destino quis assim”, e não relacionando essa situação de pobreza e marginalização à amplitude e potencialização das expressões da questão social advinda do modo de exploração implantado pela classe dominante (burguesia/capitalista).

Cabe à população brasileira sob a direção deste Estado corrompido pelos poderes dominantes do sistema capitalista de expropriação, exploração, marginalização, uma resposta firme e concreta pela organização de movimentos sociais de repulsa a essa lógica imposta e criminosa quanto à responsabilização do trabalhador por sua pobreza e condições precárias de subsistência, enquanto o capitalista acumula incessantemente as riquezas socialmente produzidas.

A nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram serem os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania debaixo para cima (DAGNINO, 1994, p. 108).

Na atualidade, temos na organização do Brasil, a presença indubitável e fortemente organizada do neoliberalismo ditando as regras sobre a economia com a precarização de salários e condições de trabalho, privatizações das grandes estatais - abrindo o mercado financeiro nacional para o capital financeiro internacional. Há a detenção de mais riquezas públicas, controle financeiro sobre os investimentos em políticas públicas sociais e mercantilização de direitos sociais como saúde, educação, habitação, minimização da assistência social e constantes reformas da previdência.

Quando observamos a guinada do Estado brasileiro para a ‘mentalidade privatizante’ que as reformas estruturais de cunho neoliberal – centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado – promoveram, podemos perceber que o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais que ainda não foram suficientemente analisadas (FREIRE, 2018, p. 180).

Em conjunto com esse processo de regulação e cerceamento de direitos sociais, há o neoconservadorismo, ditando regras à sociedade, baseado em modelo de moral institucionalizado por concepções religiosas, modelo educacional de caráter conservador, e truculência policial militarizada com uso de violência e intolerância com as manifestações

¹⁶De acordo com Oliveira (2003), os pobres, sob essa perspectiva, são os deserdados da sorte e os infelizes do destino que já se encontram fora do contrato social. É assim, que se percebe o pobre como carente e fraco, vítima e sofredor das desgraças da vida, para quem a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda.

populares – movimentos sociais¹⁷. Tais movimentos atuam na reivindicação de atendimento das demandas apresentadas pela população, como a qualidade e melhoria nos setores de saúde, educação, saneamento básico, empregos e salários condizentes com o suporte para cumprimento das necessidades básicas, movimentos dos Sem Terra e de Reforma Agrária, e dos Sem Teto e a População em Situação de Rua, contra os preconceitos religiosos (intolerância religiosa), de gênero e de cor (racismo), e outros questionamentos sociais apresentados pelas minorias sociais que e são taxadas de subversivas e desordeiras pelos governos Federal, Estaduais e Municipais, em diversas partes do território brasileiro.

[...] manifestação do neoconservadorismo brasileiro, ultraliberal, neopentecostal e militarista, não são compatíveis com o pensamento conservador clássico, mas sem dúvida são próximas do neoconservadorismo norte-americano e sua relação instrumental com a defesa de propostas econômicas hegemônicas (FREIRE, 2018, p. 192-193).

O Governo Federal¹⁸- na figura do Presidente eleito nas eleições federais de 2018, Jair Bolsonaro, apoiado por representantes da elite econômica, de lideranças religiosas de cunho extremistas, de militares do alto escalão das forças armadas, representantes dos interesses do agronegócio e da flexibilização da liberação e venda de armas, institui um governo de discursos preconceituosos, alienantes, conservadores, repressores e limitados, enfim, sem diálogo com as representações sociais e dos trabalhadores.

Este é um governo que dita suas regras e atitudes de acordo com a cartilha Norte Americana de pensar e agir, que representa e é fiel ao estilo neoconservador – preconceituoso e alienante, que atua com discriminação aos movimentos e manifestações sociais das minorias sociais - que na verdade é a maioria da população brasileira estigmatizada, empobrecida e marginalizada.

Não são poucos os desafios postos às organizações e processos de lutas e resistências da classe trabalhadora frente à atual conjuntura do país, em especial, aos ataques aos direitos sociais e trabalhistas que acentuam as formas de exploração e a regressão à todos os conservadorismos que ratificam dominações e opressões (DEMIER, DURIGUETTO. 2017, p.15).

¹⁷Para melhor compreensão sobre os movimentos sociais visitar a obra de DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. Apresentação (p. 7-15) e os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania (p. 103-115). São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁸Para aprofundar sobre as eleições pós Constituição de 1988 e anteriores à eleição de 2018, sugiro a leitura da obra “A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras”, por Yan de Souza Carreirão. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2002.

Para reflexão e apreensão sobre esse terrível contexto social, político e econômico brasileiro de hegemonia burguesa/capitalista é necessário buscarmos nas teorias de organização societária e de governo formas de enfrentamento a esta realidade posta.

Dentre os principais pensadores sociais que podem contribuir para essa reflexão, como veremos no próximo tópico, quem pensa uma nova ordem societária via organização e luta de classes, é Karl Marx, através dos estudos e apropriação de suas obras sobre a sociedade burguesa/capitalista e a luta de classes. O pensamento social deste autor traz a construção ontológica do ser social pela concepção da realidade social concretizada pelo modo de produção capitalista.

1.2.1 Contribuição do pensamento social de Marx para o entendimento do processo de dominação burguesa/capitalista no Estado e a sua superação

Após uma breve exposição dos fatos políticos, econômicos, sociais e culturais da formação do Estado e da sociedade civil brasileira baseada no estudo de alguns pontos e fatos da história temos como objetivo principal fornecer dados e instrumentos de avaliação das formas pelas quais se desenvolveu e continua a se desenvolver essa nação.

Percebemos que, de fato, os grupos dominantes sempre ditaram e impuseram suas regras gerais de socialização e convívio para toda a população, apesar de levantes e movimentos populares na luta por justiça, igualdade, liberdade, direitos sociais, políticos e civis; fica nítido que o Estado brasileiro caminhou e traçou seu cotidiano e sua concretização pelo uso do poder econômico e político sempre nas mãos de poucos abastados e socialmente privilegiados (nobreza, capitalistas burgueses, alguns representantes religiosos, militares de alta patente).

Por tudo isso, é necessário e urgente refletir sobre a forma organizacional pela qual o Estado brasileiro está instituído, ou seja, dentro do ideário capitalista deste país e para compreensão e apreensão deste Estado burguês/capitalista é preciso refletir utilizando o pensamento social de Marx a respeito da formação, instituição e ação deste Estado e sua influência na organização societária.

O conjunto do processo de produção de mais-valia, de reprodução ampliada do capital ou de mercantilização universal das relações, pessoas e coisas, somente pode ser compreendido se a análise apreende também o Estado, como dimensão essencial do capitalismo. A teoria da luta de classes seria uma simples abstração, se as

relações e os antagonismos de classes não implicassem no Estado capitalista como expressão e condição dessas mesmas relações e antagonismos. Quando se refere às estruturas jurídicas e políticas, que expressam as relações de produção, está se referindo à “superestrutura” da sociedade, ao poder estatal. Todas as contradições fundamentais do capitalismo envolvem o Estado, como expressão nuclear da sociedade civil. Em síntese, a análise marxista do capitalismo seria ininteligível, se Marx não tivesse elaborado, também e necessariamente, uma compreensão dialética do Estado (IANNI, 1996, p. 30).

Segundo Netto (2006), Marx instaura as bases de uma teoria da sociedade burguesa. Sua investigação foi norteadada para subsidiar a ação revolucionária dos trabalhadores, possibilitando apropriação de arcabouços teóricos, metodológicos, políticos e revolucionários para o entendimento do Estado e ampliação deste debate.

O modo de produção capitalista representa para Marx o primórdio da expropriação e exploração da mão de obra do trabalhador pelo capitalista, que extrai deste processo seu precioso tesouro - o acúmulo de riquezas. Uma sociedade operada pela lógica econômica burguesa e sucessivamente organizadora do Estado, que existe para ser o administrador e garantidor legal da perpetuação desta expropriação e exploração instalada. Fato esse que leva à reflexão de Marx sobre o formato que o Estado se institui de acordo com as relações sociais existentes.

Se lermos o Manifesto Comunista de 1848, que é talvez o primeiro texto político significativo de Marx e Engels, veremos que nele o Estado Moderno é definido como ‘o comitê executivo da burguesia’, com o objetivo de gerir os negócios comuns dessa classe e impor seus interesses às demais classes, uma imposição que tem na violência e na opressão os seus principais recursos. Em suma, o Estado é definido como aparelho que representa apenas os interesses da classe dominante e que faz valer tais interesses através da coerção. As duas afirmações se seguem como dedução lógica: na medida em que não representa nem leva em conta os interesses das demais classes, que formam a esmagadora maioria da população, o Estado burguês é obrigado a ter na coerção seu principal, se não único, recurso de poder (COUTINHO, 1997, p. 160).

Contudo, essa maneira de organização, de produção e reprodução social e econômica do trabalho, baseada no modo de produção capitalista, expressa a dialética (oposição, conflito) existente pela disputa de espaço de poder societário polarizado pela luta de classes - burguesia versus proletariado; reafirma-se a condição do Estado como promotor e garantidor da hegemonia burguesa.

Em seus Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844, Marx já mostra como a constituição dessa esfera particularista é causa e efeito da divisão da sociedade em classes antagônicas; em proprietários de meios de produção e trabalhadores que possuem apenas sua capacidade de trabalho, isto é, em burgueses e proletários. O Estado deixa então de lhe aparecer apenas como a encarnação formal e alienada do suposto interesse universal, passando a ser visto como organismo que exerce uma

função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um Estado de classe: não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular (COUTINHO, 2002, p.19).

Então, para Marx, o Estado possui uma essência restrita e reguladora institucional, com caráter formador e fomentador da representatividade burguesa como expressão direta do domínio de classe exercido através da coerção, poder opressivo, e por isso o proletariado necessita organizar-se e realizar, pela Revolução, a constituição de um novo modelo de sociedade – sem classes.

Marx colocou o Estado em seu contexto histórico e o submeteu a uma concepção materialista da história. Não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, se molda pelo modo de produção e das relações de produção inerentes a esse modo (CARNOY, 1986. P.66).

Seguindo a definição de organização do Estado revelada pela investigação e pesquisa realizadas por Marx, percebemos o quanto na visão desse pensador, a organização estatal se posiciona a favor da manutenção e ampliação do domínio burguês sobre a sociedade como um todo, na qual o sistema capitalista, de fato, é o motor e peça central de imposição estrutural e governamental. De acordo com Carnoy (1986), Marx percebe a sociedade civil como fator chave na compreensão do desenvolvimento capitalista, sendo ela a estrutura (relação de produção) neste modelo de produção capitalista.

Partindo desta conceituação e concepção de organização da sociedade civil realizada por Marx obtém-se argumentação de propostas para o enfrentamento e superação desse domínio vigente. Faz-se necessário compor uma ideologia libertadora e revolucionária capaz de propiciar uma organização societária assentada por interesses sociais concretizados na equidade e justiça, ou uma sociedade sem classes, para Marx, [...] a revolução exigia a ascensão do proletariado, à frente de um arco de forças antiburguesas, ao poder político: a desestruturação do Estado burguês abriria a passagem à nova ordem social – um período de transição denominado socialismo” (NETTO 2006, p.33).

Desta forma, para promover este processo revolucionário, a defesa da democracia é fator primordial no enfrentamento da arena de conflito político atual. Promovendo a expansão pela educação e conscientização política da população, libertando-a, deste modo, dos pensamentos ideológicos dominantes vindos da classe dominante.

O neoliberalismo e o neoconservadorismo, impregnados de intolerância, preconceito, exploração do trabalhador, impõe pela coerção o controle político, social e econômico, utilizando da força e violência no trato com os mais pobres e marginalizados, principalmente homens negros, pobres, com pouca ou nenhuma escolaridade, jovens das periferias das cidades.

Se é possível, porém, ampliar a democracia numa sociedade capitalista, através da luta de classe, as formas democráticas são tanto um instrumento quanto um perigo para a burguesia. Embora possam ser usadas para criar ilusões, podem também se tornar o meio pelo qual as massas venham a deter o poder (CARNOY, 1986, p. 72).

A ideia é alcançar a proposta inovadora e essencial de um novo Estado - um Estado não mais opressor orquestrado pelas mãos de poucos sujeitos sociais (a classe burguesa), e sim governado e orquestrado por todos seus membros, um Estado sem classes – socialista (estágio que antecede o advento do comunismo), no qual os bens socialmente produzidos possam ser utilizados e aproveitados de maneira ampla por todos seus sujeitos sem exploração.

[...] a transição socialista se caracterizaria como uma democracia de massas (o que, umas poucas vezes, Marx chamou de “ditadura do proletariado” e criaria os pressupostos para a “história da humanidade”, com a exploração do homem pelo homem convertida em mera lembrança. A nova ordem social, o comunismo, não assinalaria um harmonioso fim da história, mas seria a forma da sociedade humana. Não o reino dos céus na terra, mas o rico espaço em que a promessa da felicidade social seria possível com o florescimento da personalidade de todos e cada um dos homens, à base da “livre associação de produtores (NETTO, 2006, p. 33-34).

Assim, de acordo com o pensamento social de Marx, pela construção de uma nova ordem societária, a humanidade poderia viver sem as amarras opressoras do sistema explorador, intimidador e marginalizador como é o sistema capitalista com sua ideologia dominante.

Contudo, enquanto essa realidade não for contemplada, temos nas políticas públicas sociais instrumentos de cidadania e receptores das demandas auferidas no cotidiano da vida em sociedade, especialmente no que tratamos neste trabalho, que são as condições de vida da população masculina, seus desafios e possibilidades de sobrevivência.

Após as reflexões realizadas sobre a constituição do ser social (homem) pelo determinante fundador da sociabilidade – o trabalho e a constituição do Estado burguês e suas consequências para o Brasil sob a agenda neoliberal e neoconservadora, vamos, no próximo capítulo, discorrer sobre a criação da cidade de Volta Redonda/RJ. Uma cidade industrial

composta pelo proletariado que foi o principal ator de sua construção e que sofre as consequências oriundas do modelo capitalista organizacional da sociedade, com o aumento do desemprego, da precarização das condições de trabalho e do salário, do pauperismo, da exclusão, da marginalização, que atinge principalmente os munícipes residentes nas zonas periféricas do território municipal.

Identificaremos, baseado nas análises dos dados levantados no Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda/RJ, os fatores sociais, econômicos e culturais que potencializam os homicídios de homens. Os referidos fatores geram o crescimento da violência urbana e de modo especial, a ocorrência e o aumento do número de assassinatos de homens, pois esses atores sociais encontram-se num contexto de fragilização da sobrevivência humana.

2 “A CIDADE DO AÇO” E O PERFIL DAS VÍTIMAS MASCULINAS DE HOMICÍDIO

Após uma breve reflexão sobre a categoria trabalho, a sociedade capitalista hegemônica, o Estado e a dominação burguesa, e as implicações para a vida do proletariado, com o surgimento da questão social e o abalo que suas expressões ocasionam para o convívio societário; antes de realizarmos as análises reflexivas sobre a mortalidade masculina ocasionada pelas causas externas, primordialmente o homicídio, realizaremos uma apresentação das principais características da história¹⁹socioeconômica da cidade de base siderúrgica industrial de produção do aço, Volta Redonda – reconhecida nacionalmente como a “Cidade do Aço”²⁰.

Distrito pertencente à cidade de Barra Mansa, Santo Antônio de Volta Redonda teve modificações insignificantes, quase imperceptíveis para o cenário regional durante as primeiras décadas do século XX. Segundo Fontes e Lamarão (2006), em 1940, sua população aproximava-se a 3.000 habitantes, dedicados em sua maior parte a atividades agropecuárias.

Localizada na região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, cortada pelo Rio Paraíba do Sul, é considerada o berço do desenvolvimento industrial do Brasil, a partir dos anos de 1940, com a construção, no governo do Presidente Getúlio Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), considerada a maior empresa produtora de aço da América Latina e uma das grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país.

O projeto da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), primeira fábrica integrada de aços planos do Brasil, foi iniciado em 1941 e a empresa entrou em operação em 1946. A criação da Companhia, durante o governo Vargas, fazia parte de uma política fortemente nacionalista de promoção do desenvolvimento do parque industrial do país e sua independência da influência econômica estrangeira (MANGABEIRA, 1993, p. 65).

Importante atentarmos ao período histórico em que a construção da CSN acontece, o governo de Getúlio Vargas, considerado por muitos como um governo populista²¹ e que

¹⁹Informações retiradas do site da Prefeitura de Volta Redonda – Portalvr, em 10/06/2020.

²⁰Conotação dada a cidade, devido Volta Redonda sediar a CSN e, por isso, ser reconhecida como cidade industrial produtora de aço.

²¹“Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes” (BOBBIO; MATTEUCCI & PASQUINO, 1992, p. 980. Apud COUTO, 2010, p. 93).

ideologicamente direciona-se pela implantação e execução do projeto desenvolvimentista na economia nacional.

Nas décadas de 50 e 60 predominou nos países subdesenvolvidos o projeto desenvolvimentista de origem cepalina, cuja meta era levar os países pobres ao clube dos desenvolvidos. Sustentava-se em dois pressupostos [...] o primeiro [...] pelo fato de que os países pobres iriam ascender na escala de riqueza, bem-estar e, eventualmente, poder. O segundo [...] os países pobres ascenderiam internacionalmente, porque seriam capazes de crescer a taxas superiores às dos países ricos. Em outras palavras, esse era um projeto de desconto histórico, considerado factível (Santos, 1999: 163). Foi também ‘a ideologia que mais diretamente influenciou a economia política brasileira [...] Herdeiro direto da corrente Keynesiana que se opunha ao liberalismo neoclássico, esse ideário empolgou boa parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40-50 e se constituiu na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo das forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação de desenvolvimento capitalista nos países de ponta desse continente (MANTEGA, 1990, p. 23. Apud, COUTO, 2010, p. 93).

A construção da CSN atraiu para a região pessoas de várias partes do Brasil, em busca de oportunidade de emprego para construir uma nova história de vida, pelo acesso ao trabalho e renda. E assim, a cidade foi se transformando num lugar de plena possibilidade de crescimento profissional e social; foi se urbanizando cada vez mais, alcançando sucesso nacional por sua importância estratégica no desenvolvimento do país através de sua contribuição para a industrialização.

A cidade cresce pela estrutura urbana utilizando a organização do espaço territorial com a divisão de áreas residenciais distintas para funcionários da CSN do alto escalão e para o proletariado em geral (peão do chão da fábrica), seguindo a lógica da organização da sociedade pautada pela concepção de *status* social.

Nos bairros residenciais, foram estabelecidas diferenças quanto ao tamanho dos lotes, às taxas de ocupação e aos tipos de residências, criando espaços estratificados por categorias profissionais e por faixas salariais. Obedecendo a esses critérios, seriam criados, ao longo dos anos, bairros para as categorias profissionais superiores, como Vila Santa Cecília (1942), Laranjal e Bela Vista (1945), bem como bairros para os funcionários e trabalhadores menos qualificados, primeiramente Conforto (1942) e, posteriormente, Jardim Paraíba, Nossa Senhora das Graças, Sessenta e Monte Castelo, entre 1952 e 1962. Com a conclusão da usina em 1946, parte da força de trabalho empregada nas obras – cerca de 7.000 trabalhadores no momento de “pico” – foi mantida (FONTES, LAMARÃO, 2006, p. 245).

Com o início das atividades industriais, a população do território onde a CSN se localizava cresceu gradativamente, ao ponto que mais pessoas migravam da zona rural para a agora zona urbana – cidade fabril, em busca de nova oportunidade de trabalho, num país que se desenvolveu pela agricultura, e agora se via a caminho da urbanização e industrialização.

Cerca de 7000 operários continuaram a trabalhar na usina após a conclusão da construção da CSN, e parcela significativa da mão-de-obra não aproveitada permaneceu na cidade à margem do mercado de trabalho, defrontando-se com dificuldades para sobreviver. Conforme Fontes e Lamarão (2006, p. 246), “a favela do Morro de São Carlos”, em Volta Redonda, surgida no final dos anos 1940, é um exemplo bastante revelador dessa situação.

Volta Redonda passou a ser uma cidade emancipada política e administrativamente de Barra Mansa a partir de 17 de julho de 1954. Constituída como uma cidade, reconhecida nacionalmente e internacionalmente como a “Cidade do Aço”, precursora do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da Região Sul Fluminense, teve sua área cada vez mais acrescida de novos moradores – munícipes.

Os que chegavam tinham como objetivo principal conseguir uma colocação profissional, uma oportunidade de trabalho. Em vista disso aumentou exponencialmente o território urbanizado. Houve um acréscimo notável de áreas periféricas, carentes de políticas públicas sociais e com falta de infraestrutura para suportar a nova demanda populacional.

Os interesses dos grupos dominantes locais logo se fizeram sentir. A primeira obra da administração de Sávio Gama, o primeiro prefeito eleito do novo município, foi a abertura de uma avenida, que serviu de via de penetração ao bairro do Retiro, loteamento de sua propriedade, o que permitia o acesso a novos loteamentos: os futuros bairros do Açude, Vila Brasília, Coqueiros, Pau d’Alho, entre outros (...) Surgiram, igualmente, loteamentos clandestinos em áreas de propriedades da Prefeitura e mesmo em terrenos particulares. Essa forma de ocupação do solo urbano ganhava maior peso nos períodos de ampliação da usina, quando grande quantidade de mão-de-obra era atraída para a cidade. Com o término do estágio de expansão, contudo, um número elevado de trabalhadores era dispensado, acarretando, com isso, toda uma série de consequências sociais (inchamento de favelas, fechamento de estabelecimentos comerciais surgidos na fase de expansão etc.) (FONTES, LAMARÃO, 2006, p. 247-248).

Constituída como uma empresa estatal, a CSN fornecia boas condições de trabalho, salários e serviços sociais (educação, habitação, saúde, lazer, cultura, esporte) para seus operários, propiciando certo grau de satisfação e de bem-estar social para seus trabalhadores e familiares. Possuía um Sindicato dos Metalúrgicos forte e atuante, que, de acordo com Mangabeira (1993), representava as demandas do proletariado, do chão da fábrica, para com a direção da empresa, apesar de alguns desacordos e pressões advindas do patrão – o Estado, que no período de 1964 a 1985 foi uma ditadura civil/militar e, por isso, Volta Redonda, nesse período, foi considerada área de segurança nacional.

A cidade tornou-se um oásis de oportunidade tanto para os trabalhadores, quanto para os capitalistas. Progrediu e com isso desenvolveu outras maneiras de inserção profissional que possibilitou o aproveitamento de trabalhadores em outros setores da economia como:

servidores públicos (municipal, estadual e federal), comércio, transporte, construção civil, serviços, entretenimento e outros.

Os operários da indústria siderúrgica obtiveram muitas conquistas trabalhistas e sociais, entretanto, sofreram as chagas que o capitalismo impõe ao proletariado: exploração, mais valia, terceirização da mão de obra, arrochos salariais, perdas de direitos. Dentre essas chagas, aconteceu o primeiro capítulo impactante e cruel na vida dos trabalhadores da CSN e demais residentes de Volta Redonda e cidades vizinhas, a greve²² de novembro de 1988, que foi duramente repreendida pelo Exército Brasileiro pelo uso da força bélica e violência física, que vitimou três operários: William, Valmir e Barroso (assassinados) e deixou tantos outros feridos.

O segundo e trágico capítulo que determinou novos e cruéis rumos para os trabalhadores da CSN foi sua privatização no ano de 1993, ocorrida no governo do Presidente Itamar Franco, fato que ocasionou demissões, precarização, agravamento das condições de trabalho e de salários para os trabalhadores da empresa. E para a cidade de Volta Redonda e seus habitantes perda da qualidade de vida e exacerbação do pauperismo, da marginalização social e exploração da mão de obra operária.

Conforme reportagem do Jornal Folha de São Paulo, de 17 de agosto de 1997:

O caso da CSN é o mais dramático. O número de empregados na área operacional da empresa caiu de 22.134 em 89 para 9.491 em junho deste ano, uma redução de 12.643 vagas. No total, a empresa fechou o primeiro semestre deste ano com 12.114 empregados. Em 1988, ela tinha cerca de 25 mil (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997).

A privatização, além de prejudicar a vida do operariado da siderurgia, afetou gravemente os demais trabalhadores de outros setores como o comércio, serviços, transportes, da cidade de Volta Redonda e de cidades vizinhas, e contribuiu para o aumento significativo de desempregados e para o crescimento de áreas periféricas, colocando milhares de pessoas em condições de vida degradantes com aumento da pobreza e dorisco social ao desamparo. Percebe-se, portanto, neste momento da história da cidade, a expressão particularizada dos processos econômicos e sociais abordados na seção 1.1 desta dissertação, tal como se verifica na passagem a seguir:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a

²²Site: <https://g1.globo.com>, Greve de 1988, 30 anos: música, documentário e monumento tentam manter memória do movimento. Acesso em 16/05/2020.

desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 199, p.31).

Atualmente, a Cidade do Aço possui uma população²³ segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, de 257.803 (população masculina: 122.919 habitantes = 47,67%; população feminina: 134.884 habitantes = 52,33%), e estimativa populacional de 273.000 habitantes em 2019. São denominados volta-redondenses que vivem do trabalho na indústria (CSN) e em cidades vizinhas no setor automotivo (Polo Industrial de Resende e de Porto Real), comércio, setor de serviços, transporte público (empresas de ônibus), autônomos, servidores públicos municipais, estaduais e federais, e demais setores empregadores.

[...] desde que o Sul Fluminense, região do Rio de Janeiro amplamente conhecida pela produção siderúrgica desde 1946, em razão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), passou por uma reconfiguração de seu parque industrial com a implantação de fábricas do setor automotivo. Se a CSN tornou o município de Volta Redonda uma referência em termos de atividade mono-industrial, controlando seu espaço urbano e sua força de trabalho, o novo setor industrial, estimulado pelas vantagens fiscais oferecidas pelo estado e pelos municípios [...] A repercussão dos novos investimentos da indústria automotiva no Sul Fluminense alterou substantivamente as atividades econômicas, políticas e administrativas regionais a partir de meados dos anos 1990. Foi nesse período, por exemplo, que o município de Porto Real (RJ) se emancipou administrativamente de Resende (RJ) para receber a fábrica da PSA Peugeot Citroën [...] No período inicial, a implantação da VW Caminhões, hoje MAN LatinAmerica (1996), e, logo em seguida, da PSA Peugeot Citroën (2001), que trouxe para o seu entorno uma rede básica de empresas de autopeças e logística, conferiram credibilidade a um perfil regional que se consolidava como território produtivo voltado para novas experiências gerenciais e para se beneficiar de um período de crescimento desse setor econômico em todo o país. A partir de 2010, apesar de uma conjuntura recessiva para o mercado de veículos, a região continuou a se beneficiar do que poderia ser chamado de uma “nova fase do regime automotivo”: com a inauguração da fábrica de automóveis da Nissan em 2014, em Resende; o início da construção da planta da Land Rover (com previsão de término em 2016), em Itatiaia; além da vinda da Hyundai (2013), voltada para o setor de máquinas pesadas e da reforma e ampliação da Michelin, fabricante de pneus para veículos automotores. (RAMALHO, 2015, p. 117; 119).

A cidade de Volta Redonda e cidades vizinhas constituem um polo de siderurgia e automotivo. Continuam a atrair para seu território considerável parcela de pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil e do mundo. A “Cidade do Aço” continua a crescer em número de habitantes, entretanto territorialmente é considerada pequena e sofre com as condições socioeconômicas que assolam o país. O aumento do desemprego em nível nacional (e que

²³Pesquisa realizada em 03/11/2019 no site do IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/volta-redonda/panorama>

também atinge a região) concretiza um grande número de desempregados - um verdadeiro exército industrial de reserva, conforme descrito por Marx (2013) e citado na seção 1.1 desta dissertação, que pressionam ainda mais as condições de trabalho e renda dos operários empregados.

O arrefecimento da economia brasileira nos últimos três anos tem trazido mudanças no quadro positivo de empregos que se consolidou ao longo da década de 2000 na região. O desemprego passou a fazer parte do cotidiano dos operários do setor automotivo e as empresas passaram a medir as suas estratégias de recrutamento a partir das oscilações do mercado. As crises econômicas anteriores atingiram principalmente o emprego no setor siderúrgico, pela presença da CSN em Volta Redonda. Na atual conjuntura, pela primeira vez, esta situação se coloca para o mercado de trabalho da indústria automotiva (RAMALHO, 2015, p. 130-131).

Por consequência, como já mencionamos no Capítulo 1, intensifica-se a precariedade das condições de sobrevivência humana do proletariado, ocasionada pela perda de direitos sociais, renda e crescimento das construções de moradias em territórios insalubres: condições inadequadas com risco de desabamento (sob ou sobre barrancos) e com risco de inundações (moradias a beira do Rio Paraíba do Sul).

[...] Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YAZBEK, 2007, p.61).

Há uma potencialização da violência nos territórios dominados por conflitos de facções criminosas (tráfico de drogas compreendido como mercado de trabalho e mercado financeiro, pois movimenta consideráveis valores em dinheiro e bens, além da dependência das drogas por parte da juventude) e pela repressão policial²⁴. Diariamente, os meios de comunicações regionais (jornais impressos, televisivos e sites de notícias) trazem reportagens sobre a ocorrência desses episódios. Há, ainda uma ampliação da escassez de recursos financeiros e humanos para investimentos em melhorias no atendimento das políticas públicas sociais que promovam a garantia e acesso aos direitos sociais, ou seja, Volta Redonda tem o mesmo retrato social e econômico do perfil nacional de degradação de direitos sociais e da cidadania.

²⁴Site: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/delegado-acredita-que-homicidios-possam-estar-vinculados-ao-trafico/>, acesso em 07 de setembro de 2020.

Portanto, tendo Volta Redonda como foco de pesquisa social e identificação dos fatores sociais, econômicos e culturais que cooperam para a potencialização do número de vítimas de homicídio do sexo masculino, realizamos, nessa pesquisa, uma análise breve e sucinta, dos dados epidemiológicos (período de 2015 a 2019) obtidos junto ao Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de VR, tendo como base comparativa o Atlas da Violência no Brasil de 2019 (Ipea e FBSP), que traz dados referentes ao ano de 2017, distribuídos por sexo, idade, cor e escolaridade.

Desta maneira, obter entendimento do processo promotor da violência para determinados indivíduos sociais coloca em pauta referências que contribuem para a compreensão da estrutura organizacional da sociedade urbana, capitalista e proletária da sociedade brasileira. Os dados referentes ao município de Volta Redonda assemelham-se aos dados que dizem respeito à realidade nacional, demonstrando que esta cidade está exposta ao conjunto de fenômenos econômicos, políticos, culturais e sociais que assolam o país.

Para identificação desses fatores, é importante o estudo sobre a violência²⁵, e o que ela causa à sociedade. Como exemplo, podemos citar: o elevado gasto financeiro com o processo de intervenção nas consequências ocasionadas por esse fator, o que fragiliza ainda mais o suporte à população pela rede de atendimento socioassistencial, que já se encontra bastante instável por questões econômica, as quais dilaceram as políticas públicas sociais, devido aos poucos investimentos, repasses e constantes desvios de recursos governamentais. Somando-se ao contexto referido, também há o sofrimento físico e psicológico causado aos sujeitos sofredores da violência e para seus familiares, amigos e demais pessoas próximas. Tudo isso atinge negativamente e leva a sociedade a uma relação de conflito e de perda de pertencimento social.

Há a inclusão do medo no convívio diário, ocasionando a construção de um convívio societário constituído de população alucinada e ansiosa por mais segurança e proteção social, o que gera um crescente mercado de segurança particular e incrementa mais violência no cotidiano público e nos gastos pessoais pela contratação de tais serviços de segurança. Lembramos que o Estado, devido a este contexto de violência, gasta cada vez mais recursos públicos no atendimento das vítimas da violência e de seus dependentes.

²⁵A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Informação retirada de: Prevenção e atenção à violência intrafamiliar e de gênero: apoio às comunidades/Instituto Noos. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

Portanto, além da sociedade pagar mais caro por seus produtos, a mesma ainda dispende recursos para seguros e segurança privada. Em outra mão, o Estado gasta para manter o seu sistema de segurança pública e prisional, além de alocar recursos no sistema público de saúde e de assistência social para o pagamento de pensões, licenças médicas e aposentadorias para atender as vítimas de violência. Contudo, o maior custo da violência diz respeito às perdas prematuras de vida, devido ao homicídio. Em alguns trabalhos que fizemos no Ipea, procuramos estimar o que seria um limite inferior para o custo social da violência no Brasil. Seria algo equivalente a 5,9% do PIB, desperdiçado a cada ano, em face da violência no país (Atlas da Violência, 2019, p. 12).

Assim sendo, o processo permanente produtivo de violência causa um grau altíssimo de crise societária. Desta forma, apresenta a necessidade de incremento de gastos e investimentos em suportes na rede socioassistencial, para o devido atendimento das demandas expostas pelos usuários que, de alguma maneira, sofreram atos de violações de direitos sociais e humanos, seja pela morte, seja pelo adoecimento, seja pelo processo de recuperação em saúde psicológica ou física, seja pelas perdas financeiras e emotivas e demais consequências advindas desta conjuntura estruturada pela violência.

Volta Redonda, como demais cidades brasileiras, vem adensando o convívio societário baseado em contextos de violência típicos do modo de produção capitalista, seja a física, a psicológica, a institucional ou as diversas formas de intimidação e de risco à vida, de acordo com o apresentado no Capítulo 1. Conforme Guerra, “condicional ao modo de intervir nas manifestações da questão social é a identificação do pobre como perigoso, transgressor, sujeito à repressão e extinção” (GUERRA, 2010, p.721).

A seguir, continuaremos a exposição destes riscos à vida e à organização de uma sociedade com mais justiça e igualdade social e econômica; com mais respeito à existência humana. Identificaremos os sujeitos que mais sofrem o agravo em saúde do homicídio.

Para a realização da identificação do perfil dos homens vítimas de homicídios na cidade de Volta Redonda estudaremos dados levantados junto ao Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda/RJ, após a solicitação via Ofício e visitas presenciais ao setor para acompanhamento da liberação e retirada dos dados necessários para tal finalidade.

Em posse desses dados trabalhamos na criação das tabelas que identificam de forma mais eficaz o retrato dessas vítimas e possibilitam ao leitor visualizar o quadro mencionado mais nitidamente, tendo em vista as informações colhidas durante as análises realizadas.

Apontamos, além dos dados referentes à população masculina, sendo os homens vítimas de homicídio nosso objeto de pesquisa, os dados referentes às mulheres que também sofrem o flagelo do assassinato, e assim esperamos contribuir para que outros estudiosos(as) e

pesquisadores possam ter subsídios de análises para a realização de suas pesquisas, conforme objeto escolhido.

Esperamos que seja realizada uma profunda reflexão sobre o uso da violência ocasionadora de mortes na cidade de Volta Redonda, como em todo o Brasil e que se referende a necessidade de aprofundamentos científicos sobre essa temática.

Abordaremos, na sequência, como análise de fatores que potencializam os homicídios, a construção social do ser pelo estudo da categoria gênero.

2.1 Gênero: “Ser Homem”

Realizar discussão sobre gênero é mais do que refletir sobre a determinação sexual biológica (macho e fêmea) que identifica os seres humanos e outras espécies do mundo animal. Segundo Hirata (2009, p. 222), “de modo geral, opomos o sexo, que é biológico, ao gênero (*gender*, em inglês), que é social”, existe uma conceituação substancializada no modelo de formação humana que advém de uma determinada conjuntura histórica, cultural, econômica e social.

É através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", elas desejam acentuar, através da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (Scott, 1995, p. 72). O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política (LOURO, 1997, p.21).

Para entendermos melhor o significado social do gênero, temos em Silva (2006) autora que nos ajuda, por intermédio de sua obra, a compreensão dessa construção social do gênero pela categoria relacional, ou seja, pelas relações sociais entre as pessoas.

A definição mais corrente de gênero é a que considera uma categoria relacional, ou seja, gênero é entendido como o estudo das relações sociais entre homens e mulheres, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas. Os pesquisadores que utilizam essa categoria de análise fazem questão de frisar que no campo das relações entre homens e mulheres há uma distinção entre a esfera biológica, que é o sexo propriamente dito e suas características físicas, e a esfera social e cultural, que é a identidade de gênero. Assim, não há uma essência masculina ou uma essência feminina imutáveis e determinadas por características biológicas. O que há são construções sociais e culturais que fazem com que homens e mulheres sejam educados e socializados para ocupar posições políticas e sociais distintas, normalmente cabendo aos homens as posições hierárquicas mais elevadas, enquanto às mulheres são reservadas as posições menos privilegiadas (SILVA, 2006, p. 166).

O aprofundamento da discussão sobre a categoria gênero concretiza-se nas organizações e movimentos de mulheres na luta por reconhecimento de direitos políticos, sexuais, trabalhistas, de liberdade de expressão, contra os preconceitos e formas estruturantes de formação do ser social mulher, bem como as implicações que isso acarretava para a vida feminina. Segundo Louro (1997, p.14), “quando se pretende referir ao feminismo como um movimento social organizado, esse é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX”.

Estudos sobre as vidas femininas — formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestação artística, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico — aos poucos vão exigir mais do que descrições minuciosas e passarão a ensaiar explicações. Se para algumas as teorizações marxistas representarão uma referência fundamental, para outras as perspectivas construídas a partir da Psicanálise poderão parecer mais produtivas. Haverá também aquelas que afirmarão a impossibilidade de ancorar tais análises em quadros teóricos montados sobre uma lógica androcêntrica e que buscarão produzir explicações e teorias propriamente feministas, originando o "feminismo radical". Em cada uma dessas filiações teóricas usualmente se reconhece um móvel ou causa central para a opressão feminina e, em decorrência, se constrói uma argumentação que supõe a destruição dessa causa central como o caminho lógico para a emancipação das mulheres (LOURO, 1997, p. 20).

Valorizando a importância da luta feminista pelo reconhecimento de suas reivindicações, buscamos o apoio na conceituação de gênero advinda desse contexto, para a compreensão de que tanto o homem quanto a mulher, sofrem consequências em sua formação humana pela intervenção da conjuntura societária vigente na construção do ser social.

Desta maneira, concordamos com Louro (1997, p.23) que argumenta o seguinte: “Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem”.

Por isso, temos na categoria gênero relevância na reflexão da construção do “ser homem”, por apontar como se constitui uma concepção de entendimento do ser social. Ressaltamos que essa concepção opera na concretização da masculinidade repressora e opressora, na qual o homem torna-se sujeito de obrigações e representações sociais repleto de autoritarismo e violência, atingindo a si mesmo e aos demais indivíduos, inclusive às mulheres²⁶ - fato verificado e constatado no Brasil pelo elevado número de feminicídios.

²⁶De acordo com o Atlas da Violência, houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007. A significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas. Portanto, a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é uma boa *proxy* para medir o feminicídio. Naturalmente, ainda que o número real de feminicídios não seja igual ao número de mulheres mortas dentro das residências (mesmo porque vários casos de feminicídio ocorrem fora da residência), tal *proxy* pode servir para evidenciar a evolução nas taxas de

[...] O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social. É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p. 20-21).

Na sociedade atual, as diferenças entre meninos e meninas (homens e mulheres) são sugeridas a partir de argumentos biológicos deterministas, e assim ensinam que meninos são naturalmente mais agressivos, assertivos e racionais do que as meninas; meninos são os dominadores, gladiadores e conquistadores nas relações sociais entre os gêneros. Desde os primórdios da formação comunitária, de acordo com Souza e Veloso (2015, p. 47), os homens desenvolveram atividades que exigiam o exercício da violência, a qual passou a ser monopolizada por eles.

Assim, a masculinidade imposta oprime e imprime uma conduta social ao homem, expondo-o ao perigo constante de sofrer ou praticar ações agressivas e violentas.

Os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violência parcialmente porque são preparados para isso [...] Mostrar-se capaz de cometer atos violentos se torna, então, um recurso social. Meninos da classe trabalhadora, que não têm acesso a outros recursos que os encaminhem a uma carreira, são massivamente recrutados para funções que operam com violência [...] (CONNEL; PEACER, 2015, p.35).

Para melhor análise e compreensão referente aos dados sobre o número de assassinatos da população masculina é de relevância entender a formação social e cultural brasileira a qual tem seus princípios constitutivos instituídos numa cultura machista e patriarcal. Então, compreender a construção social do ser é de relevância para a percepção de como o “ser homem” é vislumbrado na atual conjuntura societária. O modo social, educacional e cultural em que o gênero é construído nessa sociedade engrena dispositivos da formação do homem e da mulher perante sua presença e entendimento como indivíduo na relação consigo e com o

outro. Uma articulação entre o indivíduo e os complexos sociais existentes: educação, religião, grupos de convívio, e com o modo de produção e reprodução social do ser.

Os meninos crescem estimulados a contar vantagens e méritos. O padrão masculino inicia-os em um mundo onde acreditam ser os melhores só por serem homens. O fio condutor para o sucesso é a preparação para o trabalho e para a iniciação sexual. Os meninos crescem orientados para assumir comportamentos voltados a performances intimistas, devendo para isso ser silenciosos e discretos quando falam sobre suas dificuldades, mas contundentes e expressivos quando falam dos méritos obtidos em conquistas amorosas e profissionais, mesmo que estes méritos sejam narrativas produzidas por suas fantasias. Os meninos são educados para desenvolverem seus pontos de vista competitivamente, e, neste sentido, pouco articulados com o ponto de vista do outro, bem como distantes das necessidades que brotam de seus corações. Por sua vez, será a cadência das demandas afetivas que os conduzirá ao encontro e reconhecimento de uma cadeia de diferenças presentes nas relações sociais e amorosas. É deste reconhecimento que brotam o contato e a possibilidade do encontro com o outro. [...] Os padrões tradicionais definidos pelo modelo patriarcal para o comportamento masculino dissimulam as possibilidades do encontro nas relações sociais, pois definem que em uma relação, a priori, alguém ataca e alguém defende, alguém ganha e alguém perde [...] Assim, desde pequenos os homens aprendem esta regra, transformando-a posteriormente em uma crença de que as atitudes combativas e agressivas incorporadas pelos homens são atributos biológicos (NOLASCO, 1993, p.43).

Este comportamento socialmente construído, baseado na agressividade, ocasiona um grave indicador para o homem. Segundo Moura (2012), a taxa de mortalidade geral no Brasil, na faixa etária de 20 a 59 anos de idade, é igual a 3,5; porém é 2,3 vezes maior entre os homens do que entre as mulheres, chegando a quatro vezes mais na faixa etária mais jovem.

As diferenças de morbimortalidade entre homens e mulheres são amplamente conhecidas: os homens adoecem e morrem mais cedo, morrem mais do que as mulheres principalmente pelos indicadores de violências por causas externas (homicídio, suicídio e acidente de trânsito). São mais suscetíveis às doenças cardiovasculares e neoplasias, possivelmente pelos comportamentos pessoais de risco mais frequentes: falta de alimentação saudável e de práticas de atividades físicas; uso de álcool e outras drogas; menos procura dos serviços de saúde para promoção e prevenção, por limitação de tempo; e, principalmente, pela falsa autopercepção da sua infalibilidade física e mental, e pelo simples fato de não ter costume de se cuidar.

A manutenção de padrões amplamente difundidos entre relações sociais é o que a teoria social chama de 'estrutura'. Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão (CONNEL; PEACER, 2015, p.47).

A comparação do total de mortes entre homens e mulheres determina de forma concisa que a população masculina é detentora do título não invejável de maior quantidade de vítimas.

Sendo a que mais morre e que possui a menor expectativa de vida. Não estamos negando o fato de que mulheres sofrem a vitimização pela violência, mas queremos identificar o quanto a população masculina tem sua vida abreviada por esse motivo. Por fim, tanto os homens quanto as mulheres são vítimas da violência exacerbada, a qual nossa sociedade capitalista e egoísta potencializa pela formatação das relações sociais, transformando todos em mercadorias e fomentando o desenvolvimento competitivo.

Para retratarmos a situação de vida e morte da população masculina no Brasil temos os seguintes dados: os homens vivem em média 7,1 anos menos do que as mulheres. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁷ (IBGE) em 2016, a expectativa de vida da população masculina chegou a 72,2 anos enquanto a feminina atingiu 79,3.

A seguir outras informações levantadas pelo IBGE sobre os agravos em saúde que acometem a população masculina:

- 76% das internações por lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas são em homens;
- 68% das mortes na faixa etária de 20 a 59 anos são de homens;
- a cada 3 pessoas que morrem no Brasil, 2 são homens;
- a cada 5 pessoas que morrem de 20 a 30 anos, 4 são homens;
- os homens representam cerca de 60% das mortes no país.

Os homens, como se percebe, são sujeitos inseridos num contexto de agravamento das condições de saúde, tendo como principais causas de morbimortalidade os seguintes fatores:

1- Aparelho cardiovascular (AVC e Infartos):

- aproximadamente 395.700 mil pessoas morreram²⁸ em 2018. Refletindo sobre esse número e tendo a consciência que geralmente a taxa de óbito por esse motivo historicamente fica em torno de mais da metade para o sexo masculino, podemos constatar então, que esse indicador demonstra o quanto os homens não buscam ou tem negado o seu acesso ao atendimento em saúde de forma precoce para promoção e prevenção da qualidade de vida. Os homens geralmente acessam a rede de saúde quando se encontram com estado de saúde agravado e com doença instalada. Não há cuidado com a alimentação saudável e prática de exercícios físicos; há um considerável quantitativo de indivíduos consumidores de drogas lícitas

²⁷Site: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/dados_morbimortalidade_masculina_brasil.pdf, acesso em 31/05/2020.

²⁸Site, <http://www.cardiometro.com.br/grafico.asp>, acesso em 16 de outubro de 2020.

(cigarro, álcool, medicações como antidepressivos e psiquiátricos) e ilícitas (cocaína, heroína, maconha, e outras).

2- Causas Externas²⁹:

- acidentes de trânsito provocaram a morte de 35,3 mil pessoas, em 2017. Os números são preocupantes, e um detalhe chama a atenção: a maior parte das vítimas fatais é do sexo masculino e jovens em idade produtiva, entre 20 a 39 anos (36,75%). As principais vítimas fatais foram: os motociclistas (12.199), seguidos de ocupantes de automóveis e caminhonetes (8.511); pedestres (6.469); e ciclistas (1.306).

- Foram registrados³⁰ 51.589 assassinatos em 2018 (aproximadamente 90% homens). Só na última década, 553 mil brasileiros perderam a vida por essa agressão. Ou seja, um total de 153 mortes por dia.

Os números apontados evidenciam a incidência de mortes de homens em acidentes de trânsito e homicídios e expressam o quanto esses sujeitos vivenciam um cotidiano de exposição ao perigo com o falso entendimento de invencibilidade, de invulnerabilidade, de poder absoluto, de que é forte e destemido, de que não precisa se preocupar em tomar cuidado – o mito do *Superman* (um verdadeiro homem de aço).

3- Câncer³¹: número de mortes em 2017,

- Traqueia, Brônquios e Pulmões = 16.137; Próstata = 15.391; Cólon e Reto = 9.207; Estômago = 9.206; Esôfago = 6.647.

Para reflexão, aprofundamento e compreensão das expressões que levam o homem a ser o principal sujeito sofredor dos agravos de morbimortalidade demonstrados pelos dados identificados acima, é primordial compreender a construção social do gênero.

No Brasil, a construção do ser social é repleta do patriarcalismo herdado do modelo colonial no qual o homem é considerado o chefe, o detentor do poder e o responsável pelo sustento da família, promovendo a organização da família de acordo com suas vontades, valores sociais e culturais. Segundo Louro (1997, p. 41): “Homens e mulheres [...] são construídos [...] através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas[...] Os gêneros se produzem [...] nas e pelas relações de poder”.

²⁹Site: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude>, acesso em 31/05/2020.

³⁰Site: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/02/27/>, acesso em 31/05/2020.

³¹Site: <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>, acesso em 31/05/2020.

Seguindo a reflexão de Barker (2008), existem, certamente, tendências associadas ao gênero que reforçam que o uso de violência física tende a aparecer mais no comportamento masculino do que no feminino, baseada na expressão da força e invencibilidade.

Temos, também, na formação educacional desses sujeitos, as conhecidas e difundidas frases do senso comum como: “homem tem que ser forte”, “homem não chora”, “homem que é homem não leva desaforo para casa”, “apanhou na rua, vai apanhar em dobro em casa”, “homem têm que trabalhar e sustentar a família”, “homem não pode ficar doente”, “dengo não é coisa de homem”, “futebol é pra macho”, “mulher deu mole, tem que pegar”, “prendam suas cabras que meu bode tá solto”. São argumentações que alimentam e potencializam a construção social do gênero masculino: agressivo, dominador e prepotente.

O cotidiano dos meninos está permeado por observações tais como: “isto é brinquedo de menina”, “menino não chora”, “menino não abraça nem beija outro menino, só os maricas”, “você transou com ela? Não? É muito bobo!”, “você é um medroso, parece mulher”. Enfim, uma gama de afirmações vindas em um primeiro momento da família, posteriormente da escola e das relações sociais, fará crer aos meninos que existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador, forte, imune a fragilidades, inseguranças e angústias. Os meninos crescem achando que os outros são assim, e quando são repreendidos por não estarem se comportando como deveriam, se sentem problemáticos em relação ao modelo (NOLASCO, 1993. P.42).

A tabela³² a seguir possibilita visualizar que os homens vivem menos que as mulheres, e, por isso, logicamente, morrem em número proporcionalmente maior do que elas.

A diferença da quantidade de números de mortes a mais de homens em comparação com as das mulheres, utilizando como referência o número de mortes ocasionadas por homicídio, apontada nos dados das tabelas sobre o número de assassinatos em Volta Redonda, é importante indicador deste agravo em saúde para a população masculina.

Tabela 1 – Número total de óbitos, por motivos diversos, na cidade de Volta Redonda/RJ, no período de 2015 a 2019

Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Masculino	1.095	1.123	1.106	1.219	1.118
Feminino	967	1.018	997	1.076	1.051

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ - SETOR DE EPIDEMIOLOGIA, 2020.

³²As tabelas apresentadas nessa pesquisa foram construídas, por intermédio da análise dos dados sobre a mortalidade dos homens fornecido pelo Setor de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda/RJ.

Dentre a diferença do número total de óbitos masculino e feminino na série de 2015 a 2019, comparando com o número total de homicídios neste período, temos a seguinte constatação: dos 5.661 óbitos masculino, sendo 303 por homicídios, os assassinatos de homens são responsáveis por cerca de 5,35% das mortes; enquanto dos 5.109 óbitos femininos, sendo 32 por homicídios, os assassinatos de mulheres são responsáveis por cerca de 0,63% das mortes. Pode-se inferir, então, que realmente os homens tem seu tempo de vida demasiadamente abreviado pela influência, de forma contundente, da violência/assassinatos de que são vitimados.

A diferença total de número de mortes entre os sexos masculino e feminino (552 óbitos de homens a mais do que mulheres) determina que, de fato, os homens vivem menos do que as mulheres, como já mencionado anteriormente, por diversos fatores: culturais, sociais e econômicos, os quais influenciam na educação social, familiar, individual e coletiva destes sujeitos, levando ao agravamento de sua condição de vida.

Na tabela a seguir, realizamos uma análise comparativa entre número total de mortes a mais de homens em relação às mortes de mulheres por causas diversas, relacionando-as com o número ocasionado por homicídio. Pretende-se oportunizar a visualização e realização de uma reflexão do quanto o agravo em saúde (assassinato) acarreta o abreviamento das vidas dos homens na conjuntura atual.

Tabela 2 - análise comparativa entre número total de mortes a mais de homens em relação às mortes de mulheres, por causas diversas, relacionando-as com o número ocasionado por homicídio

Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Número de mortes a mais de homens em relação às mulheres, por causas diversas	128	105	109	143	67
Número de mortes a mais de homens em relação às mulheres, por homicídio	32	54	50	75	60
Porcentagem comparativa sobre número de mortes por homicídio, em relação aos motivos diversos	25%	51,42%	45,87%	52,44%	89,55%

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ - SETOR DE EPIDEMIOLOGIA, 2020.

O valores expostos identificam o quanto o homem morre mais do que as mulheres pela ocorrência dos homicídios e apresenta a necessidade de reflexão sobre os condicionantes sociais que ocasionam essa grave consequência para a saúde e vida dos homens.

No ano de 2019, quase que a diferença do quantitativo de mortes masculina por homicídio em relação às mortes femininas, coincidiu com a diferença de mortes entre homens e mulheres ocasionadas por motivos diversos: 60/67.

Nessa comparação, o número de assassinatos de homens em relação ao número referente às mulheres ficou em 89,55% em relação às mortes ocasionadas por motivos diversos. Ou seja, em 2019, o número de homens mortos foi o grande fator diferencial de agravo em saúde dessa população em comparação com as mulheres.

Desvelando este tipo de comportamento social e pesquisando os indicadores nacionais de mortes de homens, pode-se verificar que os dados da cidade de Volta Redonda assemelham-se aos dados nacionais referentes a essa temática, como demonstrado na seção a seguir, que aponta o número de mortes ocasionadas por assassinatos entre a população masculina e a feminina na cidade no período de 2015 a 2019.

2.1.1 Violência como determinante de assassinatos

A violência insere-se no contexto societário brasileiro devido à formação de sua organização social, política, econômica e cultural, impregnada de atitudes e ações repressoras, opressoras, intimidadoras, coercitivas e excludentes. Origina-se no Brasil colônia com o uso da mão de obra escrava de índios e negros e do genocídio destes povos.

Num modelo patriarcal e machista de controle sobre o grupo familiar, sobre os trabalhadores, e sobre a regulamentação estatal, viu-se essa sociedade envolta de aspectos de atos violentos, os quais deixaram marcas e registraram a violência como uma categoria compenetrada nas relações sociais, no universo societário brasileiro.

A violência existe, porém, devido a sua banalização, pode passar despercebida aos olhos da população, ocasionando uma naturalização insana e mortal para considerável parcela dos sujeitos sociais, como: mulheres, crianças, adolescentes, idosos, negros, homossexuais, participantes de movimentos sociais de luta (reforma agrária - trabalhadores rurais, pessoas em situação de rua) e outros.

A dificuldade na definição do que é violência e de que violência se fala é o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta (ZALUAR, 1999, p. 8).

Compreender a violência permite avaliar com maior substancialidade a vitimização de determinados grupos sofrendores de agravos relacionados à perpetuação de valores sociais pautados em ideologias dominantes e opressoras. Historicamente, o Brasil é um país em que o uso da violência exacerbada foi motora da construção societária.

Pois a violência sempre foi empregada, no Brasil e no mundo, para forçar o consenso, defender a ordem social a qualquer custo, manter a unidade ou a totalidade a ferro e fogo [...] Todavia, a repetição de certos arranjos e associações simbólicas relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre adquiriam uma forma que permitia vincular a violência a um ethos da masculinidade [...] (ZALUAR, 1999, p. 12).

A análise da tabela, a seguir, que contém o quantitativo de assassinatos em Volta Redonda, no período de 2015 a 2019, apresenta o retrato fidedigno da violência física como forma de resoluções de conflitos, ou seja, a violência institucionalizada pelas estruturas formadoras da sociedade brasileira. O uso exacerbado da violência potencializa o quantitativo de mortes na sociedade brasileira.

Tabela 3 – Número de óbitos por homicídio na cidade de Volta Redonda/RJ, no período de 2015 a 2019

Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Masculino	37	60	56	79	71
Feminino	05	06	06	04	11

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ - SETOR DE EPIDEMIOLOGIA, 2020.

A análise dos dados apresentados pela “tabela 3” determina o aumento considerável de vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda, no período do ano de 2015 até o ano de 2019. Aponta para as mulheres o aumento da violência/assassinatos no ano de 2019 – provavelmente relacionado ao crescimento de casos de feminicídios – também determina a

incidência maior deste fenômeno (homicídio) sobre os homens. Apresenta, desta maneira, os homens como os principais sujeitos vitimados por esse indicador de mortalidade numa sociedade determinada por uma organização social concebida pelo capitalismo, e que traz do patriarcalismo fortes resquícios institucionais da sociedade e da utilização da violência como exclusividade do homem.

[...] se partimos da análise da divisão do trabalho entre os sexos nas sociedades primitivas, percebemos como se desenvolveram as desigualdades. As mulheres, em geral, desempenhavam tarefas que não exigiam deslocamento muito grande, como a coleta, o cultivo e os cuidados com os filhos, enquanto os homens realizavam as que exigiam deslocamento espacial maior, como a caça e as guerras, e apesar de não desenvolverem atividades tão importantes economicamente, gozavam de status, tendo, portanto, destaque maior, além do fato de desenvolverem atividades que exigiam o exercício da violência, a qual passou a ser monopolizada pelos homens. (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 47).

Ao constatarmos que a violência durante a história de construção dos indivíduos sociais foi determinada como ação do homem – monopólio, podemos dizer que os homens são os agentes ativos e passivos do contexto de violência urbana e social que atinge a população brasileira. Isso revela substancialmente o grau de objetivação das vítimas de assassinatos numa determinada conjuntura social, econômica, histórica e cultural que emoldura o ser social.

Tabela 4 – Total de homicídios ocorridos na cidade de Volta Redonda/RJ, no período de 2015 a 2019

Masculino	303
Feminino	32
Total	335

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ - SETOR DE EPIDEMIOLOGIA, 2020.

A sociedade estigmatiza a masculinidade, impõe ao homem o senso comum fazendo dele um “Super-Homem”, um ser que deve reprimir seus sentimentos de medo, angústia e dor. Essa obrigação de ser forte e corajoso, leva à exposição constante a situações perigosas e também à atração pelo uso de armas de destruição, veículos potentes onde pode exibir sua intrepidez. Desse estigma resultam agravos de enfermidades e sofrimentos físicos e psicológicos.

Na maior parte do mundo, os homens jovens morrem mais cedo que as mulheres jovens, e proporcionalmente mais que os homens adultos; esta diferença se explica, em larga medida, pelo fato de que os jovens se esforçam por viver segundo certos modelos de masculinidade – eles morrem para provar que são “homens de verdade”.

Na maioria das vezes, quando dirigem carros e motocicletas em alta velocidade, eles querem apenas demonstrar para os outros que gostam de sentir a excitação do perigo e da ousadia. (BARKER, 2008, p.10).

O alarmante índice de 90,44%, constatado no tabela 3, de vítimas de homicídio do sexo masculino, na cidade de Volta Redonda/RJ, infere um grau de mortalidade potencializado e ao mesmo tempo assustador sobre os homens que se encontram num contexto de marginalização e risco social.

São possíveis fatores: o aumento de desempregados, envolvimento em grupos de narcotraficantes e em guerras de gangues, a marginalização territorial, os preconceitos raciais e sociais. Essa ocorrência evidencia a carência de práticas constantes de análises e desenvolvimentos de políticas públicas sociais que são as responsáveis pela intervenção, visando o acesso e desenvolvimento societário de forma a garantir vida digna para estes sujeitos.

Essa forma de percepção e entendimento do homem como principal agente de violência, acarreta uma ação por parte das forças de segurança idealizada pelos responsáveis (classe dominante) de legislar e executar as leis nacionais objetivando repressão e coerção a fim de intervir nesta realidade. Segundo Guerra (2010): a compreensão do pobre como perigoso e indivíduo que necessita de contenção – mesmo que para conseguir esse objetivo seja necessário, no entendimento de alguns abastados e dos governantes brasileiros, a sua eliminação – fato esse que acrescenta um grau crescente e alarmante de mortes de homens pobres, negros com pouca escolaridade e residentes em áreas periféricas, o que podemos constatar no desenvolvimento das próximas seções e nas tabelas a seguir.

2.1.2 Juventude ceifada pelos homicídios

A juventude é a fase do desenvolvimento humano que acredita na possibilidade da realização de todos os sonhos e desejos. Não há limite para a busca do novo, do imediato, da oportunidade e do conhecimento. Trata-se tudo, quase tudo lhe é lícito fazer. A curiosidade se torna frequente na vida dos adolescentes e jovens à procura de sua construção social e aceitação, perante si mesmo, ao grupo, à família e à sociedade.

Essa relação de entrega ao destino e afeto à adrenalina coloca a juventude no degrau mais alto do perigo advindo do senso de que tudo pode ser realizado, por mais radical que seja

essa ação, quando se é jovem. E essa percepção existencial acarreta a esse público a concretização de sua vulnerabilidade ao extremo do perigo... a morte violenta e prematura.

As taxas de mortalidade dos homens com idades entre 15 e 24 anos são muito superiores do que as das mulheres da mesma faixa etária, e são também maiores do que as de homens de qualquer outro grupo etário. Em todo mundo, as principais causas da morte dos jovens entre 15 e 24 anos são os acidentes de trânsito e os homicídios – ambas diretamente relacionadas às circunstâncias nas quais meninos e homens são socializados. Em grande parte da América Latina, do Caribe e de regiões da África subsaariana, a principal causa da morte precoce dos jovens é, de longe, o homicídio. Mesmo em regiões onde os índices de mortalidade de jovens do sexo masculino são, em geral, bem mais baixos – como na Europa Ocidental –, mais de 60% da mortalidade entre meninos e homens jovens, do nascimento aos 24 anos, são decorrentes de causas externas, mais uma vez acidentes de trânsito e violência, na maior parte dos casos. Em países como a Jamaica, Brasil, Colômbia e em certas regiões da África subsaariana, as taxas de mortalidade dos homens jovens são maiores do que em países envolvidos em guerras declaradas (BARKER, 2008, p. 9).

A seguir a tabela com os dados sobre faixa etária da população masculina vitimados por homicídio em Volta Redonda-RJ, apresenta e contorna o que é apontado pelos estudos e pesquisas realizados em outras partes do mundo.

Tabela 5 – Faixa etária das vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda/RJ, no período de 2015 a 2019

Faixa etária	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	+ 70
Masculino	02	50	124	66	31	14	10	06
Feminino	01	03	07	09	05	01	04	02

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ - SETOR DE EPIDEMIOLOGIA, 2020.

Essa concretude sobre a juventude como mais sucessível ao agravo em saúde advindo dos dados divulgados de mortalidade – assassinatos - é indicador preocupante e notório da urgência da instituição de meios legais e sociais para minimização desta situação, situação na qual os adolescentes e jovens encontram-se fragilizados, em vulnerabilidade social, econômica e cultural, reforçando a lógica capitalista da necessidade do emprego para a formação do sujeito e evitando a conceituação de “vagabundo e marginal”.

A quantidade de crianças e adolescentes disponíveis era tão expressiva que Francisco Matarazzo havia se esmerado em termos da absorção da mão-de-obra na Fábrica de tecidos Mariângela, a ponto de adquirir, para as crianças que empregava, máquinas de tamanho reduzido para facilitar o manuseio por partes dessas infelizes (...) A indústria têxtil correspondia, portanto, ao setor de maior absorção de mão-de-obra e grande parte dos trabalhadores que empregava era representada por crianças e adolescentes. A acentuada presença de crianças e de adolescentes nas indústrias de tecidos não limita, no entanto, a participação desses trabalhadores a essa atividade, embora concentrados, sobretudo, nesse setor. Nas indústrias alimentícias, de

produtos químicos, na metalurgia, no setor da construção civil, onde os acidentes de trabalho eram igualmente numerosos como também em outros setores, era ampliado o leque de funções nas quais os pequenos operários e operárias eram empregados trazendo na sua esteira a indiferença às particularidades e às necessidades da infância e da adolescência (MOURA, 1999 p.264- 274).

O fardo de iniciar as atividades laborativas ainda na fase juvenil para custear e ajudar nas despesas da família é fator determinante para o afastamento de adolescentes e jovens das cadeiras escolares e ingresso no mundo do trabalho precário. De fato, a argumentação de que o trabalho dignifica e afasta esses indivíduos da vadiagem empurra a séculos crianças, adolescentes e jovens para atividades insalubres e predatórias, ocasionando o distanciamento da continuidade e do progresso da educação intelectual e profissional.

A tabela sobre a faixa etária das vítimas de assassinato traz dados significativos para a análise e reflexão acerca da violência que assola e determina perdas significativas do ponto de vista da organização e construção do futuro da sociedade, já que a maioria dos homens vitimados por homicídio se encontra entre as idades de 15 a 49 anos, 271 assassinatos de um total de 303, ou seja, 89,43%, abrangendo o público adolescente, juvenil e jovem/adulto.

Faixas etárias consideradas como forças produtivas da sociedade emoldurada por um sistema capitalista baseado no processo de produção e reprodução social pelo uso do trabalho como força motora do desenvolvimento da cadeia produtiva, do mercado de consumo do crescimento econômico e estrutural do país.

Os jovens possuem comportamentos individuais constituídos de convivência grupal e social ocasionada por perspectivas e interesses próximos de conceituação de valores de relacionamento e convívio – uma cultura própria da idade. Outrossim, o jovem busca pelas suas atitudes construir uma identidade pessoal, e, em consonância, ser notado pelos demais integrantes de sua tribo (seu grupo).

Desta maneira, analisando a construção socioeconômica e estrutural do Brasil, e em especial em Volta Redonda, percebe-se que uma considerável parcela da juventude passa a integrar determinados grupos, alguns destes pertencentes a organizações criminosas. Esse envolvimento da juventude nestes espaços cercados de instintos e atos reais de violência, de marginalização, passam a transformar esses sujeitos em reféns dos aspectos estruturais dessa sociedade.

Atraídos por essa identidade masculina, os jovens, nem sempre os mais destituídos, incorporam-se aos grupos criminosos em que ficaram à mercê das rigorosas regras que proíbem a traição e a evasão de quaisquer recursos, por mínimos que sejam. Entre esses jovens, no entanto, são os mais destituídos que portam o estigma de eternos suspeitos, portanto incrimináveis, quando são usuários de drogas, aos olhos discriminatórios das agências de controle institucional. Com um agravante: policiais

corruptos agem como grupos de extorsão, que pouca diferença guardam com os grupos de extermínio que se formam com o objetivo de matar os eternos suspeitos. Quadrilhas de traficantes e assaltantes não usam métodos diferentes dos primeiros e tudo leva a crer que a luta pelo butim entre eles estaria levando à morte os seus jovens peões. No esquema de extorsão e nas dívidas com traficantes ou policiais, os jovens que começaram como usuários de drogas são levados a roubar, a assaltar e algumas vezes até a matar para pagar aqueles que os ameaçavam de morte — policiais ou traficantes — caso não consigam saldar a dívida. Muitos deles acabam se tornando membros de quadrilhas, seja para pagar dívidas, seja para se sentirem mais fortes diante dos inimigos criados, afundando cada vez mais nesse círculo diabólico que eles próprios denominam; condomínio do diabo (ZALUAR, 1999, p. 13).

Dados apontados pela tabela 4: na faixa etária de 15 a 29 anos, considerados jovens, há um total de 174 mortos, em um universo de 303 homicídios masculinos ocorridos no período de 2015 a 2019. Isso representa 57,42% das vítimas de homicídio em Volta Redonda, indicador maior do que o apresentado pelo estudo realizado no ano de 2017 pelo Atlas da Violência 2019 referente a essa população específica em todo o território nacional (Estados e Distrito Federal). Essa vem tornando-se a principal parcela da sociedade a sofrer as consequências do aumento da violência – no caso dos homicídios.

Os dados aqui apresentados explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios entre jovens, principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais. Observou-se aumento expressivo dos homicídios de jovens em diversas unidades da federação, as mesmas onde verificou-se o crescimento da taxa geral de homicídios em 2017. Ao mesmo tempo, o grupo etário de 15 a 29 anos representou 54,5% do total de vítimas de homicídio naquele ano, embora represente apenas 24,6% da população total do país. A redução da violência letal entre jovens, dessa forma, é um importante quesito para a redução dos homicídios no Brasil (Atlas da Violência 2019, p. 29).

De acordo com esse levantamento, pode-se inferir ser necessário e urgente a intervenção governamental nas políticas públicas sociais nas áreas educacional, cultural, esportiva e de lazer e ainda na formação e capacitação profissional, para o devido enfrentamento desta realidade. Com investimentos voltados para essa parcela da população brasileira haverá um contingenciamento e controle social sobre o alarmante crescimento e vitimização sofridas pelos jovens pela ação e prática de atividades perigosas e promotoras da violência.

Nesse ponto, é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Inúmeros trabalhos científicos internacionais, como os do Prêmio Nobel James Heckman mostram que é muito mais barato investir na primeira infância e juventude para evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã, do que aportar recursos nas infrutíferas e dispendiosas ações de

repressão bélica ao crime na ponta e encarceramento (Atlas da Violência 2019, p. 30).

O investimento, na acessibilidade às políticas públicas sociais, possibilitará melhor desenvolvimento social e econômico para esses sujeitos sofredores desta violação ao principal direito humano – o direito à vida, e promoverá um enfrentamento desta realidade preocupante que compromete o desenvolvimento das gerações de jovens atuais e futuras, e uma permanente ação para a proteção e o cuidado com esses indivíduos.

Assim, sucessivamente pode-se chegar à pertinente e desejável construção de um bojo de possibilidades culturais, sociais, econômicas e educacionais, visando o pleno direito constitucional de cidadania para toda a população e aí incluída a comunidade juvenil integrante da nação brasileira.

2.1.3 Racismo como determinante de extermínio

O racismo³³ está presente na sociedade brasileira desde os primórdios de nossa formação como país. Um racismo hoje estrutural e ao mesmo tempo disfarçado, com discursos sociais de negação de sua existência; tornou-se mais perigoso devido à pouca reflexão e pouco questionamento de sentimento potencialmente avassalador com perigo de morte para a população negra (pretos e pardos). O racismo é concretizado em um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas. Está embutido em nossos costumes e promove, direta ou indiretamente, a segregação, o preconceito racial³⁴ e a discriminação racial³⁵.

Em resumo: o racismo é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O

³³“Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

³⁴“O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais ‘naturalmente’ preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

³⁵“A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Os costumes, a história, a musicalidade, a religiosidade, as tradições culturais de modo geral da população negra, desde tempos remotos, foram, e ainda são expressões criminalizadas e deturpadas. São menosprezadas, e por vezes, motivo de perseguição ideológica com limitações até dos espaços utilizados por estes sujeitos. Tudo isso comprova o grau elevado de preconceito racial “à moda brasileira”.

Ao longo da história, diversos são os exemplos desse movimento. No Brasil do início do século XIX tivemos a criminalização da capoeira e do samba, a proibição de andar sem sapatos, ou de ficar nas ruas, todas práticas eminentemente de negros. Tais proibições delimitavam os territórios que estes poderiam frequentar e nos quais poderiam ou não se expressar culturalmente. Atualmente, é fácil observar a criminalização do funk, do trabalho dos grupos subalternizados em especial nas ruas, marcado pela informalidade. Vale observar que tais delimitações ocorriam no período republicano, inclusive em termos oficiais, com zoneamento do espaço de tolerância policial na grande cidade (VARGENS, 2012, p. 19-20).

Os negros no Brasil tiveram sua existência transformada em mercadoria, o uso de sua força de trabalho escravizada e marginalizada. Milhões vieram para terras brasileiras forçados e acorrentados, deixando sua história e seus propósitos de vida na terra natal. Sucumbiram à ganância do lucro e à opressão do cativo, ainda que tenha havido resistências a essa opressão. A escravidão tornou-se a atividade mais rentável, e ao mesmo tempo mais grave, para a realização e o crescimento da economia brasileira.

A escravidão mais importante, entretanto, foi a dos africanos e de seus descendentes. Milhões de escravos entraram no Brasil, até o século XIX, vindos da Guiné, Angola e Moçambique em três grandes levas, ou “ciclos”, de acordo com a procedência predominante: da Guiné no século XVI (entre 50 mil e 100 mil), de Angola no século XVII (cerca de 600 mil) e da Costa da Mina no século XVIII (cerca de 1,3 milhão). [...] O escravo trabalhava nos canaviais, tratando dos roçados, do plantio e da colheita; nos engenhos, em atividades mais especializadas sob a orientação do mestre do açúcar; na lavoura do tabaco; nas minas de ouro e nas lavras de diamantes; nas fazendas de gado e nas charqueadas; e nas casas, como escravo doméstico. Também era alugado pelo seu senhor, especialmente se tinha alguma especialidade, ou era “escravo de ganho”, realizando tarefas durante o dia e entregando a fêria ao proprietário (WEHLING, 2005, p. 199-200).

Desta maneira, o negro tornou-se mercadoria de valor, de acúmulo, de investimento, pois além de exercer as atividades diárias, também reproduzia a força de trabalho, pela prole que aqui nascia tendo por berço a senzala, desumanizados e transformados em objetos de

consumo e muitas vezes em objetos de desejos pessoais dos proprietários (fazendeiros e seus descendentes) para satisfação de seus interesses: prazeres físicos e sexuais.

O privilégio ofertado a um grupo étnico (brancos) e o fardo da escravidão sobre os ombros dos negros perpetuou o racismo, tornando-o institucionalizado nas práticas do cotidiano público. As atividades e ações estatais no trato diferenciado de acordo com a definição da cor da pele, perpetua o status social elevado para brancos e rasteiro para os negros.

Na história dos aparelhos estatais e das instituições no Brasil, existe um fato que não pode ser deixado de fora: os mais de três séculos de escravidão de afrodescendentes. Ou seja, desde o Período Colonial à República, a modelagem da estrutura social baseada no racismo nunca esteve de fora das esferas de poder. Considerar o judiciário, a educação e a família, por exemplo, sem levar em consideração o alicerce do preconceito racial, é deixar de fora um dos pontos que fundamentaram o país. O racismo institucional é fruto dessas relações (PRAXIS, novembro 2017/fevereiro 2018, p. 12).

Para a análise dos dados apontados na tabela a seguir, sobre número de assassinatos de homens apresentados por cor da pele, deve-se observar quais são os indivíduos que mais morrem deste agravo devido a condição do já mencionado racismo, e assim, determinar a presença desta categoria para o suplício de certo grupo social.

Tabela 6 – Cor das vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda/RJ, no período de 2015 a 2019

Cor	Branca	Negra (Pardo + Preto)
Masculino	112	191
Feminino	16	16

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ - SETOR DE EPIDEMIOLOGIA, 2020.

Ao analisar os dados referentes à cor das vítimas de assassinatos, identifica-se que a população masculina negra (pretos e pardos) compõe a maioria dos sujeitos que sofrem este tipo de violência, morte ocasionada por homicídio. E isso nos traz o entendimento da existência do preconceito racial na sociedade brasileira, pautada no modo de produção e reprodução social do capitalismo, na luta de classes, influenciando na construção social do ser.

O racismo, o preconceito e a discriminação racial são relações sociais antagônicas à ontologia do ser social, fundante da teoria social crítica. Nesse sentido, a totalidade social da situação de discriminação racial e a violência contra a população da

Diáspora Negra, com seus sujeitos concretos (crianças negras, mulheres negras, homens negros, jovens negros/as, idosos/ as negros/as), deve ser compreendida a partir da contribuição teórico-crítica. O foco é dado nos processos de genocídio intrínsecos às relações sociais capitalistas nas dimensões econômicas, mas não desprivilegiando a luta de classe (ALMEIDA, 2014, p. 147).

Tornam-se extremamente necessárias a reflexão e a avaliação na constatação de que a maioria dos sujeitos sofreadores desta violência, em Volta Redonda, são os homens negros (pardos e pretos) = 63,03% dos assassinados. De acordo com Almeida (2014), é expressão dessa violência, também, o genocídio da juventude negra, expressiva massa de jovens negros é abatida pelo tráfico ou pela ação truculenta da polícia e dos demais agentes da segurança pública.

Referência, esta, que reconhecidamente baseou a construção de sua história econômica e social no modelo escravocrata - cerca de quatrocentos anos de escravidão, de exploração e marginalização da população preta e parda (negros), o racismo estrutural.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Esse fato histórico, aparentemente longínquo, deixou, na verdade, profundas marcas na sociedade brasileira. Para entendê-las, é preciso não esquecer os navios negreiros e os objetos de tortura. É preciso lembrar que a abolição foi lenta. Mas é preciso também pensar o lugar que a ciência ocupou na consolidação do preconceito contra os negros. Para que se lute contra o racismo é preciso primeiramente reconhecer que ele existe. Sem essa “confissão” tira-se do foco o alvo que se quer atingir (NUNES, 2006, p. 90).

Esses sujeitos sociais geralmente são considerados perigosos, arruaceiros, desordeiros e dignos de vigilância e opressão pelo uso da força (violência física, psicológica, moral) por parte da classe dominante, representada pelos órgãos públicos nacionais, estaduais ou municipais e estes acreditam ser necessário o controle e/ou aniquilamento social. Seguem alguns trágicos exemplos:

01- O assassinato do adolescente João Pedro³⁶ na comunidade do Salgueiro, em São Gonçalo – RJ, que estava com outros adolescentes e jovens dentro da residência de um tio, e que foi atingido por um disparo de arma de fogo (fuzil), disparado por um policial civil. Tiro, que segundo a perícia, atingiu o adolescente pelas costas, ou seja, foi morto sem haver nenhuma reação ou aparente de conflito.

02- O assassinato³⁷ de cinco jovens negros por policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, no bairro de Costa Barros. A cor como determinante de suspeita, acusação e execução sem

³⁶Site acessado em 30/05/2020 - <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/05/5925020-caso-joao-pedro--laudo-indica-que-tiro-atingiu-adolescente-pelas-costas.html>

³⁷Site acessado em 30/05/2020 - <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/09/pms-sao-condenados-a-52-anos-de-prisao-pela-chacina-de-costa-barros.ghtml>

juízo. O crime ocorreu em novembro de 2015 e ficou conhecido como a Chacina de Costa Barros. Os jovens, com idades entre 17 e 25 anos, tinham saído para comemorar o recebimento do salário referente ao primeiro emprego de um deles. O carro em que eles estavam foi metralhado. A perícia constatou que 111 tiros atingiram o veículo em que os jovens estavam.

O extermínio da população negra – dos homens pretos e pardos, é visível em todo território nacional, sendo constatado, por fim, que os negros são vistos pela organização societária como sujeitos “sempre em situação de suspeitos, ou, de culpados por algum atodolituoso ou criminoso, o que determina o comportamento social referendado no preconceito racial.

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (Atlas da Violência 2019, p. 49).

Os dados municipais de Volta Redonda e os dados nacionais, segundo o Atlas da Violência 2019, apontam para indicadores da presença da discriminação racial com o uso da violência e de assassinato da população negra.

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil ver manifestações de racismo no dia-a-dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como o olhar policial que põe constantemente os negros sob suspeita. Pesquisa recente concluiu que há diferença de tratamento, por parte da justiça, de brancos e negros. Estes são tratados com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se a criminalidade e a possibilidade de “perturbar a ordem social” lhes fosse inerente (NUNES, 2006, p. 96).

Volta Redonda, semelhante ao quadro nacional identificado pelos dados de assassinatos da população negra, sente na conjuntura estrutural existente a exacerbação do agravo em saúde – mortes ocasionadas por homicídio, atingindo proporcionalmente considerável número de sua população negra (pretos e pardos). Sucessivamente aumenta a agressão violenta para com este público, que por isso, acaba por ser o mais afetado por esta calamidade.

Muitas pessoas acham que levantar a questão da vulnerabilidade vivida pelos negros de Volta Redonda e do Brasil como um todo é vitimismo. Estão enganados e os números mostram isso claramente. Existe uma balança violenta que pesa mais para o lado dos negros. Isso é fato. E em Volta Redonda a quantidade de casos assusta”, explicou Douglas, afirmando que a cada três pessoas mortas violentamente na cidade do aço, duas são negras. “É uma questão intimamente ligada ao racismo e à falta de políticas públicas com certeza”, completou (Jornal Aqui,2018).

Outrossim, é mister refletir na urgência de propostas e de ações para a inclusão social desses indivíduos, combatendo, assim, o processo vigente de segregação do negro como sujeito alvo da violação de direitos humanos e sociais. Que não sejam tratados como população de classe inferior e sujeita a repressão ou a marginalização que há séculos impõe aos negros esse condicionamento social.

Não se trata de discutir se existe ou não discriminação racial no Brasil, esse dado já foi amplamente constatado. Faz-se necessário, portanto, passarmos para uma outra esfera de preocupação: dar visibilidade ao fenômeno e buscar romper as barreiras que impedem os passos iniciais para a constituição de uma sociedade que não discrimine a pluralidade de credos, cores/raças, estratos sociais, entre outras (OLIVEIRA; LIMA; SANTOS, 1998, p. 37).

Portanto, pelo que observamos, fica evidente a necessidade de que políticas públicas de segurança e garantia de direitos sociais tenham por parâmetros as diversidades culturais, sociais e históricas. Reconhecendo essa diversidade, no que toca à cor da pele focalizem o público-alvo, proporcionando mais segurança a tal público, vulnerável garantindo então o direito à vida digna e o acesso aos demais direitos sociais e econômicos para esta população que amarga séculos de marginalização e exclusão socioeconômica.

2.1.4 Escolaridade das vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda – RJ

Ao analisar os dados referentes à escolaridade dos sujeitos vitimados por assassinatos, devemos ater-nos ao histórico de organização da educação brasileira, recordando que no Brasil houve, e continua a haver, um abismo na acessibilidade à educação, na qual a classe hegemônica ingressa de maneira natural aos níveis educacionais reconhecidamente de melhor qualidade, enquanto a camada empobrecida pena por vagas nas cadeiras das escolas públicas e, quando acessam, encontram espaços escolares precarizados.

Extensa parcela societária, a classe subalternizada, não consegue acessar a rede regular de ensino, e quando consegue, vê-se impedida de ingressar nos níveis secundários e superiores de estudo, pois ainda crianças e adolescentes precisam trabalhar para

complementar a renda do grupo familiar. O trabalho passa a ser prioridade para que se possa existir, e para que seja respeitado como “sujeito trabalhador”, portanto, “sujeito não vagabundo”. Têm-se como resultado a evasão escolar e não acessibilidade aos níveis educacionais de forma gradual.

No que diz respeito aos motivos pelos quais desejam estar inseridos no mercado de trabalho, observou-se uma multiplicidade de razões. Dentre as mais frequentes, estão: o desejo de ajudar na manutenção da casa; a necessidade de se livrar do estigma de desocupado, ocioso e vagabundo; a imposição familiar por medo do envolvimento com o tráfico de drogas; a vontade de ser alguém na vida; e o desejo de adquirir bens materiais. Em muitos casos, foi possível observar que na vida destes jovens e seus familiares o imperativo é a sobrevivência. O trabalho representa, nesse sentido, a possibilidade de satisfação das necessidades básicas (CANDIDO; ARAUJO, 2011, p. 82).

No Brasil, e conseqüentemente em Volta Redonda, há considerável abismo entre a formação educacional e profissional dos estudantes das classes média e alta e dos filhos do proletariado, como acontece desde os primórdios da invasão portuguesa nas terras brasileiras.

Sobre esta sociedade pairava a elite, cuja cultura intelectual era claramente a da Idade Média e comum com a da Metrópole, compreendendo a formação teológica e de letras latinas ao clero e dos leigos, canonistas e médicos, que se iriam graduar na Universidade de Coimbra, que era tanto a universidade de Coimbra, herdeira da Metrópole quanto da Colônia (TEIXEIRA, 1989, p.62).

Desde a época do Brasil Colônia, a direção tomada para a instituição educacional foi direcionada ao padrão europeu-ocidental, principalmente à educação portuguesa – dos nossos colonizadores- e do contexto sócio-político-econômico que envolvia a civilização deste período. A facilidade de acesso à educação ficou reservada à camada abastada socialmente, enquanto a maioria da população, tais como os pobres, os indígenas e os negros, ficaram à margem do sistema educacional, não conseguindo alcançar uma educação de qualidade que possibilitasse o desenvolvimento acadêmico e social. Identificando esse histórico brasileiro, em relação ao acesso e formação educacional, podemos realizar uma reflexão crítica dos dados referentes à escolaridade das vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda.

Tabela 7 – Escolaridade das vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda/RJ, no período de 2015 a 2019

Anos de estudo	S/Informação	Nenhuma	01 a 03	04 a 07	08 a 11	+ 12	Ignorado
Masculino	03	06	56	154	61	09	14
Feminino	01	02	03	15	10	01	0

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ - SETOR DE EPIDEMIOLOGIA, 2020.

A análise dos dados referentes ao grau de escolaridade dos vitimados pelo homicídio, incide na supremacia desta ocorrência: a mortalidade na população masculina, sobre indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade já que a maioria encontra-se posicionada nas faixas de tempo de estudo mais baixas. Os dados demonstram a seguinte distribuição para a população masculina:

- Na faixa de um a três anos de estudos (Ensino Fundamental nos anos iniciais) temos 56 indivíduos;
- Na faixa de quatro a sete anos de estudos (Ensino Fundamental incompleto) temos 154 indivíduos;
- Na faixa de oito a onze anos de estudos (Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto) temos 61 indivíduos.

A dificuldade de ingresso e permanência desses sujeitos nos estudos ocasiona pouca instrução e dificuldade de inserção social e profissional. Fica difícil alcançar uma oportunidade de trabalho e crescimento socioeconômico. Há desistência dos estudos pelo baixo interesse ocasionado por um modelo educacional tradicional e desestimulante, como a falta da aplicação de novas tecnologias. Reforça-se o desejo da busca pelo emprego e renda, o ingresso na sociedade do consumo – na cidade do aço, almeja-se entrar na maior empregadora, a CSN, acessando os quadros mais inferiores no mercado de trabalho e com salários mais baixos e inexpressivos para o que se almejava – a sobrevivência e o consumo.

O quantitativo de homens assassinados que não foi informada a escolaridade, ou seja, cuja escolaridade foi considerada ignorada (14 pessoas), demonstra um aspecto de descaso com as informações referentes ao grau de estudos desses sujeitos, o que contribui ainda mais para a marginalização da população masculina evidenciando descuido nas qualidades dos dados e, conseqüentemente, das possíveis providências cabíveis em relação a esse diagnóstico.

A análise desses dados identifica uma segregação de oportunidades de desenvolvimento e crescimento cognitivo, intelectual e profissional, num mercado capitalista com alto grau de capacitação tecnológica e de disputa pelo emprego, pois a economia de mercado exige capacitação e aperfeiçoamento constante, já que a concorrência da mão de obra em busca de colação é cada vez maior.

A educação pública brasileira, de maneira geral, sofre com a falta de investimentos e melhoria das instituições educadoras, seja tanto na parte estrutural e instrumental das

repartições, quanto da formação, qualificação, aperfeiçoamento e valorização salarial para os profissionais do setor – os professores.

Para superarmos os tristes e devastadores dados de homicídios que atingem a população exposta ao descaso educacional, faz-se urgente a redefinição da política de educação pública, de acesso e permanência ao sistema de ensino. Perfazendo desse modo a construção do desenvolvimento da educação nacional.

A centralidade da educação na definição dos rumos econômicos está posta e há lições importantes a aprender com os países asiáticos a esse respeito. Há que se definir para o país uma política educacional comprometida com a conquista da cidadania para todos. O atendimento aos requerimentos da nova ordem mundial, onde se incluem ganhos de competitividade, só fazem sentido se o Brasil for capaz de superar suas flagrantes desigualdades sociais. Um movimento nesse sentido só será levado a bom termo se houver por parte da sociedade brasileira uma efetiva mobilização pela educação (VIEIRA, 1995, p. 51).

Recordando a análise da tabela anterior sobre a cor das vítimas de assassinatos, a constatação de que a maioria dos sujeitos sofreadores desta violência são os negros (pardos e pretos) = 63,03%, pode-se argumentar que o número de negros pertencentes ao perfil de ensino com pouca escolarização é bastante considerável,

[...] foi analisado estatisticamente, em uma pesquisa de 2013, que a população branca tinha quase nove anos de estudo em média, e a negra, pouco mais que sete anos. A diferença, no entanto já foi maior. Em 1997, os brancos chegavam a estudar por quase sete anos em média e os negros, quatro anos e meio, equivalentes ao primeiro ciclo do ensino fundamental. A taxa de analfabetismo entre negros (11,5%) é mais de duas vezes que entre os brancos (5,2%) (BASTOS, 2018, p. 57).

A análise dos dados referentes a cor e escolaridade das vítimas de homicídios refletem a conformidade das relações sociais e culturais sobre a condição de existência da população negra e periférica no Brasil.

A acessibilidade às cadeiras escolares e a permanência nestas, necessitam de investimentos públicos direcionados a resolução desta problemática. Além de tal iniciativa é de grande relevância a compreensão que o esforço por uma educação de qualidade para todos proporcionará desenvolvimento para toda a nação, vencendo o abismo existente entre a camada privilegiada da sociedade e os excluídos de direitos sociais.

O acesso à escola depende de oportunidades: espacial, temporal, cultural, econômica etc. Crianças e jovens oriundos de meios que “não valorizam” a cultura letrada, certamente terão dificuldades com a escolaridade; aquelas que moram em áreas carentes de escolas (Norte, Nordeste, periferias das grandes cidades) terão reduzidas as chances de acesso aos bancos escolares por motivos espaciais. Se pensarmos em situações, não pouco comuns, como a combinação entre carência e não valorização

(involuntária) da escola, será fácil prever a ampliação do grau de dificuldade (MINTO; MURANAKA, 1995, p. 70).

Neste contexto cultural e com a identificação dos indivíduos vítimas de homicídios em Volta Redonda, é consenso que há um grau elevado de evasão escolar por parte significativa da juventude, o que pode ser determinante para o aumento dos casos de mortalidade para este público. Para contornar essa situação, o entendimento de cidadania e pertencimento societário coopera para o desenvolvimento de respostas convergentes para a ampliação dos direitos sociais, no caso, o direito social à educação.

Educação e cidadania guardam, ou deveriam guardar, estreita relação: quanto mais educados forem os indivíduos (por direito, cidadãos), maior a probabilidade de ampliar o contingente humano que luta por direitos sociais. Citados em verso e prosa, estes restringem-se a pequena parcela da população; de fato, a maioria não tem acesso a vida digna (MINTO; MURANAKA, 1995, p. 58).

Para alcançar a vida digna, a educação exerce papel essencial na conscientização e pertencimento societário, contribuindo para a proteção humana, e para a construção de uma sociedade pautada na justiça e igualdade socioeconômica, promotora do respeito e da preservação da vida.

Continuando nossa reflexão temos na sequência a análise de dados sobre as mortes ocasionadas pelo uso de armas de fogo (revolveres, pistolas, fuzis), o que evidencia o quanto esse instrumento serve à violência ocasionadora de homicídios. Tornando, assim, relevante a discussão sobre a utilização desse instrumento no processo de compra e venda de produtos no mercado bélico, um dos mais lucrativos do sistema financeiro capitalista, e propagado pelo atual governo federal – na figura do presidente Bolsonaro.

2.1.5 “Homens não são de aço”: armas de fogo como objeto de morte

A utilização de armas de fogo para resolução de conflitos e como meio de repressão estatal, ocasiona alarmante número de pessoas acometidas por ferimentos e mortes pelos projéteis (balas de revolveres, pistolas, fuzis...), que ao serem detonados perfuram o corpo humano, ferindo, ceifando vida e calando vozes. Para verificar o uso desse instrumento como agente causador de homicídio na “cidade do aço”, colocaremos nosso esforço de interpretação em cima dos dados apontados na tabela a seguir.

Tabela 8 – vítimas de homicídio, pelo uso de armas de fogo, no período de 2015 a 2019

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Masculino	26	52	49	67	66	260
Feminino	02	04	04	03	10	23

Fonte: SETOR DE EPIDEMIOLOGIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VOLTA REDONDA/RJ, 2020.

Dentre as causas de óbitos da população masculina, em especial por assassinato, os dados apresentam alarmante e preocupante informação a respeito do uso de armas de fogo na execução de pessoas, entretanto, cremos que este é um fenômeno social de possível solução.

Do quantitativo total de 303 homicídios masculinos, 260 foram ocasionados em consequência de projéteis de arma de fogo, representando 85,80% dos homens vitimados por Perfuração de Arma de Fogo (PAF).

As vítimas femininas afetadas por essa causa foram 23 num universo de 32, ou seja, 71,87%, sofreram mortes ocasionadas por PAF. Indicador preocupante de aumento deste tipo de violência, também, sobre as mulheres – provavelmente pela incidência do feminicídio.

No total geral de pessoas assassinadas por PAF, no período de 2015 a 2019, temos 283 indivíduos, num universo de 335 pessoas mortas por homicídio, a porcentagem deste período foi de 84,47%. Indicadores que representam o quanto a utilização e a comercialização de armas de fogo no país precisa ser questionada, avaliada e fiscalizada. O número de vítimas por arma de fogo apontado na cidade de Volta Redonda/RJ, que por sinal não se difere muito do que é apontado a em nível nacional, leva a uma reflexão sobre o discurso do uso de tal instrumento como objeto de defesa pessoal e/ou familiar, como forma adequada de proteção.

Na atual conjuntura política, o Presidente da República, Jair Bolsonaro – em nova medida pró-armas, amplia o limite para compra de munições. O presidente³⁸ já havia revogado três portarias do Exército que estabeleciam regras para rastreamento e identificação de armas, e membros do governo federal defendem abertamente a legalização do porte de armas de fogo, com o discurso de proteção pessoal e familiar, argumento contestado por especialistas no assunto.

Significativa parcela das armas legais são extraviadas ou roubadas e terminam em algum momento caindo na ilegalidade, fazendo com que o preço da arma no mercado ilegal diminua e facilitando o acesso à arma aos criminosos contumazes. A

³⁸Site: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/em-nova-medida-pro-armas-bolsonaro-amplia-limite-para-compra-de-municoes.shtml>, acesso em 19/09/2020.

CPI das Armas realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, mostrou dados robustos sobre a questão. Em 10 anos no estado do Rio de Janeiro, foram extraviadas ou roubadas 17.662 armas das empresas de vigilância ou segurança privada. Nessa mesma CPI mostrou-se que das armas ilegais apreendidas, 68% tinham sido armas legais num primeiro momento vendidas no território nacional e 18% tinham sido armas desviadas das Forças Armadas ou polícias. Ou seja, 86% das armas ilegais foram em algum momento legais e depois desviadas para o crime (Atlas da Violência 2019, p. 80).

Dados e indicadores existentes sobre essa temática, identificam que a sociedade brasileira é extremamente violenta. Conseqüentemente, o uso de armas de fogo potencializa as ações que resultam em crimes de homicídio. Contudo, sem a posse desse instrumento o risco é menor na resolução de conflitos societários.

É notório que o país vivencia uma intervenção estatal pelos órgãos de segurança pública em situações de conflito, com grupos criminosos, contando neste contexto o alto índice de mortes por intervenção policial. Do mesmo modo, Volta Redonda apresenta expressivo aumento no número de mortes ocasionadas por ação policial³⁹.

O Rio de Janeiro, dentre as demais localidades do Brasil, no período de janeiro a agosto de 2019, é o Estado com o maior número absoluto de mortos por intervenção⁴⁰ policial (1.249), e possui considerável número de policiais mortos⁴¹ em relação ao restante do território nacional (36).

Esses dados destacam a política de segurança imposta há décadas por diversos governadores do Estado do Rio de Janeiro, incluindo o eleito⁴² nas eleições de 2018, declarando o enfrentamento e o confronto armado como forma de contenção da violência, potencializando o convívio social de forma brutal e inconveniente para a preservação da vida.

Há constante aumento de brigas entre grupos de narcotráfico por disputa de territórios na cidade de Volta Redonda. No primeiro trimestre de 2019 (janeiro, fevereiro e março),

³⁹A letalidade policial avança para o interior do Estado do Rio de Janeiro. Volta Redonda na Região Sul Fluminense lidera a lista de cidades que aumentaram as mortes ocasionadas pela intervenção policial. No ano de 2015 não houve nenhuma ocorrência de morte por ação policial, em 2016 foram 4, em 2017 foram 2, em 2018 foram 8, em 2019 foram 9, e até julho de 2020 houve 6 mortes. Reportagem televisiva exibida em 17 de setembro de 2020 pela TV Rio Sul, site <https://globoplay.globo.com/v/8865609/>

⁴⁰Informação retirada do site: <https://g1.globo.com>, reportagem intitulada de “No Rio, número de mortes por policiais em 2019 é recorde”, acesso em 30/01/2020.

⁴¹Informações retiradas do site: <https://extra.globo.com>, reportagem intitulada de “Número de policiais mortos no Rio cai e estatística caminha para ser a menor em 25 anos”, acesso em 30/01/2020.

⁴²Nas primeiras entrevistas após ser eleito para governador do Rio de Janeiro em novembro de 2018, Wilson Witzel declarou “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”. Site, <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>, acesso em 19/09/2020.

Volta Redonda registrou alta no número de homicídios e tentativas de homicídios⁴³. Em 2018, foram registrados 20 homicídios e 24 tentativas de homicídio, já em 2019, respectivamente foram 23 e 47. E isso contribui para o elevado número de assassinatos por armas de fogo.

Existe disputa violenta pelo mercado de compra e venda de drogas ilícitas envolvendo facções criminosas rivais⁴⁴ que recrutam considerável quantitativo de jovens para a defesa e ataque de territórios, realizando sangrentas batalhas por esses espaços, sendo essa disputa um dos fatores responsáveis pelo exacerbado número de pessoas assassinadas em Volta Redonda.

Em nível nacional, podemos citar o aumento dos índices de violência por homicídio ocasionado pelos conflitos e disputas de facções, conforme apresenta o Atlas da Violência de 2019.

Possivelmente, o forte crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos dois anos, tenha sido influenciado pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016 (Manso e Dias, 2018) entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); e seus aliados regionais – principalmente as facções denominadas como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime (Atlas da Violência 2019, p.7).

A potencialização dos assassinatos pelas disputas de grupos criminosos, pelo controle do mercado de drogas e armas no Brasil, invade territórios que deveriam ser, em tese, de garantia de segurança e ressocialização de presos - o sistema prisional.

No dia 1º de janeiro de 2017, houve uma rebelião no Complexo Prisional Anísio Jobim, em Manaus, quando integrantes do PCC e da Família do Norte (FDN), aliada do CV, se enfrentaram, tendo como resultado 56 mortes. No dia 14, outros 26 detentos foram mortos na Prisão Estadual de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, quando 26 detentos foram assassinados, nas escaramuças entre o PCC e o Sindicato do Crime (SDC), aliado do CV. Nesse período, em 15 dias o saldo foi de 138 homicídios nas prisões brasileiras, com episódios que atingiram também os sistemas penitenciários de Roraima, Paraíba, Alagoas, São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Atlas da Violência 2019, p. 9).

Assim, o uso de armas de fogo torna-se frequente em disputas de facções, em intervenção policial, em brigas de família ou de vizinhos, em brigas de grupos ideologicamente rivais, na resolução de conflitos por motivos fúteis, e em tantas outras

⁴³Site: <https://diariodovale.com.br/regiao/volta-redonda-tem-alta-no-numero-de-homicidios-e-tentativa-de-homicidios-no-trimestre/>, acesso em 19/09/2020.

⁴⁴Site: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/traficantes-de-faccoes-rivais-ameacam-guerra-no-monte-castelo-em-volta-redonda/>, acesso em 19 de setembro de 2020. Site: <http://www.focoregional.com.br/Noticia/pm-prende-suspeito-de-gerenciar-traffic-no-co>, acesso em 28/09/2020.

desavenças que poderiam ser resolvidas pelo diálogo, sem uso de violência, porém, a presença da arma de fogo torna situações simples em trágicas histórias de mortes.

Seguindo nosso raciocínio para a identificação do retrato dos homens vitimados pelo homicídio, apresentaremos, na próxima seção, os territórios de prevalência das ocorrências de assassinatos na cidade de Volta Redonda, áreas periféricas e empobrecidas, com poucos recursos de acesso às políticas públicas sociais, com marginalização e exclusão social.

2.1.6 Territórios de prevalência de ocorrências de homicídios em Volta Redonda/RJ

Pesquisando nos principais meios de comunicações da região: jornais impressos e online, como diariodovale.com.br, focoregional.com.br, jornalaqui.com.br; e telejornal local TV Rio Sul, constata-se que os territórios de ocorrência de homicídios e de moradia das vítimas deste crime, na cidade de Volta Redonda – RJ, são bairros localizados nas zonas periféricas, nos territórios que possuem núcleos com índice alarmante de vulnerabilidade e risco social.

Territórios com incidência de pobreza, marginalização, escassos investimentos em atividades culturais, de lazer, desportivas; com a presença considerável de atritos de grupos rivais de tráfico de drogas e operações policiais. Espaços periféricos da cidade em que não há muitas possibilidades de ingresso profissional nem atividades laborativas. São territórios com poucas opções de emprego e afastados do centro da cidade, zona com mais espaços para busca e atuação profissional nos setores de comércio, serviços, indústria; dos grandes centros culturais (teatros e cinemas), da rede educacional e profissionalizantes, e centros de atividades físicas e de lazer, por fim distante das instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Desde seu nascimento, a cidade com suas instituições e os usos que dão a elas obedecem ao que Milton Santos chama de organização capitalista do espaço (SANTOS, 2004). Por diversos mecanismos, o proletariado é afastado do centro urbano, do centro de poder: ali se estabelece o poder do Estado expresso pela possibilidade da violência, e o poder do capital, expresso pelas suas prerrogativas internas das decisões e apropriação seletiva do fundo público relativo à urbanização. (VARGENS, 2012, p. 14).

Nesta existência e convivência urbana, determinado pelo modo de produção e reprodução capitalista - Volta Redonda é uma cidade de base industrial capitalista, geram-se

as expressões da questão social, atingindo diretamente as condições de sobrevivência dos trabalhadores e de suas famílias.

Acirrado número de desempregados sobrevivem em condições de pobreza: com fome, na miséria, afetados por enfermidades, por calamidades ambientais, à margem da sociedade, sofrendo a exclusão social. Esses são traços marcantes deste processo que ocasiona o pauperismo o qual assola e devasta a classe dos trabalhadores.

Devido a esse agravamento das condições de vida, o proletariado é atingido em sua dignidade de sobrevivência humana, e questiona, por intermédio de reivindicações sociais, a resolutividade dessa penúria a que é submetido. De acordo com Netto (2001), surge a designação desse pauperismo pela expressão “questão social” que se relaciona diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos.

A pobreza instaurada pelo modo de produção capitalista influencia o modo de organização da sociedade e determina de maneira impositiva o lugar social dos pobres. São taxados e estigmatizados e de como perigosos, violentos e de sujeitos que necessitam de vigilância e opressão, para garantir, na lógica burguesa, a coesão social - a paz social e a segurança pública.

A definição do pobre é um constitutivo social que permanece continuamente sendo imposta no Brasil de acordo com a ideologia dominante. Como prova disto, podemos destacar conforme consta na pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980, na favela Cidade de Deus, pela antropóloga Alba Zaluar, o pensamento sobre esta temática.

Não era necessário fazer uma opção racional pelo elitismo, nem defender ideias que pregam a conveniente separação social entre pobres e ricos. Quer queiramos, quer não, esta separação já está embutida nos rituais de dominação de classe que incluem um rigoroso afastamento do local de moradia dos pobres. As favelas subindo pelos morros em ruelas tortuosas incomodavam nossas vistas e atrapalhavam os negócios da construção civil. Nem a polícia, dizia-se, conseguia chegar por lá. Removeram-nas para bem longe da nossa delicada visão. Mesmo as que ficaram mais perto, como Cidade de Deus, que somos obrigados a cruzar a caminho de bairros ricos da zona de Jacarepaguá, são apenas atravessadas por uma estrada principal. O seu interior não é alcançado pelos nossos olhos sensíveis. Desconhecemos o que lá se passa, embora nossa fértil imaginação o faça, desde logo, um antro de banditismo, violência, sujeira, imoralidade, promiscuidade, etc. Duplamente excluídos por serem "outros" e por serem "incultos" e "perigosos", os pobres urbanos vivem, neste olhar etnocêntrico e homogeneizador, o avesso da civilização (ZALUAR, 1994, p. 12).

A semelhança dos espaços urbanos das cidades do Rio de Janeiro e de Volta Redonda, coincidem. Percebe-se que a porcentagem maior dos sujeitos vitimados por assassinatos são moradores e/ou frequentadores destas áreas periféricas, quase não há registro de homicídios em bairros considerados de classe média ou alta, bairros que concentram a população mais

favorecida economicamente e socialmente. E quando acontece algum tipo de ocorrência desta natureza, geralmente está relacionada a brigas eventuais por motivos diversos, alguma ocorrência de roubo, ou até mesmo devido ao envolvimento e endividamento oriundos de participação em grupos dependentes de drogas lícitas e ilícitas.

Assim, podemos destacar que a violência do homicídio possui perfil e endereço certo: na sua maioria homens, jovens, com pouca escolaridade, negros (pretos e pardos), pobres, moradores da periferia. Conseqüentemente, as evidências apontam que o perfil dos sujeitos assassinados, em sua maioria, são homens residentes nos territórios marginalizados e periféricos da cidade.

A análise dos dados apresentados nesta pesquisa constata que há realmente uma epidemia de assassinatos na “Cidade do Aço” - um triste trocadilho com a principal causa de morte por homicídio da população masculina ocasionada pelas balas de revólver, pistola, fuzis e outras armas de fogo, vulgarmente, quando se dispara uma arma de fogo se fala “solta o aço”.

Ocorre que os homicídios não são causas naturais de mortes, são eventos impregnados de dor, sofrimento, angústia e desespero para os envolvidos nesta situação de violação de direitos (vítimas, familiares e amigos); e repleto de descaso governamental para com uma considerável parcela populacional, que é deixada à margem da acessibilidade e garantia constitucional de direitos sociais.

Após análise e reflexão sobre os indicadores de mortalidade por homicídio da população masculina em Volta Redonda – RJ, e identificando o perfil dessas vítimas: homens pobres, negros, jovens, com pouca escolaridade e vivendo nas zonas periféricas da cidade, observa-se a necessidade de discutir sobre a aplicação das políticas públicas sociais para a minimização ou encerramento deste agravo em saúde.

O desenvolvimento desse trabalho e os levantamentos de informações estatísticas apontam que é preciso pensar os direitos sociais em saúde, educação, habitação, emprego, renda, alimentação, combate ao racismo e demais formas de preconceitos, bem como incluir nesse universo o Serviço Social como profissão legalmente organizada e instituída de aparatos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo para intervenção e atendimento das demandas apresentadas pela população brasileira.

Neste propósito, o terceiro capítulo traz breve reflexão e traz sugestões tanto para a execução das políticas públicas sociais de saúde, educação e assistência social, como também

para a atuação profissional do(a) assistente social sobre as demandas originadas pelas expressões da questão social no cotidiano da sociedade.

Identificamos o quanto é indispensável intervir na realidade vivenciada pelos homens numa conjuntura de base econômica capitalista provocadora do pauperismo e de diversas formas de preconceitos, deixando milhões de pessoas marginalizadas e excluídas do acesso à riqueza socialmente produzida.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL CAUSADORAS DE EXCLUSÃO, MARGINALIZAÇÃO E MORTE

O Brasil frequentemente aparece nas primeiras posições no cenário mundial no quesito desigualdade social e econômica. Fato que ocasiona uma realidade fora dos padrões de vários países, ocasionando para a sua população a trágica condição de exclusão, de marginalização, de pobreza, de mortes precoces e de forma violenta. Concordando com Yazbek (2018), de fato, a desigualdade e a concentração de renda que se intensificam nas atuais formas de acumulação capitalista, resultam de mudanças na esfera da produção, associadas à nova hegemonia liberal-financeira e trazem como consequência a radicalização da questão social.

O país possui, em seu contexto histórico, alto grau de concentração de renda⁴⁵ sob o domínio de uma pequena camada populacional de brasileiros, detentora das riquezas socialmente produzidas, enquanto um considerável contingente populacional, cerca de 13 milhões e 500 mil pessoas, sobrevive à base da penúria e exclusão – um pauperismo⁴⁶ devastador de vidas.

O sistema escravocrata que assolou o país por quase quatro séculos registrou na história o modelo societário que pauta muitas ações governamentais, sociais e culturais. Tal modelo apresenta marcas, vestígios e características deste tenebroso período brasileiro, que consolidou diversas formas de preconceitos: religiosos, de cor, de gênero, de classe, de origem, e muitos outros que assombram o cotidiano das pessoas.

A exploração, a marginalização, a violência estrutural, o patriarcalismo e o racismo, sufocam a vida do proletariado brasileiro. São atos simbólicos e ao mesmo tempo concretos que se perpetuam e interferem nos relacionamentos sociais.

[...] no Brasil [...] nosso longo período de escravidão, que significou exatamente a violação de todos os princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, a começar pelo direito à vida; nossa política oligárquica e patrimonial; nosso sistema de ensino autoritário, elitista, e com uma preocupação mais voltada para a moral privada do que para a ética pública; nossa complacência com a corrupção, dos governantes e das elites, assim como em relação aos privilégios concedidos aos cidadãos ditos de primeira classe ou acima de qualquer suspeita; nosso descaso com a violência,

⁴⁵Site, www.brasildefato.com.br, acesso em 19 de dezembro de 2019.

⁴⁶Site, <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica>, acesso em 19 de dezembro de 2019; e veja.abril.com.br/economia/brasil-alcanca-recorde-de-135milhoes-de-miseraveis-aponta-ibge, acesso em 21/01/2020.

quando ela é exercida exclusivamente contra os mais pobres e os socialmente discriminados; nossas práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça; nosso sistema familiar patriarcal e machista; nossa sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes; nossos desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário; nosso individualismo consumista, decorrente de uma falsa ideia de ‘modernidade’ (BENEVIDES, 2011, s/p).

Com base econômica sustentada pelo sistema escravocrata de exploração da mão de obra de índios, e principalmente dos negros, o Brasil arregimentou e instituiu uma sociedade em que o patriarcalismo, o clientelismo e a violência tornaram-se sustentáculos da manutenção da elite econômica no poder político e social, nas diversas instâncias que compõem a sociedade brasileira.

As primeiras iniciativas de enfrentamento da realidade prevalecente na condição de vida dos trabalhadores (a maioria em condição de pobreza), advém do processo de industrialização do país, nas décadas de 1920 e 1930, via legislações com caráter social⁴⁷. Todavia, essas ações devem ser consideradas insípidas, frente a à realidade cotidiana da maioria da população proletária, pois abarcavam um contingente numérico simplista de trabalhadores pertencentes às empresas de ferrovias e de marítimos, alguns poucos industriários.

A instituição mais ampla de legislações sociais acontece no Governo Vargas (1930-1945), que cria a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), decretada em 01 de maio de 1943 e que traz benefícios como: carteira de trabalho/registro do trabalhador, jornada de trabalho, período de descanso, férias remuneradas, medicina do trabalho, categorias especiais de trabalhadores.

No governo Vargas cria-se a primeira instituição voltada para a assistência no Brasil, a Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴⁸.

⁴⁷Em 1923 surgiu a primeira iniciativa de fornecimento de uma política social para os trabalhadores, a instituição das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) – Lei Elói Chaves, entretanto só a partir de 1930, no governo do presidente Getúlio Vargas, com a tomada da industrialização e urbanização das cidades, que inseriram-se as primeiras políticas públicas sociais para o atendimento das demandas apresentadas pela classe trabalhadora com a instituição dos Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPS). RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida. SANTOS, Isabela Soares. **Saúde e cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS**. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

⁴⁸LBA: um órgão assistencial público brasileiro criado em 1942, tendo como idealizadora a primeira dama Darcy Vargas, com o intuito de apoiar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. Fonte: ufsm.br, acesso em 30/12/2019.

Entretanto, Vargas, apesar de propiciar tais benefícios aos trabalhadores ficou conhecido como um excelente estrategista no controle político e sindical dos trabalhadores, pelos quais era reconhecido como o “pai dos pobres”.

Fausto (1997) declara que Getúlio, ao promulgar a legislação que o faria entrar para a história como o ‘pai dos pobres’ o faz no interior do ‘espírito centralizador’, já referido. Tanto porque capitaliza para o seu prestígio pessoal essas medidas, divulgadas pela Imprensa Oficial como outorgas, dando início ao populismo de massas no Brasil quanto porque a sua implementação é centralizada pelo Ministério do Trabalho que controla, de perto, os sindicatos cuja ligação com ele passa a ser compulsória (SANTOS, 2012, p. 75).

De fato, a nação brasileira só vislumbrou a presença de políticas sociais públicas com caráter universal com caráter de igualdade e equidade, com a promulgação da Constituição Federativa de 1988, a Constituição Cidadã. Para que isso acontecesse foi necessário grande esforço e participação popular na luta contra a Ditadura Civil Militar e contra a falta de investimentos governamentais na universalização e acessibilidade a tais anseios.

Fez-se necessário amplo esforço e envolvimento popular na organização de movimentos sociais, na luta por políticas públicas sociais que atendam às necessidades básicas da população, principalmente aquela residente nas periferias e favelas das grandes cidades. Público que não tinha acesso à educação, à saúde, à habitação, ao saneamento básico, à alimentação, ao transporte público, e a tantas outras carências sociais e econômicas.

3.1 Direitos Sociais e Políticas Públicas Sociais: suportes para o enfrentamento e minimização da mortalidade masculina

Após identificar o perfil dos homens vítimas de homicídio na cidade de Volta Redonda/RJ: homens pobres, negros, jovens, com pouca escolaridade e vivendo nas zonas periféricas da cidade, torna-se urgente discutir a aplicação das políticas públicas sociais para a minimização ou encerramento deste agravo em saúde.

É preciso a compreensão sobre os direitos sociais concebidos como construtores de cidadania e organização ao atendimento das necessidades oriundas da população, ocasionadas pelas expressões da questão social que afetam cotidianamente a sobrevivência dos sujeitos. Concordando com Pereira (2008), surgiram exigências relacionadas à necessidade de combinar liberdade com igualdade, sobretudo para satisfação de necessidades básicas, propiciando a instituição dos direitos sociais.

No Brasil pós Ditadura Civil Militar e consolidado como nação democrática pela Constituinte de 1988 são instituídos os Direitos Sociais como construtores de cidadania, de igualdade de acesso e de inclusão para todos os brasileiros.

A CF de 1988, em seu Art.6º, traz o seguinte texto: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”; e apresenta como iniciativa para concretizar esses ensejos a instituição da Seguridade Social, composta pelas políticas públicas sociais de saúde, previdência social e assistência social.

A saúde, nessa década, contou com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e das propostas governamentais apresentadas para o setor, contribuindo para um amplo debate que permeou a sociedade civil. Saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia (BRAVO, 2001, p. 95).

Tais direitos sociais concretizam-se como uma vitória importante para a classe trabalhadora, como suporte de proteção social para os brasileiros, contendo em sua determinação institucional as políticas públicas sociais necessárias à concepção e defesa dessa proteção.

As políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato (MOTA, 2004, p. 40).

Para a reflexão sobre determinadas políticas públicas sociais, indispensáveis no atendimento de algumas expressões da questão social, vamos destacar três que podem cooperar na minimização da mortalidade masculina por causa externa, o homicídio, relacionadas ao apontamento do perfil socioeconômico apresentado por essa pesquisa no capítulo 2. São elas: a saúde, a educação e a assistência social.

Todavia, temos plena consciência que somente a aplicação destas três políticas públicas sociais não resolverão a problemática que envolve e resulta em mortes de homens na sociedade brasileira, pois, como demonstrado neste trabalho, existem fatores diversos, que sejam: estruturais, culturais, sociais, econômicos, históricos, entre outros que ocasionam essa conjuntura trágica para o público masculino.

3.1.1 Política Pública de Saúde

Um dos indicadores que subsidiam estudos sobre a morbimortalidade masculina é o direcionado às Causas Externas: acidentes de trânsito, suicídios e homicídios. Então, para pensar maneiras de melhoria nesta realidade é primordial compreender o lugar de aplicação das políticas públicas sociais no combate a esses fatores.

Começando pela saúde pública.

A saúde pública brasileira é instituída pela CF 88 através da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), e regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde (LOS) – Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que afirma em seu artigo 2º “que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado promover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

Esta regulamentação apresenta os condicionantes e determinantes em saúde, presentes no artigo 3º: “a saúde tem como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país”.

Percebemos, então, que a participação de outras políticas públicas são importantíssimas e indispensáveis para a consecução da saúde. Por isto, a interligação entre diversos setores públicos promotores de direitos sociais cooperam para a concretização do bem estar social.

Outrossim, os princípios do SUS: universalização, integralidade, equidade, descentralização e participação popular, inserem o setor de saúde pública como ator privilegiado na luta contra as causas de morbimortalidade de homens, por intermédio da atuação promovendo a acessibilidade aos atendimentos em saúde, a educação em saúde, a prevenção e o cuidado para com esses sujeitos.

Para a execução em saúde direcionada a população masculina, principalmente entre a faixa etária de 20 a 59 anos, sendo esta a que mais sofre com os agravos em saúde. E sendo também a mais exposta as formas de violências, foi criada pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 1.944 de 29 de agosto de 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH).

Esta política tem por objetivo geral a promoção e a melhoria das condições de saúde para esse público específico, a PNAISH desenvolve-se pela execução de cinco eixos temáticos, que são:

- 01- Acesso e Acolhimento: objetiva reorganizar as ações de saúde através de uma proposta inclusiva, na qual os homens considerem os serviços de saúde também como espaços masculinos e, por sua vez, os serviços reconheçam os homens como sujeitos que necessitam de cuidados.
- 02- Saúde Sexual e Reprodutiva: busca sensibilizar gestores, profissionais de saúde e a população em geral para reconhecer os homens como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos, envolvendo-os nas ações voltadas a esse fim e implementando estratégias para aproximá-los desta temática.
- 03- Paternidade e Cuidado: objetiva sensibilizar gestores, profissionais de saúde e a população em geral sobre os benefícios do envolvimento ativo dos homens em todas as fases da gestação e nas ações de cuidado com sua prole, destacando como esta participação pode trazer saúde, bem-estar e fortalecimento de vínculos saudáveis entre os membros integrantes do grupo familiar de convívio.
- 04- Doenças prevalentes na população masculina: busca fortalecer a assistência básica no cuidado à saúde dos homens, facilitando e garantindo o acesso e a qualidade da atenção necessária ao enfrentamento dos fatores de risco das doenças e dos agravos à saúde.
- 05- Prevenção de Violências e Acidentes: visa propor e desenvolver ações que chamem atenção para a grave e contundente relação entre a população masculina e à violência (em especial a violência urbana - homicídios) e acidentes, sensibilizando a população em geral e os profissionais de saúde sobre o tema.

Outra iniciativa importante no setor de saúde é o Pacto pela Saúde, um determinante importante para a concepção e objetivação dos compromissos e protocolos assumidos pelos gestores em saúde nas esferas municipais, estaduais e federal, visando o atendimento das demandas trazidas pelos usuários do SUS.

O Ministério da Saúde, no ano de 2006, por intermédio da Portaria GM/MS nº 399, de 22/02/2006, instituiu o Pacto pela Saúde que é integrado pelos seguintes pactos: pela vida, em defesa do SUS, de gestão; com o intuito de fortalecer o Sistema de Saúde Público brasileiro. Prevê a introdução progressiva de instrumentos de gestão por resultados no SUS através de assinatura de Termos de Compromisso de Gestão entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e entre estas e as Secretarias Municipais. Os termos trazem metas, objetivos e responsabilidades de cada esfera de gestão no sentido de garantir o cumprimento dos mesmos, devendo ainda ser aprovados pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

Dentre as iniciativas de serviços em saúde pública para a universalização do acesso, encontramos no Programa Saúde da Família (PSF)⁴⁹ um passo imprescindível para a realização do acompanhamento dos usuários do SUS. O PSF foi criado em 1994, com a proposta de organizar a oferta de ações e serviços primários (atenção básica) para população de determinado território de abrangência, de acordo com as necessidades populacional.

Este programa é formado por equipes de saúde compostas pelos seguintes profissionais: médico(a), enfermeiro(a), auxiliar de enfermagem/e ou técnico de enfermagem, agentes comunitários de saúde, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, e em algumas cidades como é o caso de Volta Redonda, por assistentes administrativos.

O PSF também possui, na sua composição, equipe de saúde bucal composta por cirurgião dentista, auxiliar de consultório dental e técnico de higiene bucal, atuando conjuntamente com a equipe de saúde em consultórios instalados dentro do espaço físico/prédio de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), ou em local apropriado para execução das atividades profissionais referentes ao cuidado com a saúde bucal.

Dentre os profissionais componentes das equipes de saúde da família, os(as) agentes comunitários de saúde devem ser recrutados no território sob a responsabilidade da UBSF, na qual exercem a função e atividades atribuídas ao cargo. Isso é primordial para o bom atendimento das demandas apresentadas pelos usuários e de propostas de intervenção em saúde, devido ao conhecimento e vivência desses profissionais no território de trabalho.

As equipes de saúde da família atuam junto a população registrada pelos ACS para compreensão de suas características e necessidade desenvolvendo, assim, ações de promoção, prevenção, educação, atenção à saúde e visitas domiciliares (residências dos usuários). Essas atividades tanto podem ser desenvolvidas dentro das UBSF, como também em outros locais e instituições da comunidade (associações de moradores, escolas, Centros de Referência de Assistência Social, templos religiosos).

O território de atuação das equipes de saúde é dividido em microáreas e cada uma fica sob a responsabilidade e cuidado de um ACS que é o ator social determinado para a ligação entre usuário e equipe de saúde. Esse profissional é responsável por toda atenção básica para a população adscrita, o que inclui ações de controle a programas do Ministério da Saúde para

⁴⁹Informações retiradas de Legislações Básicas do SUS/Conselho Estadual de Saúde – MG. 5ª Edição, Belo Horizonte - MG, 2008.

grupos específicos, como: gestantes, mães, crianças, hipertensos, diabéticos, idosos, usuários com HIV/AIDS, hanseníase, tuberculose, e outros agravos em saúde.

A saúde, por si só, não poderá abarcar o peso de resolução da questão anunciada neste trabalho, no entanto, é capaz de apresentar dados e indicadores epidemiológicos condizentes com a realidade de vida da população masculina, conforme os apresentados nessa pesquisa e, assim, contribuir para a compreensão e atualização de ações governamentais pautadas na construção e acessibilidade aos direitos sociais.

Por fim, a saúde pode proporcionar ao homem a identificação de sujeito de direito, tanto individual quanto coletivo. Sabe-se que o sujeito social é comprometido com a melhoria de suas condições sanitárias, de seus relacionamentos sociais, do compromisso com a prevenção, promoção e divulgação da necessidade do cuidado em saúde. Isto o transforma em ator participante do processo do cuidado em saúde e de agente social que luta pela acessibilidade dos direitos sociais e políticas públicas sociais.

3.1.1.1 Experiências de projetos e ações desenvolvidos na área da saúde em Volta Redonda que possibilitam a visibilidade e a acessibilidade do homem ao cuidado em saúde

Na afirmação da importância de atuação dos profissionais de saúde na vida do homem e na necessidade de inclusão desse sujeito aos processos de promoção e prevenção em saúde, temos como exemplo a atuação⁵⁰ profissional da Equipe Técnica do Setor de Saúde do Homem na Área Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda.

Essa Equipe Técnica, da qual tive o privilégio de fazer parte, realizou diversas atividades nos anos de 2017 e 2018 para a divulgação e aplicabilidade da PNAISH em diversos setores públicos e privados.

Para a realização das atividades e trabalhos referentes à população masculina, houve um aprofundamento bibliográfico e teórico sobre a temática saúde pública e sobre as condicionalidades nas quais os homens se encontravam e eram percebidos pelos trabalhadores dos serviços de saúde, pela população em geral e pelo próprio homem.

⁵⁰Relatos de minha experiência profissional na assessoria e atuação no Setor de Saúde do Homem da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda/RJ, no período de 2017 e 2018. As informações foram retiradas de Relatórios e Anotações de Reuniões Técnicas do Setor de Saúde do Homem.

Dentre essas atividades, pesquisou-se a existência de dados e indicadores que fornecessem elementos identificadores da condição de vida do homem na sociedade de Volta Redonda. Para nossa surpresa e questionamento, encontramos no rol dos indicadores apenas dois que faziam referência à incidência do câncer de próstata: faixa etária de maior prevalência e quantitativo de homens identificados com essa doença. Mesmo assim, esses indicadores estavam em desuso e desatualizados.

Nos diálogos realizados com os profissionais de outros setores e serviços de saúde, pudemos constatar a percepção a qual estigmatiza o homem como um sujeito descompromissado com seu cuidado em saúde, como indivíduos que procuram a rede pública de saúde apenas nas emergências e urgências hospitalares. De acordo com essa visão, os homens acessam os serviços de saúde com quadro clínico já em estado agravado pelo não cuidado preventivo em saúde ou pelo sofrimento de violências físicas devido a diversos fatores como: envolvimento em acidentes de trânsito e atritos ocasionados por ocorrências envolvendo guerras de quadrilhas/tráfico, conflito com a polícia, brigas familiares ou acontecidas nos territórios e locais de lazer/diversão (bares, campos de futebol, festas diversas), e acidentes de trabalho.

A divulgação de promoção de saúde para os homens estava muito voltada para a campanha nacional denominada “Novembro Azul” sobre o câncer de próstata, assim, outros dados e fatores que deterioravam as condições de saúde do homem ficavam à margem da discussão e da reflexão sobre a promoção da saúde para esse público.

Desta forma, como já apresentado no Capítulo 2 dessa pesquisa, os levantamentos de dados referentes à saúde do homem demonstravam o quanto o público masculino era o principal sofridor de agravos em saúde e o quanto se encontrava excluído do acesso e da utilização dos serviços de saúde e da possibilidade do cuidado.

Por isso, de posse dos dados conseguidos e imbuídos do conhecimento bibliográfico, teórico e do que foi informado pelos outros profissionais dos diversos setores e serviços de saúde, construímos indicadores que fornecessem instrumentos de intervenção profissional para a atuação dos trabalhadores dos setores e serviços de saúde:

- 1- Indicador: número de consulta médica mensal com o clínico/generalista da população masculina adulta na UBSF, com o objetivo de promover o aumento do acesso e do cuidado de saúde do homem;
- 2- Indicador: número de usuários em tratamento de câncer de próstata por faixa etária, municípios de Volta Redonda, em relação aos casos de câncer de próstata notificados,

com o objetivo de identificar se essa população estava iniciando seu processo de tratamento de forma adequada para uma boa recuperação em saúde.

Foram realizadas diversas atividades como o primeiro Seminário Municipal sobre a Saúde do Homem, ocorrido em 12 de julho de 2018, que contou com a participação de 81 pessoas: membros da sociedade civil, trabalhadores da saúde e de outros serviços públicos.

Nessa atividade foram apresentadas palestras sobre a PNAISH e os dados pesquisados e identificados referentes à saúde do homem, em Volta Redonda:

- 1- “Apresentação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem” – Palestrante: Jailson Fernandes da Silva, Assistente Social, Assessor Técnico do Setor de Saúde do Homem (SMS-VR-RJ);
- 2- “Sociedade e Masculinidade: dilemas e desafios para o gênero masculino no contexto cultural e social da atualidade” – Palestrante: Ailton de Carvalho, Assistente Social do Hospital São João Batista (VR-RJ);
- 3- “Reflexão sobre as consequências ocasionadas na vida societária do homem pelo uso de álcool e outras drogas” – Palestrante: Ricardo Vinicius da Cunha, Psicólogo, Coordenador da Coordenadoria Municipal de Prevenção às Drogas (VR-RJ);
- 4- “Qualidade de vida: cuidados com a Saúde” – Vinicius Soares – Médico da Atenção Básica da Saúde, Coordenador do Setor de Saúde do Homem (SMS-VR-RJ).

Dentre as atividades desenvolvidas, cabe ressaltar as capacitações realizadas para a apresentação e desenvolvimento de propostas de atuações profissionais dos ACS para o atendimento da população masculina nos territórios das UBSF, contamos com a participação de 181 ACS. Para os estudos e aprofundamentos utilizamos os Eixos Temáticos para atuação dos ACS:

- 1- Acesso e acolhimento;
- 2- Saúde sexual e reprodutiva;
- 3- Paternidade e cuidado;
- 4- Doenças prevalentes na população masculina;
- 5- Prevenção de violências e acidentes.

Em referência ao público que foi alcançado pelas atividades mencionadas nesta pesquisa, podemos destacar, na área da saúde pública: os ACS, os médicos, os enfermeiros, os estudantes do Curso de Cuidadores de Idosos, os membros dos Conselhos Gestores das

UBSF, os estagiários (técnico de enfermagem), e demais profissionais de nível superior (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais).

De relevância para a popularização do cuidado em saúde para os homens foi a realização de diversas palestras para empresas privadas (dentre elas algumas terceirizadas que atuam na CSN), o que possibilitou a anunciação da PNAISH e a divulgação do cuidado em saúde para os trabalhadores. Por consequência, promoveu reflexões sobre o modo de organização da vida dos homens em sociedade do consumo, do trabalho, do assalariamento, da exploração, e de comportamentos sociais, educacionais e culturais que interferem negativamente na construção social do “ser homem”, levando ao risco de morte.

Todas essas iniciativas orquestraram a inclusão da temática “Saúde do Homem” no cotidiano de atuação dos trabalhadores dos setores e serviços de saúde pública e da divulgação para a comunidade da importância de refletir sobre a necessidade da educação em saúde para o público masculino.

Entretanto, como uma política recente e não tão privilegiada, a PNAISH encontra dificuldade para sua aplicação e continuação dos desenvolvimentos dos projetos, pois não possui verba própria destinada para sua concretude. Tanto em nível nacional, quanto estadual e municipal, há a necessidade de estruturação financeira e de recursos humanos⁵¹ para que se possa realmente integrar essa política no cotidiano do SUS.

3.1.2 Política Pública de Educação

Quando identificado o retrato socioeconômico das vítimas masculinas de assassinatos na cidade de Volta Redonda, os dados referentes à escolaridade e faixa etária representam alarmantes indicadores sobre a educação incompleta e falha. Identifica onde ocorrem os homicídios na cidade: zonas periféricas e empobrecidas, contendo índice preocupante de homens desempregados e sobrevivendo em ambientes precários.

Sabemos que na sociedade contemporânea e globalizada, como já mencionado no Capítulo 1 desta pesquisa, o trabalho é categoria central na construção do ser social. Além

⁵¹A Equipe Técnica do Setor de Saúde do Homem em 2017 e 2018 era composta por um profissional médico (Coordenador do Setor) e um assistente administrativo com formação superior em Serviço Social que trabalhava na assessoria técnica. Então para realização das atividades, projetos, construção de indicadores, capacitações, palestras e cursos, havia a necessidade do apoio de outros profissionais de outros setores.

disso, com a base estrutural da organização societária pautada no modo de produção e reprodução social capitalista, as expressões da questão social assolam as condições de existência da classe trabalhadora e de modo particular o altíssimo número de desempregados.

Num mercado de trabalho altamente informatizado e competitivo, a educação e a profissionalização transformam-se em agentes primordiais para a construção do ser social, contribuindo para a integração e ocupação de cargos nos diversos setores e campos de atuação profissional (trabalho) como a indústria, o comércio, o transporte, os serviços e outros.

Atualmente, há a exigência de formação escolar mínima (Ensino Fundamental) para ocupação das vagas ofertadas de emprego. Em conformidade com os dados referendados sobre educação nessa pesquisa social, os homens assassinados apresentam baixa escolaridade, o que pode ser um importante fator para a potencialização da exclusão e marginalização deste público, provocando o aumento do risco de morte.

A educação pública pode cooperar para a minimização deste agravo em saúde sofrido pelos homens, pois a inclusão de adolescentes e jovens ao ensino regular e profissionalizante oferece novo horizonte para ocupação laborativa. Constrói-se, desta forma, novas perspectivas e novos propósitos de vida para o público juvenil.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, a educação no Brasil passou a ser concebida como direito social, conforme instituído no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação passa a ter identidade com determinações explícitas para a sua regulação e financiamento em todos os níveis educacionais, desde a educação infantil até a universitária, devendo ser ofertada em todo território nacional, sem discriminação de classe social, etnia, ideologia religiosa, política ou regional. Entretanto, ainda existem, na atualidade, populações em diversas partes do Brasil sem acesso e atendimento à educação.

Para promover a educação pública como direito social, a Constituição de 1988 a colocou no rol dos direitos dos cidadãos. A política pública educacional brasileira se organizou pela instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A LDB concretizou a política pública educacional regulamentando os modelos educacionais apropriados para os diversos ciclos e níveis, de acordo com a faixa etária e

particularidades dos estudantes, como a educação infantil, a educação fundamental, a educação média, a educação profissionalizante e a educação superior.

A educação reconhecida como direito social e subjetivo, instaurou nacionalmente o processo de obrigação estatal para seu fornecimento e acessibilidade, respeitando todos os grupos societários existentes. Consoante a isto, houve a integração e valorização da cultura e da história indígena e afrodescendente, participantes da construção da nação brasileira.

Dos princípios e Fins da Educação Nacional. Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço a tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação do sistema de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extra-escolar; XI – vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII – consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, LDB, 2013).

Todavia, mesmo a educação sendo concebida como direito social e regulamentada para tal, como as demais políticas públicas sociais, sofre com a intervenção do sistema neoliberal com sua proposta de atuação estatal minimizada para as políticas públicas sociais.

A partir dos anos de 1990, as propostas de regulação e flexibilização do mercado produtivo e financeiro, através do Banco Mundial e do Fundo Internacional Mundial (FMI), acarretaram arrocho salarial e privatizações, provocando demissões em massa, aumento do desemprego e precarização das condições de trabalho, como, por exemplo, aconteceu em Volta Redonda, com a privatização da CSN, fato mencionado no Capítulo 2 dessa obra.

Conforme instituído na própria legislação nacional, a educação pode ser administrada por setores privados da sociedade, LDB Art. 3º, inciso V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino - o que leva a uma explosão de instituições privadas no setor educacional, em especial na educação profissionalizante e universitária, aumentando o abismo existente no acesso à educação para a população empobrecida.

A educação como direito social ainda sofre para interpor a acessibilidade para os diversos locais do território nacional, haja vista a existência de contextos regionais compostos por diversidades culturais e dificuldades orçamentárias específicas, de acordo com o município. Somando-se à inoperância do Estado e à corrupção estrutural, que desvia verbas

destinadas a este setor e com isso afeta o desenvolvimento de projetos e estratégias de construção educacional.

A importância da educação para o sujeito social é a concepção e a compreensão como sujeito de direito e assim cooperará para a construção da cidadania e para o desenvolvimento comunitário. Consequentemente, como cidadão, o sujeito estará imbuído do saber para reivindicar seus demais direitos sociais e reconhecer os seus deveres.

Educação e cidadania guardam, ou deveriam guardar, estreita relação: quanto mais educados forem os indivíduos (por direito cidadãos), maior a probabilidade de ampliar o contingente humano que luta por direitos sociais. Citados em verso e prosa, estes restringem-se a pequena parcela da população; de fato, a maioria não tem acesso a vida digna (MINTO; MURANAKA, 1995, p.58).

Nesta levada do saber, segundo Minto e Muranaka (1995), a acessibilidade aos direitos sociais, à cidadania, promove a libertação social e ambiental do homem e cria condições mais igualitárias e solidárias de vida. Por essa perspectiva, vislumbrar a educação como integrante da libertação do ser social é reconhecer que ela contribui para o desenvolvimento humano e societário.

Como exemplo de valorização da educação como agente propulsor de melhora da qualidade de vida e defesa da própria existência como ser social, podemos citar a Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁵² que tem por finalidade a integração ao ensino regular de jovens, adultos e idosos que não conseguiram acessar ou completar seus estudos na faixa etária apropriada para cada nível educacional.

Para alavancar a educação em nível superior, temos como exemplo, a criação de diversas formas de inclusão de egressos⁵³ do Ensino Médio as cadeiras Universitárias:

- 1- REUNI: Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais, tem por objetivo promover a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede, com aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas;
- 2- ENEM: o Exame Nacional do Ensino Médio é aplicado aos alunos que estão no último ano do Ensino Médio, ou já o concluíram, e desejam ingressar numa faculdade. É um processo seletivo entre as universidades públicas federais que tem por interesse democratizar as oportunidades de acesso às vagas de ensino superior;

⁵²Site: portal.mec.gov.br, acesso em 27/06/2020.

⁵³Presença Pedagógica. p. 56. V. 18, Nº 108, Nov/Dez de 2012. Acesso e Permanência no Ensino Superior.

- 3- SISU: Sistema de Seleção Unificada, por ele as instituições públicas oferecem vagas para candidatos participantes do ENEM, e para os melhores classificados são disponibilizadas essas vagas;
- 4- PROUNI: Programa Universidade Para Todos concede bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação nas instituições privadas de ensino superior;
- 5- FIES: Fundo de Financiamento Estudantil é destinado ao financiamento dos cursos de graduação para estudantes matriculados em instituições particulares de ensino superior.

Outra iniciativa de inclusão educacional, a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, institui o sistema de cotas, o qual, as instituições públicas de ensino superior devem reservar 50% das vagas para às cotas social e racial, possibilitando desta maneira o ingresso de estudantes pobres e negros as cadeiras universitárias.

No Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) destacou-se por ser a primeira instituição de ensino superior a instaurar e promover as cotas para ingresso às cadeiras universitárias de estudantes oriundos de escolas públicas, de negros e pardos.

No entanto, foi na UERJ que a Reitoria, à época, inicialmente questionou as leis de reserva de cotas e passou a defensora das mesmas. Tanto assim que a universidade ganhou o Prêmio Nacional dos Direitos Humanos em 2003, na categoria Instituição de Destaque em Ações Afirmativas. A entrega do prêmio ocorreu no Palácio do Planalto, em cerimônia organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Representando a UERJ, esteve presente a então Reitora Nilcéa Freire acompanhada de professores da instituição. O Vestibular 2003 da UERJ foi marcado pela adoção das leis de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e para negros e pardos. Inicialmente, a instituição assegurou a aplicação de ambas as leis de forma a não interferir nas regras utilizadas pelas universidades fluminenses para o vestibular (MACHADO, 2013, p. 16).

Assim, essas ações são importantes para a inclusão de estudantes de origem pobre (do proletariado, das zonas periféricas) ao ensino superior, que por décadas ficaram à margem da possibilidade de acessar as instituições públicas ou privadas, para a continuação de sua formação profissional e acadêmica.

Muitos alunos das escolas públicas não têm expectativa e visão de futuro em relação aos estudos, já que o ensino superior é um ideal difícil de ser alcançado. Na disputa acirrada pela vaga nas universidades públicas sobressaem os alunos mais bem preparados, que, em geral, estudaram em escolas particulares e em cursos preparatórios para os vestibulares (PRESENÇA PEDAGÓGICA, 2012, p. 54).

Apesar da importante conquista de ingresso ao ensino superior é primordial a inclusão dos estudantes ao ensino fundamental, baseado em sólido aprendizado que possibilitará o gradual desenvolvimento cognitivo e acadêmico aos demais níveis de ensino. Ou seja, uma estruturação nas condições de trabalho de base da educação pode acrescentar um grau de desenvolvimento cognitivo satisfatório para as crianças e um futuro promissor.

Essa construção de uma educação pública com qualidade impulsionará o processo de construção de um sujeito social integrado aos diversos complexos sociais (família, trabalho, escola, religião, grupos de convívio comunitário) que cooperam para a preservação de sua existência. Por isso, a educação é percebida como direito social promovedor da garantia de reconhecimento do valor à vida.

O retrato declarado pela análise dos dados do perfil masculino afetados pelo homicídio desvela o adolescente, o jovem e o adulto em idade produtiva como indivíduos em defasagem educacional, potencializando a exclusão do mercado de trabalho e a obtenção de crescimento profissional e ingresso a níveis econômicos melhores.

Outrossim, o investimento na educação pública acessível e de qualidade para as crianças, adolescentes, jovens e adultos, é capaz de promover a vida e ocupar o lugar de direito como política pública social de relevância ao enfrentamento do agravo em saúde – homicídio, na cidade de Volta Redonda, como no Brasil.

3.1.2.1 Experiências de projetos e ações desenvolvidos na área da educação em Volta Redonda para a inserção social, profissional e ao ensino superior

Em Volta Redonda podemos apresentar como uma iniciativa exitosa, de importância reconhecida para a socialização, desenvolvimento cognitivo e futuro profissional para os estudantes da rede pública municipal de educação, o Projeto Volta Redonda Cidade da Música⁵⁴, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Esse é um projeto desenvolvido com estudantes das Unidades de Ensino da SME e da Fundação Educacional de Volta Redonda (FEVRE). Teve início no ano de 1974, idealizado pelo professor e maestro Nicolau Martins de Oliveira e é mantido pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda.

⁵⁴Informações retiradas do site <http://www.projetoavrcidadedamusica.com.br/>, acesso em 15 de outubro de 2020.

Tem por objetivos:

- 1- Desenvolvimento sensorial da criança, trabalhando a coordenação motora, audição, visão, fonação, tato, atenção, memória e raciocínio;
- 2- Despertar interesse pela música, com ênfase à sensibilidade e criatividade, auxiliando no desenvolvimento do ser humano;
- 3- Educar através de um processo de musicalização na escola, e influenciar, de forma positiva, a vida da criança, adolescentes e jovens.

A abrangência desse projeto atinge cerca de 4.600 estudantes dos Ensinos Básico, Fundamental e Médio. Desta maneira, o Projeto Volta Redonda Cidade da Música possibilita a integração social e a melhora do convívio comunitário para diversas crianças, adolescentes e jovens, o que possibilita a construção de perspectivas futuras.

Para comprovação da relevância desse projeto podemos citar a reportagem⁵⁵ do Jornal O Dia, 22 de Julho de 2020, que informa: Orquestra Sinfônica Nacional e o Projeto Volta Redonda Cidade da Música promovem intercâmbio musical. De julho a novembro de 2020, uma nova forma metodológica é desenvolvida através da parceria para diversificar e enriquecer o processo musical de 50 jovens com idade média de 15 a 18 anos.

Outra iniciativa na área de educação e de relevância reconhecida pela sociedade civil é o trabalho desenvolvido pelo Pré-Vestibular Cidadão⁵⁶ ligado ao Movimento Ética na Política⁵⁷ - uma iniciativa que disponibiliza vagas sem custos financeiros, para o curso de pré-vestibular aos estudantes oriundos das escolas públicas, com o intuito de promover a inclusão social pela educação para adolescentes, jovens e adultos, estudantes egressos ou cursando o último ano do Ensino Médio. As aulas são ministradas em salas cedidas pela Igreja Católica Apostólica Romana nas Comunidades Eclesiais Santo Antônio, no bairro Niterói e São Sebastião, no bairro Retiro.

Essa iniciativa tem por coordenador José Maria (Zezinho) membro da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda. Atualmente 45 professores (a maioria graduados e pós

⁵⁵Site, <https://odia.ig.com.br/volta-redonda/2020/07/5956226-parceria-entre-orquestra-sinfonica-nacional-e-projeto-voltaredonda-cidade-da-musica-promove-intercambio-musical.html>, acesso em 15 de outubro de 2020.

⁵⁶Informações obtidas no site <https://mepvr.com.br/pre-vestibular-cidadao/>, acesso em 12 de outubro de 2020.

⁵⁷Desde 1997, o MEP é uma associação apartidária, inter-religiosa, sem fins lucrativos e sem exclusão de pessoas por motivos de credo religioso, nacionalidade, etnia ou condição econômica. Luta pela moralidade, transparência e ética para com o erário público. O MEP também oferece à sociedade educação através do Pré-Vestibular Cidadão. Os focos prioritários são as áreas sociopolíticas, socioeducacional e socioambiental. Site: <https://mepvr.com.br/>, acesso em 12 de outubro de 2020.

graduados em universidades públicas), voluntariamente, assumem o compromisso de atuar com a missão e iniciativa de trabalhar numa concepção educacional crítico-libertadora, auxiliando o educando a construir-se como um ser humano mais consciente, criativo, reflexivo, ético/cidadão, democrático, autônomo, generoso e comprometido socialmente.

Tem por meta oportunizar a todo cidadão, com prioridade a população marginalizada e excluída social, econômica, política e culturalmente, o acesso à universidade. Esta proposta de educação é de qualidade no ensino para que esses jovens possam disputar em “pé de igualdade”, vagas em universidades, em especial, as públicas, e nas particulares a bolsas de estudo; como também desenvolver no educando criticidade, ética, cidadania e responsabilidade social, para que ao adentrar a universidade e ao sair da mesma, aprenda a lutar por justiça social e igualdade de oportunidades, tornando-se um profissional/cidadão comprometido.

A educação como propulsora na melhoria da qualidade de vida dos homens (atingindo a população empobrecida e marginalizada) tem como resultado societário a consecução do ingresso desses sujeitos às cadeiras universitárias, e, conseqüentemente a um futuro profissional, que possibilita a inserção ao mercado de trabalho e a construção de um ser social consciente do dever do cuidado em saúde e defesa da vida.

Desde seu início de atuação o Pré-Vestibular Cidadão do MEP-VR possibilitou a aprovação de 675 estudantes para as Universidades Públicas e a obtenção de bolsas de estudos nas Universidades Privadas.

Conforme podemos destacar, o pioneirismo da UERJ no fornecimento de cotas para estudantes de escolas públicas, negros e pardos, o sucesso do Pré-Vestibular Cidadão do MEP-VR, impacta de maneira positiva na inclusão educacional e social da vida dos acadêmicos que concluíram sua formação e alcançaram o ingresso no mercado de trabalho atuando nas suas formações profissionais⁵⁸.

Da turma do PVC-MEP-VR, ano de 2019, diversos estudantes conseguiram o objetivo e o sonho de ingresso num curso de nível superior. Alguns estudantes de origem de famílias de trabalhadores pobres, negros e residentes em bairros periféricos, alunos das escolas públicas, sem condições de pagar os famosos cursinhos pré-vestibulares – um meio de mercantilização da educação e de desigualdade de concorrência pela vaga universitária.

⁵⁸Site: <https://epoca.globo.com/primeiros-cotistas-da-uerj-refletem-sucesso-do-programa-15-anos-depois-23595995>, acesso em 15 de outubro de 2020.

Segue a lista de alguns estudantes da turma de 2019 que conseguiram alçar as cadeiras das Universidades:

- 1- Eduarda Campos – Química – UFF;
- 2- Mariana Estevão – Engenharia de Produção – UFF;
- 3- Ana Clara Milfont – Engenharia Ambiental;
- 4- Vitória Purcino – Biomedicina – UGB (Bolsista PROUNI);
- 5- Giselle Oliveira – Psicologia – UFF;
- 6- Welinton Fialho – Engenharia Mecânica – UFF;
- 7- Iris Curty – Engenharia Química – UERJ;
- 8- Lucas Silveira – Engenharia de Computação – CEFET (MG);
- 9- Lavinya Paula – Zootecnia – UFRRJ;
- 10- Vitor Lucas – Pedagogia – UFF;
- 11- Gabriela Patrícia – Direito – UFF;
- 12- Cibely Correa – Engenharia de Agronegócio – UFF;
- 13- Gabriel Lopes – Engenharia Metalúrgica – UFF;
- 14- João Pedro de Oliveira Fernandes – Medicina - UERJ.

Todos os estudantes acima citado possuem sua história particular de sonho e lutas para desenvolvimento pessoal e societário. A inserção ao Ensino Superior proporciona a continuidade de suas perspectivas acadêmicas e profissionais.

Para exemplificar essa importância, podemos citar a história do jovem João Pedro de Oliveira Fernandes⁵⁹, residente no bairro periférico Belo Horizonte, em Volta Redonda que conseguiu ser aprovado no Vestibular da UERJ e ingressar no Curso de Medicina (2020) pelo sistema de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas. Tal fato foi noticiado em alguns canais de comunicação da região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e deu notoriedade à iniciativa do Pré-Vestibular Cidadão do MEP-VR e instigou outros adolescentes, jovens e adultos nas mesmas condições socioeconômicas a buscar a educação como caminho de inclusão e transformação social.

Como percebido, a educação pública de qualidade ou de iniciativa particular, contudo baseada na socialização da igualdade de condições e transformação social, torna-se caminho potencializador da mudança de condicionalidades estruturantes na vida de adolescentes, jovens e adultos, muitos de origem pobre e de camadas marginalizadas da sociedade.

⁵⁹Site: <https://tribunasf.com.br/jovem-de-comunidade-de-volta-redonda-passa-em-medicina-na-uerj/>, acesso em 13 de outubro de 2020.

Desta forma, a educação contribui para o desenvolvimento individual e comunitário dos sujeitos sociais, e por consequência, pode operar relevante processo de transformação dos dados contrários à vida apresentados nessa pesquisa, no Capítulo 2, sobre a maioria dos homens vitimados pelo homicídio: pobres, negros, adolescentes e jovens, com baixa escolaridade e moradores das zonas periféricas e marginalizadas da cidade, favorecendo, assim, a preservação da vida para esses indivíduos.

3.1.3 Política Pública de Assistência Social

A Assistência Social determinada como direito social, como política pública social, vislumbrou-se a partir de sua inserção pela Constituição de 1988 no Tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Deixou de se relacionar com o viés filantrópico/benevolência haurindo-se desta concepção para ingressar no rol das políticas públicas sociais.

Ao inserir a Assistência Social como política integrante do sistema de Seguridade Social, a Constituição Federal Brasileira de 1988 instaurou o princípio da cidadania como vetor dessa política e estabeleceu como parâmetro de sua organização a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e controle de suas ações, em todos os níveis (OLIVEIRA, 2003, p. 105).

Temos na promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a regulamentação da assistência social estabelecendo normas e critérios para organização desta política pública, que é um direito social, exigindo a definição de leis, normas e critérios objetivos.

Esse arcabouço legal vem atualizando, a partir da definição do governo formas de estabelecimento de uma rede de proteção e promoção social, de modo a cumprir as determinações legais. Dentre as iniciativas, destacamos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, conforme determinações da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social. É o mecanismo que permite interromper a fragmentação que até então marcou os programas do setor e instituir, efetivamente, as políticas públicas da área e a transformação efetiva da assistência em direito.

Segue a definição e os objetivos da Política de Assistência Social.

Das Definições e dos Objetivos.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através

de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I- a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, LOAS, 1993).

Ao observarmos os objetivos da política de assistência social, percebemos o quanto a sua devida aplicação pode criar fortalecimento no convívio comunitário dos sujeitos, em particular da população inserida num contexto de violência estrutural. Esses objetivos almejam abrandar as condições precarizadas da existência da população empobrecida e marginalizada; incluindo a população masculina, a qual nossa pesquisa social identifica - os homens sofrendores do agravo em saúde por homicídio.

Esta população, invisível aos olhos dos governantes no trato da cidadania é, contudo, enxergada como indivíduos que possibilitam a cessão de favores eleitorais e pessoais, por causa da necessidade extrema em que se encontra, a mesma população é percebida como necessitada, carente e não cidadã.

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado (YASBEK, 2007, p.53).

O organismo/equipamento institucional de assistência social mais próximo da população usuária é o Centro de Referência de Assistência Social⁶⁰. O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica do Sistema Único de

⁶⁰Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2009.

Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal.

O CRAS é a principal estrutura física local para a proteção social básica. Desempenha papel central no território onde se localiza e possui a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), atua também na gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

O corpo técnico do CRAS é composto pelo assistente social e pelo psicólogo. Dependendo do tamanho do território de atuação de 01 a 02 profissionais ou mais, destes citados, além do pessoal de apoio: recepção, administração, coordenação, auxiliar de serviços gerais, e outros necessários.

As principais funções do CRAS são: ofertar o serviço PAIF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica, para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local (saúde, educação, associações de moradores, instituições sociais de cunho religioso e outras); prevenir as situações de risco em seu território de abrangência, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

Dentre as funções do CRAS, temos a realização do cadastro das famílias assistidas para acessar os serviços e programas sociais ofertados, como: Programa Bolsa Família, Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, Tarifa Social de Energia Elétrica, Isenção em inscrições para concurso público, cursos profissionalizantes e norteadores de adesão comunitária, etc.

A principal iniciativa governamental, via política de assistência social, para o combate à pobreza e à extrema pobreza no Brasil, é o Programa Bolsa Família (PBF)⁶¹, uma política social pública redistributiva de renda.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído no Governo Lula, pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 09 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836, que unificou e ampliou os seguintes programas anteriores de transferência de renda:

⁶¹Informações retiradas dos seguintes sites: <https://bfa.saude.gov.br/>, acesso em 26/12/2019; <http://www.sedes.df.gov.br/bolsa-familia/>, acesso em 26/12/2019.

- Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola (Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso);
- Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso);
- Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso)
- Programa Auxílio-Gás (Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002 - Governo Fernando Henrique Cardoso);
- Programa Nacional de Acesso à Alimentação - Fome Zero (Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003 - Governo Lula).

Para ter direito ao benefício mensal do PBF é utilizado um limite de renda para definir os beneficiários do programa: famílias em situação de extrema pobreza ou situação de pobreza, conforme renda definida no momento do cadastramento. As famílias devem realizar a inscrição no Cadastro Único (CADÚNICO), e assim, após a sistematização das informações colhidas será informado se o grupo familiar terá acesso a algum benefício mensal.

Contudo, a concessão do benefício depende de quantas famílias já estão sendo atendidas em relação à estimativa de famílias pobres feita pelo Censo do IBGE e depende de que haja disponibilidade orçamentária para o fornecimento dos pagamentos para os beneficiados referentes ao programa.

Existem algumas condicionalidades impostas para que as famílias obtenham acesso ao benefício mensal, que são:

- 1- Área da Educação: crianças e adolescentes devem estar matriculados e frequentando regularmente a rede de ensino pública;
- 2- Área da Saúde: agenda de saúde no SUS compreende a oferta de serviços para a realização do pré-natal pelas gestantes, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e imunização das crianças. As famílias beneficiárias do PBF com mulheres com idade entre 14 e 44 anos e crianças menores de sete anos de idade deverão ser assistidas por uma equipe de saúde da família, por agentes comunitários de saúde ou por unidades básicas de saúde, que proverão os serviços necessários ao cumprimento das ações de responsabilidade da família;
- 3- Área de Assistência Social: acompanhamento feito pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de referência da família, e participação dos beneficiados nos grupos de atividades realizados para as famílias assistidas.

O período de validade para recebimento dos benefícios é de dois anos, sendo realizada a atualização das informações no Cadastro Único e cumpridas as exigências nos quesitos de renda, e os acompanhamentos realizados pelos setores de assistência social, educação e saúde.

De acordo com o trabalho realizado por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁶², o balanço dos efeitos do programa aponta redução de 15% da pobreza e de 25% da extrema pobreza entre os beneficiados. É a transferência pública de renda que mais alcança a população pobre no Brasil. O Bolsa Família foi responsável pela redução de 10% da desigualdade no Brasil, entre 2001 e 2015. Esse impacto é relevante, tendo em vista o baixo custo do programa, de apenas 0,5% no Produto Interno Bruto (PIB).

O número de beneficiários do Bolsa Família passou de 6 milhões de famílias em 2004 para 13,3 milhões de famílias em 2017, ano no qual o programa possibilitou que 3,4 milhões de pessoas deixassem a situação de pobreza extrema e outras 3,2 milhões superassem a pobreza.

Contudo, o estudo também ressalta que os desafios permanecem, pois 64% dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família continuam em situação de extrema pobreza. Isso pode ser explicado pelo baixo valor médio transferido mensalmente para cada família – cerca de R\$ 180,00 em 2017.

Entretanto, apesar das dificuldades e dos desafios que a política de assistência social enfrenta, ela possui caráter interventivo diretamente no pauperismo da população. E a pesquisa aqui realizada sobre o perfil das vítimas masculinas de homicídio na cidade de Volta Redonda – RJ, determina que esses indivíduos encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social.

Assim, o atendimento das demandas trazidas pelas famílias marginalizadas e em condição de pobreza e miserabilidade, torna-se fator primordial para o abrandamento das condições de existência pautadas no uso da violência para resolução de conflitos e carências.

Desta forma, a política de assistência social acrescenta à população masculina uma inserção ao mercado de trabalho, por intermédio dos cursos profissionalizantes, do ingresso ao convívio social pelo viés de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A valorização do “ser homem” como agente transformador da realidade posta de exclusão, para um convívio societário constituído em laços de engajamento comunitário e de

⁶²Site: <http://www.ipea.gov.br/portal/>, acesso em 26/12/2019.

construção de um modelo participativo e de cuidado com a vida, fortalece o entendimento desse sujeito ao cuidado consigo mesmo e com os demais membros de sua comunidade.

Outrossim, a prevalência de uma cultura de paz e de participação em movimentos sociais dedicados a reivindicação de justiça e igualdade social e econômica, acrescenta ao homem o significado de existência humana com dignidade.

Nesta direção e com o objetivo de minimizar esse agravo em saúde (homicídio) para os homens, a assistência social integra como política pública social e atuante mais próxima da realidade de existência comunitária dos sujeitos sociais aqui estudados.

Apresenta um rol de iniciativas construtoras de cidadania, propiciando a identificação e a integração socioeconômica aos usuários que demandam por essa política, por intermédio dos programas e serviços sociais disponibilizados.

3.1.3.1 Experiências de projetos e ações desenvolvidos na área da assistência social em Volta Redonda para a integração social e profissional

A assistência social, por ser política pública integrante da Seguridade Social, junto à saúde e previdência social, e por ser a política pública que possui como público alvo: a população empobrecida e marginalizada do país, tem como objetivo na sua aplicação o atendimento das demandas apresentadas pelos usuários da Rede Socioassistencial.

Assim, para reflexão sobre a relevância dessa política no enfrentamento do agravo em saúde – homicídio, de homens e das condições socioeconômicas desfavoráveis desses sujeitos. Vamos apresentar alguns trabalhos e atividades desenvolvidos na Cidade do Aço que cooperam para a tarefa da melhoria das condições de vida.

Existe na cidade uma parceria entre a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) com a Fundação CSN que possibilita o ingresso a cursos de capacitação profissional e socialização para crianças, adolescentes e jovens.

Um dos projetos é o “Projeto Garoto Cidadão”⁶³ que tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento social, educacional e emocional para crianças e adolescentes. Oferece oficinas socioculturais de dança, música, teatro, arte, comunicação e expressão, habilidades e competências para 2.330 educandos durante o contraturno escolar. Os estudantes do Garoto

⁶³Site, <https://fundacaocsn.org.br/o-que-fazemos/projeto-garoto-cidadao>, acesso em 15 de outubro de 2020.

Cidadão são indicados para participar das atividades pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por intermédio do uso das informações sobre as famílias cadastradas e atendidas pela assistência social.

Outro Projeto é o “Capacitar Hotelaria e Serviços”⁶⁴. É um curso gratuito da Fundação CSN que visa a criação e o desenvolvimento de condições para a inserção, reinserção e permanência de jovens no mercado de trabalho hoteleiro.

Durante 06 meses, os alunos participam de aulas teóricas e práticas em diversas áreas do Hotel-Escola Bela Vista, em VR/RJ, incluindo recepção, cozinha, atendimentos de eventos, a serviços de garçom, barman e atendimento ao cliente.

O público alvo deve ter idade entre 16 e 29 anos, ensino fundamental completo na rede pública e morar em Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Piraí, Pinheiral, Quatis, Resende ou Porto Real.

Por semestre são selecionados 88 alunos. O projeto tem parceria com os CRAS das prefeituras e com o Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE).

Em 2019, foram capacitados 120 jovens, totalizando 1342 formados desde o início dessa ação – desse projeto.

Outra iniciativa de inclusão social foi iniciado no ano de 2016: o “Projeto Superação”⁶⁵ que tem como objetivo o atendimento à população em situação de rua. O público alvo eram usuários da rede de assistência social com idades de 18 a 59 anos. As instituições envolvidas eram a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP), Coordenadoria Municipal de Prevenção às Drogas (CMPD). Os gestores do projeto eram o Abrigo Municipal Seu Nadim, Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro Pop), Centro de Atenção Psicossocial Especializada em Álcool e outras Drogas (CAPS AD).

Os usuários atendidos por essa iniciativa trabalhavam por um determinado período do dia na limpeza da cidade e recebiam um determinado valor por esse serviço prestado, além do

⁶⁴Site, <https://fundacaocsn.org.br/o-que-fazemos/capacitar-hotelaria-e-servicos/>, acesso em 16 de outubro de 2020.

⁶⁵Site, <https://diariodovale.com.br/cidade/superaçao-mostra-resultado-positivo-em-volta-redonda/>, acesso em 15 de outubro de 2020.

acompanhamento técnico dos profissionais que atuavam nas instituições envolvidas no fornecimento dos serviços sociais prestados para esse público.

Apresentamos alguns projetos desenvolvidos na cidade de Volta Redonda na área da assistência social e que de alguma maneira atingem os homens que se encontram no retrato social das vítimas do agravo em saúde – homicídio, desse município.

Temos uma população juvenil: empobrecida, marginalizada, excluída, que necessita de amparo da assistência social para conseguir a sobrevivência. Pessoas com estado de saúde muitas vezes agravados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas, com baixo grau de nutrição – vivendo em situação de pobreza e miséria, sofrendo diversos tipos de violência (psicológica, física, institucional) necessitados de políticas públicas sociais para a consecução de sua cidadania.

Desse modo, desenha-se a importância da assistência social na luta pela garantia de acesso aos direitos humanos e sociais. Sabemos que as iniciativas são meios significativos para o melhoramento do quadro de vida para essa porção populacional. Contudo, temos ciência de que somente a aplicação de uma política não realizará o efeito esperado de mudança do quadro social atual identificado.

As políticas públicas sociais precisam de atuação e aplicação em conjunto. Os profissionais e atores sociais envolvidos no trabalho e execução dessas políticas precisam dialogar e exercer a práxis no cotidiano da vida dos usuários. Desta forma, haverá preciosa interlocução entre as políticas e o atendimento das demandas trazidas pelos usuários das mesmas na conjuntura socioeconômica de exclusão, exploração e marginalização vigente.

3.1.4 Desafios para a concretude das Políticas Públicas Sociais

Após realizarmos uma breve apresentação e arguição a respeito das políticas públicas sociais de saúde, de educação e de assistência social, no trato com os fatores causadores de exclusão, marginalização e pauperização da população brasileira, e termos apontado a urgência da aplicação de tais políticas para a minimização dos agravos em saúde, particularmente os relacionados a assassinatos de homens; vamos refletir o quanto essas políticas, e demais direitos sociais na conjuntura política, social e econômica vigente, são agredidas pelo corte de verbas e remanejamento financeiro para outros fins.

Apesar desse importante acontecimento favorável aos direitos sociais – a instituição da CF 1988, a degradação de tais conquistas acontece de imediato pelo neoliberalismo imposto sobre a política econômica nacional, de acordo com Antunes (1999), iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos.

Como prova da desregulamentação e limitação⁶⁶ de investimentos em políticas públicas sociais, pode-se citar a PEC 241 (Congresso Nacional), que na sequência no Senado Federal passou a ser a PEC 55/2016, aprovada com objetivo de congelamento e restrições aos gastos públicos e repasses financeiros por 20 anos. Tal medida ocasionou perdas de investimentos importantíssimos para as áreas de saúde e educação, e um lamentável retrocesso na garantia de direitos sociais – conseguidos através das lutas populares. Essa PEC ficou conhecida pelos movimentos sociais como “PEC da Maldade”.

Da mesma maneira, temos na política de assistência social, atualmente, uma conjuntura política e econômica que atinge o principal programa assistencial - o PBF, que sofre constantemente corte e retrocesso no número de famílias acompanhadas, devido ao parco volume financeiro destinado ao atendimento das famílias em pobreza e extrema pobreza.

Em 2019, o governo federal gastou R\$ 32 bilhões com o PBF, e para 2020 a previsão de gastos é de R\$ 29 bilhões. Há uma fila de aproximadamente 500 mil pessoas aguardando⁶⁷ o benefício do Bolsa Família.

Em contrapartida, há o privilégio do aumento de investimentos de recursos públicos, no socorro das crises capitalistas, ao mercado financeiro. O governo Federal (Banco Central) enviou ao Congresso um projeto de lei para regulamentar o socorro às instituições financeiras em dificuldades, utilizando o fundo público para concretizar esse auxílio⁶⁸.

Enquanto o governo federal preocupa-se em ajudar financeiramente os capitalistas, a extrema pobreza cresce de modo alarmante, atingindo cerca de 13,5 milhões de pessoas, um número assustador de miseráveis que supera a população de países ⁶⁹como a Bélgica,

⁶⁶Site, <https://www.12.senado.leg.br>, acesso em 12/06/2020.

⁶⁷Site: <https://g1.globo.com>, acesso em 29/01/2020.

⁶⁸Informação retirada do site: www.folha.uol.com.br, acesso em 27/12/2019.

⁶⁹Informação retirada do site: <https://brasil.elpais.com>, acesso em 27/12/2019.

Portugal, Cuba e Bolívia. Pessoas sobrevivendo com até R\$ 145,00 mensais, número que vem aumentando desde o ano de 2015, invertendo a curva descendente da miséria dos anos anteriores.

O percentual de famílias que recebem o Bolsa Família despencou em sete anos, de acordo com dados⁷⁰ do IBGE, passando de 15,9% das residências brasileiras em 2012, para 13,7% em 2018. A pobreza atinge sobretudo a população negra, representando 72,7% dos pobres no país, ou seja, 38,1 milhões de pessoas.

O crescimento da extrema pobreza coincide com o início da recessão do ano de 2014 no Brasil, cooperando para o aumento do desemprego e a falta de reajustamento de subvenções no Bolsa Família. E com isso, há o crescimento do número de pessoas em condições de pobreza, afetando mais profundamente a população negra e com pouca instrução educacional.

O governo do presidente Jair Bolsonaro está focado no aprofundamento do ajuste fiscal com a ideia de redução do papel do Estado, refletindo diretamente no número de usuários do Bolsa Família, que atualmente abrange 13,7% das famílias brasileiras, contra 14,9% que recebia em 2014, uma redução significativa que afeta as condições de vida da população empobrecida do país.

Como se sabe, a desigualdade e a concentração de renda que se intensificam nas atuais formas de acumulação capitalista, resultam de mudanças na esfera da produção, associadas à nova hegemonia liberal-financeira e trazem como consequência a radicalização da questão social. No Brasil, chega-se assim, em 2018, a 14.830 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema (aumento de 11,2% em relação ao índice de 2016). O número de trabalhadores informais superou o conjunto de empregados formais. A redução no número de beneficiários do Programa Bolsa Família no último ano, também foi apontada como um dos principais motivos para o aumento da pobreza e da desigualdade que permeiam a vida das ‘classes que vivem do trabalho’ (cf. ANTUNES, 1999) na sociedade e com as quais defronta-se cotidianamente no trabalho profissional (YAZBEK, 2018, p. 183-184).

Visualizando a principal política de assistência social brasileira – o PBF, temos a certeza de que, apesar do status de política pública social, a assistência social ainda sofre com o descaso governamental, seguindo os padrões históricos brasileiros de intervenção neste campo, e concordando com Yasbek (2007), em bases ambíguas e difusas, garantindo apenas um atendimento precário aos seus usuários, apesar de a pauperização no país não ser apenas conjuntural, mas resultar da organização social, política e econômica da sociedade.

⁷⁰Informação retirada do site: veja.abril.com.br/economia/brasil-alcanca-recorde-de-135milhoes-de-miseraveis-aponta-ibge, acesso em 21/01/2020.

Junto a isso, vivenciamos a partir de 2020, uma gravíssima situação na saúde mundial e brasileira, a Pandemia do COVID-19, que afetou drasticamente as condições de existência humana na saúde, na educação e no emprego. Com a tomada de medidas necessárias de combate ao vírus como o isolamento/distanciamento social, houve consequências terríveis para o modelo societário vigente: fechamento de empresas e aumento do desemprego; agravamento de saúde e aumento de mortes ocasionadas pela infecção do vírus e colapso na saúde com a falta de leitos para atendimento aos enfermos, principalmente pacientes em estado grave. Somando-se ao descaso e incompetência do Governo Federal na intervenção dessa grave situação em saúde e às falas do presidente Bolsonaro menosprezando a gravidade em saúde ocasionada pelo COVID-19, a considerando uma simples “gripezinha”.

Para piorar a situação tem havido sistematicamente falas do presidente da república, Jair Bolsonaro, de desqualificação do potencial do vírus, o tratando como uma “gripezinha”, bem como se posicionando contrário ao isolamento social. Tal postura, não por acaso, também tem sido de empresários que o apoiam. Sob o discurso de que a economia não pode parar, as falas do presidente expressam, mais uma vez seu caráter neofascista, ao tratar como mais importante a possibilidade de mortes de contingente da classe trabalhadora, em detrimento da manutenção dos lucros do capital (MATOS, 2020, p. 2).

Antes desta situação posta pelo Coronavírus, a conjuntura política e econômica do país já vinha constantemente promovendo cortes e retrocesso nos direitos sociais, principalmente sobre as políticas públicas da Seguridade Social: saúde, previdência social e assistência social, justamente às políticas que agora possuem a missão de conter os danos conjunturais e estruturais ocasionados pela Pandemia do COVID-19 que atingiram e que ainda atingirão o país e que, provavelmente, vão potencializar a exclusão social e econômica do proletariado.

No entanto, desde o seu nascedouro, na Constituição Federal de 1988, o SUS vem vivendo imensos boicotes, deste citamos apenas três: o desfinanciamento público (a exemplo da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que congelou por 20 anos o investimento da saúde e na educação); a sistemática alteração do seu modelo de gestão para perspectivas privatizantes (MATOS, 2020, p. 1).

A deterioração das políticas públicas sociais é permanente na relação da luta de classes que permeia a sociedade brasileira. Os trabalhadores lutam e reivindicam direitos e os conseguem por via de muita organização e sacrifício, enquanto a classe capitalista (empresários, banqueiros, latifundiários, industriários), pelo uso de força política e econômica, minam e excluem tais direitos, findando e/ou interferindo nas legislações sociais.

A luta dos trabalhadores por direitos sociais é iniciativa necessária para uma real mudança de condições de vida desta massa gigantesca de pessoas excluídas, marginalizadas,

estigmatizadas e abandonadas à própria sorte para conseguirem a sobrevivência nessa selvagem e violenta sociedade da mercadoria/do dinheiro – do capital.

As expressões da questão social assolam drasticamente as condições de vida societária: desemprego, pobreza, desigualdade social e econômica cooperando para a destruição dos alicerces garantidores de vida com dignidade. E, desta forma, os que mais sofrem as consequências deste pauperismo são as pessoas que para o mercado capitalista não possuem valor de uso e nem de troca, não configuram lucro, tais como as crianças, jovens com pouca escolaridade, adultos enfermos (homens e mulheres), idosos e a população negra que ainda sente o peso do racismo na relação socioeconômica.

São atingidos pelo descaso e a ignorância do acúmulo capitalista, e, no Brasil, há uma potencialização destas consequências, devido seu histórico de país governado por uma classe dominante autoritária, preconceituosa, exploradora, acumuladora e marginalizadora.

Esse contexto de pobreza faz-se frequente na sociedade brasileira. Décadas após décadas, há o aviltamento das condições de trabalho, via precarização das legislações sociais e trabalhistas, e a população continua no cruel processo de pauperismo e marginalização.

O Estado concordando com Marx na obra “Manifesto do Partido Comunista de 1948, que o determina como comitê executivo da burguesia”, ou seja, agente defensor dos interesses burgueses para resolutividade desta conjuntura instalada, intervém estigmatizando os pobres como sujeitos perigosos, que não se enquadram no perfil constituído pela classe hegemônica, seja na forma cultural, política, econômica e social, e que, por isso, devem ser contidos com uso da força policial.

A pobreza, como sempre, é tratada como caso de polícia para alguns e de benevolência para outros, conforme as concepções identificadoras do sujeito representadas pela ideologia dominante, e assim, as políticas públicas sociais para atendimento das demandas apresentadas pelo proletariado seguem a lógica da focalização e seletividade para a escolha dos beneficiados.

A pobreza é concebida como natural e seu enfrentamento é minimizado e ações governamentais são implantadas, mas, não concretizam a universalização do acesso aos direitos sociais.

Pobreza transformada em natureza: pobreza transfigurada em imagens que desfiguram diferentes, desigualdades e conflitos num território indiferenciado para além da sociedade e, portanto, para além da história. É isso que esclarece o sentido de uma exclusão que se processa na lógica de uma cidadania restrita em que os direitos não se universalizam (TELLES, 2006, p. 10).

Numa conjuntura globalizada, o aumento e a naturalização da pobreza expõem, de forma explosiva, o quanto é cruel o processo operacional capitalista da acumulação e expropriação. As formas de reestruturação produtivas atuais condicionam o operário a um tenso e desgastante modo de vida.

As políticas públicas sociais, que deveriam atuar no atendimento à população, e assim, constituir um bem estar social advindo de garantias constitucionais institucionalizadas, são ceifadas em sua fonte de manutenção, verbas/dinheiro, desviadas de sua atribuição específica em benefício do mercado financeiro.

Salvador (2010) expõe essa manipulação financeira: a característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos.

Somando-se a privatização de setores primordiais para atendimento de direitos sociais como saúde, educação, previdência social, habitação, e outros, que se transformam em mercadorias a serem adquiridas via mercado – processo de comercialização de serviços.

A transferência da proteção social no âmbito do Estado para o mercado capitalista/financeiro, passa pela privatização dos benefícios da seguridade social, e pela minimização e encerramento de direitos sociais. O fundo público passa a ser utilizado para pagamento dos juros da dívida pública e para manutenção do sistema capitalista.

Segundo Yazbek (2018, p. 186), “de modo geral, na Política Social brasileira a luta contra a pobreza tomou o lugar da luta de classes. Trata-se de “ativar” trabalhos precarizados, intensificados e superexplorados”.

E nesta batalha diária para garantir a existência, a instituição de políticas públicas sociais, é necessária para propiciar condições de alimentação para um enorme contingente populacional, que sobrevive em extrema pobreza e precária situação de existência.

3.2 Serviço Social e o desafio da atuação profissional frente às demandas por acessibilidade às políticas públicas sociais

A busca por serviços sociais para garantir acessibilidade a recursos fundamentais para o desenvolvimento e sobrevivência humana contribui para a construção permanente do modo de produção e reprodução social vigente na contemporaneidade, de acordo com Costa (2010,

p. 99), “alguns serviços, particularmente aqueles voltados para a reprodução material da força de trabalho, e objeto de consumo individual e/ou coletivo (saúde, educação, transporte etc.) preservam o seu caráter de uma atividade que materializa um valor de uso”.

Neste contexto histórico, entre o modo de produção capitalista e a produção e reprodução social, que traz tensão aos relacionamentos sociais e ao mundo do trabalho, o Serviço Social é reconhecido como uma profissão das áreas das Ciências Humanas e Sociais caracterizada por sua conduta ético-política voltada para a intervenção profissional em defesa da democracia e cidadania plena.

Possui como principal fonte norteadora de atuação/práxis profissional, no cotidiano de suas atividades, o Projeto Ético Político Profissional, como expressão máxima de sua proposta interventora e revolucionária para o combate árduo a toda forma de opressão e discriminação realizadas pela gerência de classes.

O Serviço Social pauta-se na luta cotidiana em defesa da classe trabalhadora e ao mesmo tempo atua sobre a influência organizacional do sistema capitalista que determina os rumos de existência humana sobre sua ótica de exploração e expropriação do trabalho. Cooperando, assim, tanto para a conscientização da classe trabalhadora na luta por direitos sociais, quanto para a produção cultural e moral de convívio dos sujeitos nos complexos existentes (família, religião, educação, trabalho) que visa garantir a supremacia do modo de produção capitalista na sociedade vigente.

[...] a utilidade social das práticas profissionais advém das necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para as profissões [...] O Serviço Social sendo um trabalho, e como tal de natureza não liberal, tem nas questões sociais a base de sustentação da sua profissionalidade e sua intervenção se realiza pela mediação organizacional de instituições públicas, privadas ou entidades de cunho filantrópico. (GUERRA, 2000, p. 17-18)

Numa concepção hegemônica Marxista, o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social possui uma dimensão política e ética bem definida, a qual opõe-se claramente ao modelo de organização da sociedade brasileira constituído no sistema capitalista, conservador e neoliberal. Sistema este que impõe a população uma conjuntura de dominação orquestrada na exploração e expropriação da mão de obra do proletariado, deixando milhões de pessoas sobrevivendo em condições de vida de formas precárias, marginalizadas, empobrecidas, de extrema degradação de suas maneiras organizacionais de moradia, de trabalho, de saúde, de educação, de acesso a bens socialmente produzidos, ocasionando, a potencialização da miséria e do abandono social.

É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnico-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e de gerir o trabalho. Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado (IAMAMOTO, 2007, p. 18).

Assim, para promover a acessibilidade dos sujeitos às políticas públicas sociais, amparado e legitimado pelo Projeto Ético Político Profissional, o Serviço Social encontra sustentação jurídica pela Lei de Regulamentação da Profissão, Nº 8.662 de 07 de junho de 1993, com o Código de Ética Profissional, Resolução Nº 273/93 do CFESS, e ainda, no campo de acesso às políticas públicas sociais regulamentadas pela Constituição Brasileira de 1988 a instituição dos “Direitos Sociais”: alimentação, habitação, saúde, educação, trabalho; e da “Seguridade Social”: políticas públicas nas áreas de saúde, previdência social e assistência social.

Por isso, o aprofundamento, a compreensão e o entendimento sobre o Serviço Social proporciona entender nitidamente o comprometimento de atuação e intervenção profissional junto à classe trabalhadora, com o objetivo de conseguir a emancipação, a autonomia, a equidade e justiça social, eliminação de preconceitos, e, principalmente, visando a construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe.

Então, para o entendimento sobre a localização do Serviço Social, frente a conjuntura política, social e econômica contemporânea, baseado na concepção de ruptura com esta hegemonia dominante, utilizando-se da crítica de Marx sobre a propriedade privada dos meios de produção da vida humana vinculada a exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas, é que o Serviço Social prospera sua intencionalidade de atuação profissional comprometida com o Projeto Ético Político Profissional.

[...] os assistentes sociais são desafiados neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade. Tempos extremamente difíceis para todos aqueles que vivem do trabalho: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2007, p. 18).

Nesta perspectiva desafiadora, revela-se a necessidade de uma postura profissional interventiva de maneira propositiva. Segundo Iamamoto (2007), ser um profissional

propositivo - que se coloca à disposição da resolução, e não só executivo – que simplesmente exerce a intervenção de acordo com as possibilidades encontradas e sem crítica sobre a realidade. O objetivo do(a) assistente social é encontrar meios para desenvolver concretamente uma proposta emancipatória, de ruptura, e de construção de uma nova ordem societária; instituída na justiça e equidade social e econômica, pela instituição de políticas públicas sociais que atendam as demandas populacionais.

Enfim, o Serviço Social encontra-se inserido nos serviços de atendimento às demandas apresentadas pelos usuários em diversas instituições públicas e privadas. E assim, de acordo com o local de realização de suas atividades profissionais é chamado a responder a essas demandas orientados por normatizações e legislações referentes aos serviços propostos.

É uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Inserido nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça etc) com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, o assistente social efetiva sua intervenção nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços (CRESS 7ª Região Rio de Janeiro, 2008, p.11).

Participante deste processo de trabalho atrelado ao sistema capitalista, o assistente social vê-se imbuído de atividades diversas localizadas em setores de atuação profissional públicos e privados como educação, saúde, habitação, assistência social, previdência social, recursos humanos, indústrias, comércios, organizações sociais sem fim lucrativos, movimentos sociais diversos e tantos outros.

Exemplificando a atuação do assistente social, podemos destacar a relação profissional instituída dentro de diversas instituições estatais. O papel do profissional do Serviço Social é extremamente estratégico, pois possui competência teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-política para realizar articulação com os usuários e instituição, com o intuito de promover a efetivação dos direitos.

Deve intervir com propósitos de avanços organizacionais e normativos em relação aos aspectos institucionais para a realização das atividades, e encaminhamentos para a rede socioassistencial.

Importante refletir sobre algumas considerações acerca da intervenção profissional, ou seja, como e quais pontos poderiam ser articulados e construídos a partir do espaço organizacional, ao qual o assistente social está atrelado/vinculado:

01 - Articulação com usuários e instituição para que o atendimento às demandas apresentadas sejam realizadas como direitos construtores de cidadania, dando visibilidade da presença do Estado como responsável pelo serviço, e do direito (constitucional) que todas as pessoas têm de ser plenamente atendidas nas suas necessidades;

02 - Articulação com o Ministério Público e demais órgãos representantes dos direitos sociais da população, sociedade civil organizada e comunidade como um todo, apontando a importância de problematizar as questões expostas, principalmente com relação aos recursos repassados (são suficientes ou não para o bom funcionamento dos serviços ofertados, estão sendo utilizados corretamente), demanda reprimida (oferta adequada de serviços) e precariedade dos serviços prestados;

03 - Planejar ações estratégicas para humanização do atendimento aos usuários;

04 - Propor ações interdisciplinares para atenuar as relações de poder na instituição e obter ações em conjunto dos diversos saberes presentes na organização, construindo respostas profissionais sustentáveis;

05 - Articular com as organizações da rede social o atendimento aos usuários;

06 - Incentivar a participação dos usuários e comunidade em geral nos conselhos gestores comunitários, municipais, conferências, fóruns e outros espaços de discussão e busca de soluções, alargando assim os horizontes da coletividade para a resolução dos problemas e controle das ações das políticas públicas sociais.

Essas são algumas propostas de atuação profissional para a concepção de cidadania, de direito, seja na política pública de saúde, educação, assistência social, habitação, alimentação e outras.

O(a) assistente social trabalha utilizando-se de seus conhecimentos profissionais – sua práxis- sob normatizações, legislações, instrumentos, características institucionais incidentes sobre sua ação profissional em determinadas intervenções para resolutividade ou abrandamento de tensões existentes no convívio social e trabalhista. Sendo materializado seu trabalho e intervenção com maior ou menor eficiência, conforme Almeida (1996, p.41), de acordo com “a sua competência política e teórico-metodológica e a realidade socioinstitucional na qual se efetiva a ação do Serviço Social”.

É agente produtor de intercessões sociais para atendimento das necessidades oriundas da classe trabalhadora, como também, pela concessão de benefícios sociais para o público alvo de determinada política social. Contudo, age de maneira não proposital, mas como

consequência de sua atuação profissional, como promotor do modo de produção e reprodução social capitalista.

Aliás, para além de uma busca de eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos, o que se constata – a exemplo da saúde, da educação e da previdência – é o fato de que o valor de uso social destes serviços, voltados para o atendimento das necessidades de reprodução da “própria vida”, se realiza de modo a articular e/ou sustentar os interesses das indústrias (farmacêutica, de equipamentos, de produção da cesta básica), dos proprietários de grandes estabelecimentos como hospitais, creches e escolas, bem como do setor financeiro, voltado para os seguros de saúde e previdência (COSTA, 2010, p. 110).

O processo de trabalho do assistente social é permeado por reivindicações e resoluções, reflexões e práticas interventivas, ajustamento social e busca revolucionária, questionamentos e respostas, inquietações e tensões. O Serviço Social faz-se presente no campo institucional, político, social, econômico, em diversas instâncias estatais e privadas de produção de conhecimento, gestão, organização, implementação, vigilância, avaliação, concessão, e outras tantas formas de construção e de controle ao acesso às políticas sociais.

Realiza sua trajetória nos conflitos existentes na sociedade e no local de trabalho junto a outros atores profissionais, demandas e legislações institucionais; buscando maneiras de enquadramento e/ou subversão ao que lhe é posto como forma adequada de existência e atuação profissional.

Desse modo, o processo de trabalho é tanto a realização objetiva do trabalho como a materialização das relações entre os agentes diferenciados do processo produtivo. Isso significa que o trabalho se realiza por meio de mecanismos de disputa, convencimento e disciplinamento, em última instância, recursos de poder que atravessam o conjunto das práticas e ações disciplinadoras no trabalho (BARBOSA, CARDOSO, ALMEIDA, 1998, p. 116).

Uma profissão, conforme o status social a que pertença, é composta de diversidades e saberes. Ao mesmo tempo, é implicada em sua gênese e permanência societária de requisitos que lhes são atribuídos ou retirados de acordo com a lógica e ideologia dominante, e assim, transporta em si a adjetivação constante de mudanças.

No caso do Serviço Social, isso acontece de fato pelo incansável e indeterminado processo de metamorfose que o modo de produção e reprodução social baseado no sistema capitalista realiza sobre as vidas das pessoas, contribuindo para a manutenção do assistente social na condição de trabalhador assalariado (mercadoria) utilizado no processo de trabalho capitalista e de seus interesses financeiros.

[...] a pressão estrutural sobre o processo de trabalho do assistente social não decorreria somente daquele interesse burguês por uma camada técnica especializada

no trato com a sobrevivência dos subalternizados, mas da própria lógica estruturante do trabalho capitalista, que supõe conversão de todas as formas de trabalho em trabalho assalariado - mercadoria -, fragmentado e parcelado em diferentes atividades laborativas (BARBOSA, CARDOSO, ALMEIDA, 1998 p.114).

Há uma potencialização da exploração do trabalhador e da precarização de sua condição de existência que afeta e transforma a vida em sociedade, ocasionando miséria e degradação social. Existe a perpetuação da lógica de acumulação capitalista – subordinação ao processo de valorização. E nesta conjuntura encontra-se o Serviço Social como profissão hegemonicamente pautada na busca da justiça e equidade social, apesar de todas as dificuldades encontradas para a concessão, aos usuários da rede socioassistencial, o acesso aos direitos sociais.

Pensar a práxis profissional do(a) Assistente Social diretamente nas evidências dos indicadores apontados na construção do perfil das vítimas masculinas de homicídio na cidade de Volta Redonda – RJ, é visualizar o retrato socioeconômico destes sujeitos na relação de produção e reprodução social, na construção social do gênero, no combate ao racismo e todas as formas de preconceitos, na constante luta por acesso aos direitos sociais.

Reivindicar e atuar nos movimentos sociais e sindicais por direitos trabalhistas e respeito à vida insere o Serviço Social na prática relevante de construção de uma nova ordem societária, constituída de justiça e igualdade socioeconômica.

Porém, a prática interventiva do Serviço Social, apesar de não fazer a revolução, de não se tratar de uma transformação radical ao assumir seu compromisso com uma ação profissional voltada para a defesa de direitos sociais, equidade e justiça social, comprometida com a luta pela consolidação da cidadania e da democracia, que incentive a organização da população – em consonância com o projeto ético-político- profissional -, pode contribuir para o fortalecimento de uma consciência revolucionária e de uma materialidade de ampliação da cidadania que, em última instância, colide com a lógica do Capital (SANTOS, 2010, p.48).

Numa conjuntura política e econômica desfavorável para acesso aos direitos sociais é urgente a concepção da “nova cidadania”, termo destacado por Dagnino (1994, p. 108) que, “requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram serem os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de baixo para cima”.

Promover o combate incessante a toda forma de opressão e marginalização, reconhecimento da liberdade, defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa da democracia, posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, são alguns dos princípios fundamentais da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar o homem como sujeito social é primordial pensar como a sociedade educa e constrói esse indivíduo para ser alguém e conviver em sociedade. Nessa busca por identificar esse “ser homem” perpassa os caminhos históricos, educacionais, culturais, estruturais econômicos e de organização política social de determinada nação, determinado Estado.

A pesquisa aqui trabalhada expõe a influência do modo de produção e reprodução social do sistema capitalista sobre o trabalho e sobre as relações sociais. O trabalho como atividade construtora e transformadora do ser social é fator primordial para a construção individual e societária, e sendo gerido pela lógica do modo de produção e reprodução capitalista traz drásticas condições de vida para classe trabalhadora. Há o intenso processo de exploração e expropriação da mão de obra operária ocasionando a alienação e a precarização das condições de execução do próprio trabalho. Incluindo nessa eclosão de fatores o arrocho salarial e a redução dos direitos sociais, cada vez mais insípidos e escassos para o trabalhador. O aumento constante dos desempregados e da população em condições de pauperismo.

No Brasil com seu histórico de país capitalista periférico, com raízes escravocratas e patrimonialistas, as relações sociais existentes são geridas pelas intenções dominadoras da classe burguesa sobre o modo de vida de toda população. Há preconceitos, potencialização da exploração do trabalhador, precarização das legislações sociais e trabalhistas, o adensamento deprimente da miserabilidade do proletariado.

Devido a esta situação, torna-se inexorável compreender a importância da acessibilidade e aplicação das políticas públicas sociais nas áreas da saúde, educação e da assistência social como promotoras de cidadania e respaldo a garantia de direitos sociais. Haja vista que essas são as políticas públicas sociais que possuem as instituições e mecanismos de intervenção nas expressões da questão social mais próximas do território de existência e da vida do proletariado.

Entretanto, é imprescindível admitir que o sistema capitalista opera de acordo com seus interesses de acumulação, um imensurável controle sobre a vida em sociedade a nível planetário. E, assim, assumir definitivamente a posição favorável à superação desta ideologia preponderante que opera universalmente pelo uso da coerção política, econômica, social e aparato da segurança pública sobre a existência humana.

O retrato social da população masculina vitimada pelo agravo em saúde ocasionado pela causa externa – homicídio, identificado por esta pesquisa social, na cidade de Volta

Redonda/RJ, apresenta o homem jovem, com pouca escolaridade, maioria negros, residentes em territórios periféricos, excluídos e marginalizados do ponto espacial de pertencimento societário.

Esse perfil social aponta que o racismo estrutural e outras formas de preconceitos (classe social, origem territorial...) estão presentes no cotidiano desses sujeitos, determinando seus espaços sociais de pertencimento, através de julgamentos societários estruturados e institucionalizados pelo olhar da ideologia dominante.

Essa pesquisa identifica que a construção social do gênero coopera para a formação e inclusão dos homens nas mais diversas formas de violência urbana. Homens precisam “ser fortes”, “suportar a dor e sofrimentos”, “tem que ser viril e dominador”, “valente e destemido”. Essas conceituações sobre a masculinidade acarretam ao homem a inclusão na trágica estatística de mortes violentas, por buscar resoluções de conflitos pelo uso da força excessiva – da violência- e de se colocar sempre em situações de perigo (ferimentos e mortes) para provar sua força e virilidade – a sua masculinidade.

Os homens jovens, com pouca escolaridade e residentes nos bairros periféricos da cidade estão mais expostos a sofrer a violência do assassinato, pois são identificados como indivíduos que devem ser vigiados, contidos, ou, até mesmo, eliminados do convívio societário. Não há a visão da exclusão de acesso aos direitos sociais para esses atores no processo de vivência comunitária, e sim a imputação de agentes perigosos.

Compreendendo esses fatores estruturais, pode-se entender que o Serviço Social, por intermédio de sua práxis profissional (teoria e prática), inserido em diversas instâncias públicas e privadas, diversos vínculos empregatícios, diversos serviços e legislações sociais a serem trabalhados e proporcionados, atua e recria, dentro de processos de trabalhos determinados pelos espaços vigentes e profissionais inseridos nestes espaços de trabalho, as condições de acessibilidade às políticas públicas sociais para seu público mandatário.

E assim, deve, de acordo com suas capacidades teórico-metodológica, técnica-operativa e ética-política, trabalhar para a construção da justiça e equidade social e econômica, reafirmando segundo Guerra (2000, p.12): “a vinculação do projeto ético-político da profissão com a luta mais ampla da classe dos trabalhadores”.

As condições de vida e de morte dos homens na sociedade atual perpassam aspectos culturais e educacionais, insere-se na lógica do modo de produção e reprodução social capitalista. Sofre com a influência da construção social do gênero em uma sociedade patriarcal e machista – repleta de violência. Soma-se ao racismo e aos preconceitos e

multiplica-se pela falta de acesso à educação, à saúde, à assistência social, e a outras políticas públicas sociais.

Foram demonstradas formas de ingresso dos homens nas políticas públicas sociais, via instituições públicas (assistência social – CRAS; Educação - Unidades de Ensino fundamental, médio e superior; saúde - Unidades de Saúde primária, secundária e terciária) e instituições privadas (Fundação CSN, Pré-vestibular Cidadão – MEP/VR) que proporcionaram a integração dos homens de forma mais incisiva no contexto societário pela garantia de vida com dignidade.

Temos a noção de que o caminho para a superação deste quadro social é árduo e pedregoso, sujeito a tropeços e feridas, contudo sabemos que uma profissão que possui um viés social de cunho propositivo é capaz de cooperar para a concepção de um novo ordenamento social, sem demagogia e egocentrismo, porém, com aprimoramento e conhecimento de suas aptidões e fragilidades.

Desta forma, o Serviço Social possui no Projeto Ético Político Profissional hegemônico uma base sólida para a sua atuação profissional frente a tantos desafios impostos por um sistema explorador e marginalizador, como é o sistema capitalista.

Por fim, sabemos que este trabalho identificou algumas das principais características do sujeito homem no contexto histórico atual. Esperamos ter apresentado uma perspectiva de levantamento de informações concretas para a reflexão e continuidade de pesquisas referentes à temática que aqui foi exposta.

Desejamos ter cooperado com mais uma construção acadêmica que instigue outros pesquisadores e estudiosos a continuar os aprofundamentos teóricos sobre os temas identificados nesta pesquisa social, e assim, contribuir para o desenvolvimento do saber, que oferte a construção de uma nova ordem societária – sem dominação, exclusão, marginalização e exploração.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 131- 154. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade. Nº 52. Ano XV. Dezembro 1996. São Paulo: Cortez, 1996.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 15ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Riqueza e Miséria do trabalhado no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. CARDOSO, Franci Gomes. ALMEIDA, Luiz Teixeira de. **A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social**. In: Serviço Social & Sociedade. Nº 58. Ano XIX. Novembro 1998. São Paulo: Cortez, 1998.

BARKER, Gary Thomas. **Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social**. Tradução Alexandre Arbex Valadares. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

BASTOS, Silvana Azevedo. **O negro faz história: excluídos dos registros históricos e incluído pela memória**. In: Revista Advir / Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nº 39 (dez.2018). Rio de Janeiro: Asduerj, 2018.

BATISTA, Luís Eduardo. **Raça, Gênero e Saúde: o papel dos profissionais de saúde na redução de vulnerabilidades**. In. Secretaria Municipal de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Políticas de Combate ao Racismo no SUS. Promoção de Saúde da População Negra no Estado do Rio de Janeiro. Produção: Assessoria Técnica de Gestão Estratégica e Participativa. Rio de Janeiro, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A Questão Social no Brasil:** os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. <http://www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm>, acesso em 19 de dezembro de 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história.** Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. São Paulo: Cortez, 2016.

BOBBIO, Noberto. **A teoria das formas de governo.** Tradução Sérgio Bath. 10ª Edição: Editora UnB.

_____. **Estado, governo e sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde (LOS).

_____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.944, de 29 de agosto de 2009, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)

_____. Ministério da Saúde. Guia de Saúde do Homem para Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Política de Saúde no Brasil.** Cortez: São Paulo, 2001.

BRONZE, Juliana Clara de Matos. **Gênero, masculinidades e saúde:** uma análise sobre o adoecimento masculino na emergência de um Hospital da região metropolitana do Rio de Janeiro. Monografia apresentada para conclusão do Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde. Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2014.

CANDIDO, Anna Gabriela. ARAUJO, Erondina Santos de. **Jovens no mundo do trabalho:** renda e consumo em uma sociedade líquida. IN *Aprendendo a apreender: os caminhos da construção coletiva do fazer* / Anna Gabriela Candido... [et al.]; Elizabeth Serra Oliveira e Paula W. Vargens (organizadoras), - Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1986.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras.** Florianópolis: Ed. UFSC, Rio de Janeiro: Ed. DGV, 2002.

CONNEL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global**. 1ª edição. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. **Os Serviços na contemporaneidade**: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, Ana Elizabete (Organizadora). In: **A Nova Fábrica de Consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Notas sobre cidadania e modernidade**. Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social, Vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ – DP&A, 1997.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região/Rio de Janeiro. **Orientações profissionais**: informações básicas para o Assistente Social. 2ª edição – revista e ampliada, Janeiro/2008.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Basiliense, 1994.

DEMIER, Felipe. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. Vitória: Argumentum. v. 9, n. 2, p. 8-19, maio/agosto, 2017.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Florestan. **K. Marx e F. Engels**. São Paulo: Editora Átila S.A., 1989.

Folder de morbimortalidade masculina no Brasil, MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Morbimortalidade – SIM, 2014.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Volta Redonda**: história de uma cidade ou de uma usina? Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006

FREIRE, Silene de Moraes. **A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital**. Quadranti – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporânea – Volume VI, nº 2, 2018.

_____. **Políticas sociais para a pobreza: a pobreza das políticas**. In O Social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social / organizadoras: Gilmara M. Costa, Reivan Souza. Maceió: EDUFAL, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais.** A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2001.

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância.** Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez. Ano 30. Nº 104. Out/Dez de 2010.

_____. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social.** In: Serviço Social & Sociedade. Nº 62. Ano XX. Março 2000. São Paulo: Cortez, 2000.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna.** Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, Helena. **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo. Editora: Unesp, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 12ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica.** 10 Edição. São Paulo: Cortez/CELAT, 1995.

IANNI, Octavio. **Marx.** São Paulo: Átila, 1996.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Legislações Básicas do SUS/Conselho Estadual de Saúde – MG. 5ª Edição, Belo Horizonte - MG, 2008.

LESSA, Sérgio. **O Processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade.** Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social – Brasília: CEAD, 1999.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Elielma Ayres. **Coleção estudos afirmativos: ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012)** / Elielma Ayres Machado; organização André Lázaro e Laura Tavares. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MANGABEIRA, Wilma. **Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATOS, Maurílio Castor de. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Artigo, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Karl. Manuscritos **econômico-filosóficos (Paris, 1844)**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Manuscritos Econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni. Os Pensadores. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____. **Processo de trabalho e processo de valorização**. In: O Capital. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultura, t. I, vol. I, 1985.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª Edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Saúde em Debate, 46. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MINTO, César Augusto. MURANAKA, Maria Aparecida Segatto. **Educação: um processo à margem das prerrogativas legais**. IN Política educacional: impasses e alternativas / Romualdo Portela de Oliveira (org.) – São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elisabete. **Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes**. Cortez: São Paulo. Texto XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e III Encontro Nacional de Seguridade Social. Fortaleza – CE. Outubro de 2004.

MOURA, Erly. **Perfil da situação de saúde do homem no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Fernandes Figueira, 2012.

MOURA, Esmeralda. **Crianças operárias na recém-industrializada**. São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3 (jan/jul de 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Economia política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1993.

NOVAES, Adauto. **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita**. Psicologia USP. São Paulo: 2006, 17(1), 89-98.

OLIVEIRA, Dijaci David de...[et al.] organizadores. **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora UFG, 1998.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Assistência Social e cultura política: os caminhos da discussão e da operacionalização dos conceitos**. In: Cultura e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2009

PEREIRA, Potyara Amazonida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: Boschetti, Ivonete. E outros orgs. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania**. In: Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABEPSS, Ano II, nº 3 – janeiro a junho de 2001.

PETTA, Nicolina Luiza de. **História: uma abordagem integrada**. 1ª Edição. São Paulo: Moderna, 2005.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRAXIS. **Como enfrentar o racismo institucional**. Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região – Rio de Janeiro: Edição Especial, números 98 e 99 – novembro 2017/fevereiro 2018.

PRESENÇA PEDAGÓGICA. Reportagem “**Acesso e permanência no ensino superior**”. V. 18, Nº 108, Nov./Dez. 2012.

RAMALHO, José Ricardo. **Indústria e Desenvolvimento**: efeitos da reinvenção de um território produtivo no Rio de Janeiro. Repocs, v.12, n.24, jul/dez. 2015

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda. Setor de Epidemiologia: Relatório contendo dados e indicadores municipais de Morbimortalidade Masculina período de 2015 a agosto de 2019.

_____. Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda. Setor de Saúde do Homem: Relatório de Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), 2018.

RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida. SANTOS, Isabela Soares. **Saúde e cidadania**: uma visão histórica e comparada do SUS. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / organização, Simone Faurly Dib, Neusa Cardim da Silva; colaboração, Kalina Rita Oliveira da Silva, Rosane Lopes Machado – 2. ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro : UERJ, Rede Sirius, 2012.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do Capitalismo**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010

SANTOS, Claudia Monica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Particularizar a “questão social” no Brasil**: uma tarefa inadiável. Revista Conexão Geraes. CRESS/MG. 2º semestre 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo. **História**: volume único / Gislane Campos Azevedo Seriacopi, Reinaldo Seriacopi. 1ª Edição. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Jailson Fernandes da. **Programa Universidade Para Todos (PROUNI)**: Política Pública Social ou Financeirização do Capital? Uma reflexão necessária no Serviço Social. Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Centro Universitário Geraldo Di Biase. Volta Redonda – RJ: 2013.

SILVA, Kalina Wanderley. Dicionário de conceitos históricos. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. VELOSO, Renato. **Gênero e serviço social**: desafios e uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

TEIXEIRA, Anísio, 1900-1971. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VARGENS, Paula. **Do direito ao uso da cidade.** IN Desafios educativos do fazer cotidiano: diferentes olhares / Antonio Reguete Monteiro de Souza... [et al.]; Elizabeth Serra Oliveira e Paula Vargens (organizadoras), - Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil.** IN Política educacional: impasses e alternativas / Romualdo Portela de Oliveira (org.) – São Paulo: Cortez, 1995.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social.** 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob domínio do capital financeiro.** Revista Serviço Social & Sociedade. Londrina. V. 21. N. 1, p. 183-194. Jul/Dez. 2018.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo Perspec. vol.13 no.3 São Paulo July/Sept. 1999.

Sites pesquisados:

www.folha.uol.com.br, acesso em 27/12/2019.

<https://brasil.elpaís.com>, acesso em 27/12/2019.

veja.abril.com.br/economia/brasil-alcanca-recorde-de-135milhoes-de-miseraveis-aponta-ibge, acesso em 21/01/2020.

economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/29/desemprego-pnda.htm, acesso em 21/01/2020.

<http://www.saude.gov.br/artigos/811-saude-do-homem/40636-saude-do-homem>, acesso em 23/01/2020.

<https://g1.globo.com>, acesso em 29/01/2020

<https://g1.globo.com>, reportagem intitulada de “No Rio, número de mortes por policiais em 2019 é recorde”, acesso em 30/01/2020.

<https://extra.globo.com>, reportagem intitulada de “Número de policiais mortos no Rio cai e estatística caminha para ser a menor em 25 anos”, acesso em 30/01/2020.

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/05/5925020-caso-joao-pedro--laudo-indica-que-tiro-atingiu-adolescente-pelas-costas.html>, acesso em 30/05/2020.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/09/pms-sao-condenados-a-52-anos-de-prisao-pela-chacina-de-costa-barros.ghtml>, acesso em 30/05/2020.

<https://www.jornalaqui.com/cara-cor-e-violencia.php>, acesso em 30/05/2020.

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/folder/dados_morbimortalidade_masculina_brasil.pdf, acesso em 31/05/2020.

SBHCI. <https://www.sbhci.org/>, acesso em 31/05/2020.

<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude>, acesso em 31/05/2020.

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/02/27/>, acesso em 31/05/2020.

<https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>, acesso em 31/05/2020.

<https://www.12.senado.leg.br>, acesso em 12/06/2020.

<https://www1.folha.uol.com.br>, Folha de São Paulo, 17 de agosto de 1997. PÓS-PRIVATIZAÇÃO: Reestruturação iniciada após governo vender usinas prossegue e vagas continuam sendo fechadas. Siderúrgicas demitem 35 mil em oito anos. Chico Santos. Acesso em 26/06/2020.

portal.mec.gov.br, acesso em 27/06/2020.

<https://diariodovale.com.br/tempo-real/delegado-acredita-que-homicidios-possam-estar-vinculados-ao-traffic/>, acesso em 07/09/2020.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>, acesso em 19/09/2020.

<https://diariodovale.com.br/tempo-real/traficantes-de-faccoes-rivais-ameacam-guerra-no-monte-castelo-em-volta-redonda/>, acesso em 19/09/2020.

<https://diariodovale.com.br/regiao/volta-redonda-tem-alta-no-numero-dehomicidios-e-tentativa-de-homicidios-no-trimestre/>, acesso em 19/09/2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/em-nova-medida-pro-armas-bolsonaro-amplia-limite-para-compra-de-municoes.shtml>, acesso em 19/09/2020.

<https://epoca.globo.com/primeiros-cotistas-da-uerj-refletem-sucesso-do-programa-15-anos-depois-23595995>, acesso em 12/10/2020.

<https://mepvr.com.br/pre-vestibular-cidadao/>, acesso em 12/10/2020.

<https://mepvr.com.br/>, acesso em 12/10/2020.

<https://tribunasf.com.br/jovem-de-comunidade-de-volta-redonda-passa-em-medicina-na-uerj/>, acesso em 13/10/2020.

<http://www.projetoavocidadedamusica.com.br/>, acesso em 15/10/2020.

<https://odia.ig.com.br/volta-redonda/2020/07/5956226-parceria-entre-orquestra-sinfonica-nacional-e-projeto-voltaredonda-cidade-da-musica-promove-intercambio-musical.html>, acesso em 15/10/2020.

<https://fundacaocsn.org.br/o-que-fazemos/projeto-garoto-cidadao>, acesso em 15/10/2020.

<https://diariodovale.com.br/cidade/supera%C3%A7%C3%A3o-mostra-resultado-positivo-em-volta-redonda/>, acesso em 15/10/2020.

<https://fundacaocsn.org.br/o-que-fazemos/capacitar-hotelaria-e-servi%C3%A7os/>, acesso em 16/10/2020.

<http://www.cardiometro.com.br/grafico.asp>, acesso em 16/10/2020.

<https://coronavirus.saude.gov.br/>, acesso em 09/04/2020.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/30/desemprego-no-brasil-sobe-para-144percent-em-agosto-diz-ibge.ghtml>, acesso em 10/12/2020.

www.pr4.uerj.br, acesso em 08/03/2021.